



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

BRUNA ROCHA DA SILVA CUNHA

“APRENDE QUEM ENSINA” E “O CANTO É CORAL”:
CONTEXTOS FAMILIARES E SOCIAIS NA PROMOÇÃO DE DIREITOS
HUMANOS DE JOVENS INTEGRANTES DO NEOJIBA

Salvador, Fevereiro de 2021.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós Graduação em Família na Sociedade Contemporânea

Bruna Rocha da Silva Cunha

“APRENDE QUEM ENSINA” E “O CANTO É CORAL”:

Contextos Familiares e Sociais na promoção de Direitos Humanos de Jovens Integrantes do NEOJIBA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL - BA para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra^ª. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Coorientadora: Prof^ª. Dra^ª. Sheila Marta Carregosa Rocha

SALVADOR
2021

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

C972 Cunha, Bruna Rocha da Silva

Aprende quem ensina e o canto é coral: contextos familiares e sociais na promoção de direitos humanos de jovens integrantes / Bruna Rocha da Silva Cunha. – Salvador, 2021.

127 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Coorientadora: Prof^a. Dra. Sheila Marta Carregosa Rocha.

1. Direitos Humanos 2. Juventudes 3. Educação 4. Gênero 5. Família I. Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon – Orientadora II. Rocha, Sheila Marta Carregosa – Coorientadora III. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. IV. Título.

CDU 316.356.2:785.11

TERMO DE APROVAÇÃO

Bruna Rocha da Silva Cunha

“Aprende quem ensina” e “O canto é coral”: Contextos Familiares e Sociais na promoção de Direitos Humanos de Jovens Integrantes do NEOJIBA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 24 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora:



Prof. Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Orientador(a) - (UCSAL)



Prof. Dr.ª Sheila Marta Carregosa Rocha
Coorientador(a) - (UNEB)



Prof. Dr.ª Fabya dos Reis Santos (SEPROMI)



Prof. Dr.ª Amanda Müller de Castro (NEOJIBA)



Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier (UCSAL)

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

Agradecimentos

Após um momento de vastas incertezas, auto cobrança, e por muitas vezes, desmotivação na minha jornada acadêmica e profissional, adentrar no mestrado foi seguramente alentador. Celebro a jornada de pesquisa, portanto, não pelo possível título, status ou ego, tão perseguidos na sociedade geral e no meio acadêmico, mas como fruto de superação, aprendizado e amadurecimento.

Para além de conhecimentos acadêmico-científicos, destaco a vivência de aulas poderosas, estimulantes, discursos engrandecedores e a valorização do olhar humano, solidário e empático, tão defendidos por minha orientadora, Vanessa Cavalcanti. Uma mulher que, embora detenha toda delicadeza e um tom de voz sutil, é sempre incisiva nas ideias, numa potência que só agrega a força feminina do meu entorno. Toda minha gratidão!

Aos meus pais, sempre tão carinhosos e motivadores. Meu amor e gratidão eternos!

À minha irmã Tereza e à Ruan, meu namorado, sempre emanando energias positivas e palavras consoladoras. Amo vocês!

Aos meus colegas do mestrado, e às lindas amizades que brotaram nesse percurso, no partilhar das angústias e esperanças, especialmente Aline, Francis, Polly e César. Muito obrigada. Toda sorte e luz no percurso de vocês!

Um agradecimento especial à toda equipe NEOJIBA, pela gentileza de “abrirem suas portas”, facilitando e engrandecendo a pesquisa, disponibilizando todo suporte necessário para o desabrochar da investigação. Foi um prazer!

Às Jovens (Edith, Gal, Clara, Alcione e Chiquinha) e Mulheres-Mães (Elza, Bethânia, Elis, Leci e Marisa), que recepcionaram tão bem a investigação e se doaram, revelando intimidades e subjetividades, fundamentais para as análises obtidas. Muito obrigada! E quem sabe, um até logo (para além da virtualidade)!

Quintetos Femininos

*Sinfonia da diversidade
Composta de sonhos e até temores
Vozes, Violas, violinos
E uma extensa paleta de cores*

*Se “o canto é coral”
Assumem a voz da coletividade
Eu, tu, ela, nós, vós, elas
Vibrando acordes de sororidade*

*Reveem suas trajetórias de vida
Falam de ancestralidade, educação, rumo
profissional
Revelam que “aprendem quando ensinam”
Edith, Alcione, Clara, Chiquinha e Gal*

*Já as Mães, regentes da maternidade
Conduzem a Orquestra do dia a dia
Entre as notas do zelo e afeto
Atentas a cada passo da cria*

*Assumem as suas fraquezas
Bradam por proteção e diretriz
Nos bastidores da emoção
Elza, Leci, Bethânia, Marisa e Elis.*

*Deixo aqui esse simples registro
De toda a minha gratidão
À essas meninas e mulheres,
Às que me antecedem e às que ainda virão.*

RESUMO

Tendo como marcadores as categorias juventudes, educação e direitos humanos, as duas últimas décadas foram de intensificação de agendas públicas para o cenário brasileiro e baiano. A pesquisa - de caráter interdisciplinar e empírica - tem como objetivo principal investigar o acesso aos Direitos Humanos de participantes jovens dos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA), em contextos familiares e sociais vivenciados na integração aos dois lemas centrais: “aprende quem ensina” e “o canto é coral”. Um olhar atento sobre contextos relacionais (familiares e sociais) delimitando espaços de promoção de e para direitos humanos, identifica o NEOJIBA como política pública. Criada em 2007, pelo pianista, educador, regente e gestor cultural Ricardo Castro, tem como missão social “o desenvolvimento e a integração social prioritariamente de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade por meio do ensino e prática musical coletivos”. Em abordagem qualitativa e multirreferencial, a fundamentação está atrelada à Sociologia Crítica e às Epistemologias Feministas, sendo a metodologia elaborada e executada em quatro etapas: observação espontânea; observação e aproximação participante; acompanhamento e coleta através de netnografias qualitativas, com base na formação educativa e "encontro com famílias" e, por último, entrevistas semiestruturadas individuais realizadas a partir de uma amostragem representativa de experiências múltiplas com dez integrantes (cinco mães e cinco jovens). Os resultados encontrados sugerem que participantes do programa identificam e reconhecem integração social e familiar, bem como acessibilidade às dimensões dos direitos humanos (com destaque à educação, à cidadania e à justiça social). Através da educação não formal, atrelada às condicionalidades e construção de redes de apoio e social, assinalam aprendizagens, impactos nas famílias e nas comunidades nas quais estão mães e jovens, mesmo em situação de crise sanitária e pandêmica.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Juventudes; Educação; Gênero; Família.

RESUMEN

A partir de las categorías de análisis juventudes, educación y derechos humanos, las últimas dos décadas han intensificado agendas públicas en contexto brasileño y bahiano. La investigación - de carácter empírico interdisciplinario - tiene como objetivo principal describir el acceso a los Derechos Humanos de jóvenes participantes de los Núcleos Estatales de Orquestas Juveniles e Infantiles de Bahía (NEOJIBA), buscando el reto de la integración a los temas centrales: “aprende quien enseña” y “el canto és en coro”. Una mirada atenta a los contextos relacionales (familiares y sociales) que delimitan espacios para promoción de los derechos humanos, identifica a NEOJIBA como política pública. Creado en 2007 por el pianista, educador, director y gestor cultural Ricardo Castro, su misión social es “el desarrollo e integración social de niños, niñas, adolescentes y jóvenes en situación de vulnerabilidad, principalmente a través de la enseñanza y práctica musical colectiva”. En un enfoque cualitativo y multireferencial, la teoría está vinculada a la Sociología Crítica y las Epistemologías Feministas, siendo la metodología elaborada y ejecutada en cuatro etapas: observación espontánea; observación y enfoque participante; seguimiento y recolección a través de netnografías cualitativas, basadas en la formación educativa y "encuentro con las familias" y, finalmente, entrevistas semiestructuradas individuales realizadas a partir de una muestra representativa de experiencias múltiples con diez integrantes (cinco madres y cinco jóvenes). Los resultados encontrados sugieren que las participantes del programa identifican y reconocen la integración social y familiar, así como la accesibilidad a las dimensiones de los derechos humanos (con énfasis en educación, ciudadanía y justicia social). A través de la educación no formal, vinculada a las condicionalidades y la construcción de redes sociales, señalan aprendizajes, impactos en las familias y comunidades donde se encuentran las madres y los jóvenes, incluso en situaciones de salud y crisis pandémica.

Palabras Clave: Derechos humanos; Jóvenes; Educación; Género; Familia

ABSTRACT

Having markers as youth, education and human rights, the last two decades have seen the intensification of public agendas for the Brazilian and Bahian scene. The research - of an interdisciplinary and empirical character - aims to investigate the access to Human Rights of young participants from the State Nucleus of Youth and Children's Orchestras of Bahia (NEOJIBA), in family and social contexts experienced in the integration of the two central themes: "learn who teaches "and" the singing is choral". A careful look at relational contexts (family and social) delimiting the spaces for the promotion of human rights identifies NEOJIBA as a public policy. Created in 2007, by pianist, educator, conductor and cultural manager Ricardo Castro, its social mission is "the development and social integration, primarily, of children, adolescents and young people in vulnerable situations through collective teaching and musical practice". In a qualitative and multi-referential approach, the foundation is linked to Critical Sociology and Feminist Epistemologies, with the methodology being elaborated and executed in four stages: spontaneous observation; observation and contact; monitoring and collection through qualitative netnographies, based on educational training and "meeting with families" and, finally, identified semi-structured individual carried out from a representative sample of multiple experiences with ten members (five mothers and five young people). The results found results that program participants identify and recognize social and family integration, as well as accessibility to the dimensions of human rights (with emphasis on education, citizenship and social justice). Through non-formal education, linked to conditionalities and construction of support and social networks, they point out learning, impacts on families and communities where mothers and young people are, even in situations of sanitary and pandemic crisis.

Keywords: Human rights; Youths; Education; Gender; Family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 1.....	65
FIGURA 2 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 2.....	66
FIGURA 3 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 3.....	66
FIGURA 4 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 4.....	67
FIGURA 5 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 6.....	68
FIGURA 6 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 7.....	69
FIGURA 7 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 8.....	69
FIGURA 8 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 9.....	70
FIGURA 9 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 10.....	71
FOTOGRAFIA 1 – Oficina com Equipe Pedagógica e DS em 31/05/2019.....	19
FOTOGRAFIA 2 – Oficina com Equipe Pedagógica e DS em 06/12/2019.....	19
FOTOGRAFIA 3 – Formação educativa e "encontro com famílias”.....	21
FOTOGRAFIA 4 – Parque do Queimado.....	47
GRÁFICO 1 –. Famílias e Benefícios – NEOJIBA.....	59
GRÁFICO 2 – Família inscritas no CadÚnico – NEOJIBA	59
GRÁFICO 3 – Famílias e Benefícios – NEOJIBA	60
GRÁFICO 4 – Tipo de Benefício – NEOJIBA	61
QUADRO 1 – Caracterização das mães entrevistadas.....	78
QUADRO 2 – Caracterização das jovens entrevistadas.....	96
ORGANOGRAMA – Setor de Desenvolvimento Social.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEL	Atelier Escola de Luteria
BE	Benefícios Eventuais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CDM	Centro De Documentação e Memória
COJUVE	Coordenação de Políticas de Juventude do Estado da Bahia
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
DS	Setor de Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Social pela Música
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NEDH	Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos
NEOJIBA	Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia
MAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OCA	Orquestra Castro Alves
OCI	Orquestra de Cordas Infantil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPE	Orquestra Pedagógica Experimental
PBF	Programa Bolsa Família
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGFSC	Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea
PPV	Pacto pela Vida
PROMS	Programa de Capacitação em Prática e Ensino Musical Coletivos de Excelência, com Monitoria Supervisionada
PROMULT	Projeto Músicos Multiplicadores

SINAJUVE	Sistema Nacional de Justiça da Juventude
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SSP/BA	Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviaturas

PRELÚDIO: ENSAIO PARA UMA INVESTIGAÇÃO.....	14
APRESENTAÇÃO: (RE) DESCOBRINDO O PERCURSO METODOLÓGICO.....	16
INTRODUÇÃO.....	24
2 DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS PARA E PELOS JOVENS: LEGISLAÇÃO, AGENDAS E AS DEMANDAS DO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO.....	30
2.1 ANOS 2000: “EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA A VIDA” E JUVENTUDES.....	35
2.2 BAHIA COMO AGENCIADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS.....	39
3 NÚCLEOS ESTADUAIS DE ORQUESTRAS JUVENIS E INFANTIS DA BAHIA.....	45
3.1 DA CRIAÇÃO E PRIMEIRAS AÇÕES PARA ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL.....	46
3.2 “APRENDE QUEM ENSINA”: A EDUCAÇÃO MUSICAL NÃO FORMAL E JUVENTUDES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE	42
4 “O CANTO É CORAL”: CONTEXTOS SOCIAIS E FAMILIARES.....	56
4.1 CONDICIONALIDADES E APROXIMAÇÕES COM AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	57
4.2 EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	63
4.3 MÃES NO PROJETO: DO PÚBLICO AO PRIVADO.....	64
5 “MENINAS NA MÚSICA”: PARA ALÉM DAS VOZES E DOS INSTRUMENTOS.....	95
5.1 DADOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS, INICIAÇÃO MUSICAL E TRAJETÓRIAS.....	96
5.2 DE ONDE E POR ONDE? MOTIVOS, PERCEPÇÕES E EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS: AFETOS E AFETAMENTOS	112
Referências	114
Apêndice I (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)	122
Apêndice II (Termo de Confidencialidade)	125
Apêndice III (Declaração Anti-plágio).....	126
Anexo – Quadro Metodológico.....	127

PRELÚDIO: ENSAIO PARA UMA INVESTIGAÇÃO

Nem toda feiticeira é corcunda

Nem toda brasileira é bunda

Meu peito não é de silicone

Sou mais macho que muito homem.

(Trecho de “Pagu”, Canção de *Rita Lee*, 2000).

Antes mesmo de ingressar no Mestrado integrado ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC), já havia um enorme desejo pessoal de estudar e pesquisar determinado tema com o foco no gênero feminino, haja vista as demandas histórico-sociais de meninas e mulheres no cenário brasileiro (e mundial), bem como na tentativa de, sendo feminista, trazer a discussão à tona de forma crítica e embasada.

Já na infância, e desde lá muito questionadora, passei a refletir certos hábitos sociais e isto se dava, quase sempre, ao analisar a minha própria família. Em uma das muitas conversas com minha avó, que nasceu na década de 30, ela me contou que estudou apenas até os nove ou dez anos de idade, porque a maioria das meninas era criada para exercer “os cuidados domésticos”. Por isso, tornou-se dona de casa e costureira nas horas vagas.

Vi, ainda, a minha mãe trabalhando exaustivamente como enfermeira e fazendo a sua “jornada dupla” com os afazeres familiares e domésticos. Sempre fui cercada de mulheres com tantas histórias e reféns de um patriarcado ainda vigente. Não entendia a normalização daquilo tudo e ficava (aliás, ainda fico) perplexa com as propagandas de produtos de limpeza domésticos, sempre realizadas por figuras femininas (CAVENAGHI & ALVES, 2018). Daí, certamente, brotou meu feminismo. Numa época em que as redes sociais online não existiam, e o debate sobre autonomia e direitos das mulheres não tinha a frequência e o alcance que se tem hoje (PORTUGAL, 2014).

Importante deixar claro que a minha defesa é de nada mais do que a igualdade de direitos entre mulheres e homens, portanto, na mais pura e simples definição do movimento, sem pregar ou defender nenhum tipo de individualismo. Para que a luta seja considerada um projeto democrático radical é necessário tomarmos consciência de que somos uma *única população* e que os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais (BUTLER, 2018) e contemplam todas as dimensões e gerações de Direitos Humanos.

Comungo com a interessante colocação de Daniela Auad (2006, p.10) no que diz respeito às relações de gênero e a educação nas escolas, quando ensina que “educar homens e

mulheres, para uma sociedade democrática e igualitária, requer reflexão coletiva, dinâmica e permanente”.

Autonomia e emancipação não são conquistas dadas, são “bandeiras desfraldadas” por movimentos sociais, por coletividades, pelo percurso que ocuparam espaços públicos e privados nos últimos cinquenta anos (ESTEVÃO, 2011; SILVA & CAVALCANTI, 2019).

Com a “feminização” das políticas, seja através de diretrizes internacionais elaboradas ao longo das inúmeras conferências e planos internacionais até as ratificações e organizações nacionais, delinea-se um novo feminismo e um novo período de lutas (...) As fronteiras são deslocadas e os temas que vinham nas diretrizes desde os anos 70 como reflexo direto ou indireto das reivindicações do movimento feminista e feminino tomam lugar não mais como solicitações de grupos isolados, mas, sobretudo como ações concretas e que indicam a construção de um novo mapa social e a criação de *networks*. (CAVALCANTI, 2013, p.85).

Obtive a graduação no curso de Direito pela UCSAL em 2015. Porém, mantive a vontade de me aprofundar em algumas disciplinas, para que, futuramente, pudesse ingressar na docência. Depois de finalizar a Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Estácio em parceria com Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS).

Em 2018, participei como aluna especial do Programa de Família na Sociedade Contemporânea na disciplina Gênero, Família e Violência, passando a integrar também o Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL)¹. No ano de 2019, avanço no percurso e ingresso como aluna regular do programa citado, logrando mais tarde a qualidade de bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado da Bahia (FAPESB).

Em um passeio pela Universidade à tarde, entre os horários das minhas aulas, me deparei com algumas salas da UCSAL cedidas aos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA²), atendendo diversas crianças e adolescentes, de camisetas coloridas, carregando seus instrumentos musicais e, na maioria das vezes, acompanhados de suas mães ou mulheres (tias, avós) que assumem esse papel.

Assim, do inusitado e agradável encontro com o núcleo, e após conversa com a orientadora, surgiu a ideia do recorte da pesquisa atual³, enveredar pelas interfaces entre direitos humanos, juventudes e gênero como tema-objeto.

¹Dados relativos ao núcleo estão disponíveis em Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL) - dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3357576835351151

²A palavra NEOJIBA é um acrônimo, isto é, forma-se da união de letras ou silabadas de um grupo de palavras, e, apesar de ser pronunciada no singular, refere-se aos núcleos musicais, no plural. Criado em 2007, o programa vincula-se ao Governo do Estado da Bahia (Gestão Jaques Wagner 2007- 2014).

³ Haraway (1995) afirma que os conhecimentos são “situados” (social e historicamente). Isso tem uma implicação nas escolhas, nas abordagens metodológicas e na escuta ativa quando da parte empírica, revelando que, obviamente, são partes e representações parciais, não devendo ser generalizadas ou colocadas na linguagem não inclusiva.

APRESENTAÇÃO: (RE) DESCOBRINDO O PERCURSO METODOLÓGICO

A prática de observar pode ser decomposta em alguns procedimentos recorrentes e passíveis de observação direta ou de sondagem por meio de entrevistas. Há sempre, um deslocamento (...) para situar-se no espaço, determinando a posição a partir da qual abarcará com o olhar (...), e que propiciará visibilidade e a nitidez.

(Lígia Dabul, 2009, p. 220)

Diversos aspectos podem surgir no íterim de realização de uma de estudo qualitativo, inclusive alterando ou refinando as questões de pesquisa. Entre ensino, extensão e investigação, a pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19)⁴ e a sua violenta proliferação é fato superveniente da pesquisa, algo "fora do alcance do poder humano", demandando alterações no percurso metodológico.

Nessa perspectiva, “o pesquisador usa um raciocínio complexo, multifacetado, interativo e simultâneo” (CRESWELL, 2007, p. 186-187).

O escopo da pesquisa reside na compreensão da interconexão entre as falas das jovens (contextos sociais e familiares) e os impactos da ação do NEOJIBA em suas vidas. Tem, como objetivo principal, investigar o acesso aos Direitos Humanos de participantes jovens dos núcleos, em contextos familiares e sociais vivenciados.

Acompanhando o objetivo geral, cada um dos específicos apresentados também nos remete à estruturação de capítulos e sequência contextual, planejados para a composição da dissertação:

- Historicizar o NEOJIBA, integrado à ação governamental e ao desenvolvimento humano-social (Capítulo 3);
- Descrever contextos familiares e sociais envolvendo abordagem sobre promoção de direitos humanos de jovens integrantes (Capítulo 4);

⁴ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus, constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

- Mapear vivências e experiências através das narrativas de jovens integrantes do NEOJIBA, sobre contextos sociais, familiares e educativos (Capítulo 5);
- Identificar os impactos presentes e futuros na educação, justiça social e direitos humanos ao longo do biênio 2018 e 2020 (Capítulo 5).

Ao enveredar pelo campo do Direito, da História e da Sociologia, a presente pesquisa utilizará uma perspectiva interdisciplinar, proporcionando dialéticas entre as áreas, diante da complexidade das relações da sociedade contemporânea. Nas palavras de Bourdieu, “a inovação nas ciências engendra-se normalmente nas intersecções” (2004, p. 94). Sendo assim, ao delimitar o objeto para investigação não significa que devemos fragmentá-lo ou limitá-lo de forma arbitrária, isto é:

(...) se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável (FRIGOTTO, 2008, p. 44).

Para tanto, e de acordo com os objetivos da pesquisa, considera-se pertinente desenvolver um estudo com método qualitativo, uma vez que este aborda questões relacionadas às singularidades das pessoas e permite explorar o contexto e os atores sociais de maneira mais aprofundada. As características das pesquisas qualitativo-subjetivas implicam análises em que a mensuração numérica não desempenha papel primordial e os resultados dependem mais intensamente de uma análise interpretativa.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2011, p. 21 e 22)

- Quais estruturas sociais, políticas e econômicas que condicionaram os sujeitos de pesquisa a participar do projeto?
- Quais são os perfis étnico, social, político e econômico dos integrantes do programa NEOJIBA?
- Como são compostas as relações de grupo sociais e familiares de integrantes do programa?

- Quais vulnerabilidades vividas por meninas e mulheres integrantes do NEOJIBA?
- Quais os mecanismos e estratégias desenvolvidas no âmbito do projeto de inclusão socioeconômica dirigidas aos participantes deste?

A fim de responder tais questionamentos, a proposta de trabalho desenvolveu-se nas seguintes etapas:

1ª Etapa: Observação espontânea desde finais de 2018, nas atividades do Núcleo da Federação, especialmente componentes de finalização de ano letivo através de apresentações culturais com público aberto. Exemplos disso, lanches coletivos, apresentações para familiares, comunidade da UCSAL como Saltimbancos (Núcleo Federação – NEOJIBA) e concertos no Teatro Castro Alves (TCA).

2ª Etapa: Observação e aproximação participante em reuniões, atividade dentro do Plano Operacional e na parceria entre NEDH/UCSAL e NEOJIBA Federação, desde abril de 2019 até março de 2020, presencialmente. Destaca-se que, justamente em março de 2020 houve a determinação de suspensão das atividades escolares por conta da pandemia e crise sanitária vinculada à SARS COVID-19 (que perdura até o presente momento); e, conseqüentemente, das atividades presenciais do NEOJIBA. Por conseguinte, a observação e aproximação continuaram através das plataformas online.

As atividades nesta segunda etapa do método pode ser visualizada através da seguinte ordem cronológica:

- 03/04/2019 – Reunião de Alinhamento da Parceria do NEOJIBA com a UCSal, realizada na UCSal, Bairro da Federação.
- 31/05/2019 – Oficina NEOJIBA realizada na Sede do Parque do Queimado. Público: Equipe Pedagógica e do Desenvolvimento Social. Tema: Educação e Cidadania: Desafios para e com a Juventude. Palestrantes: Vanessa Cavalcanti e Ney Campello (Superintendente da Secretária de Estado de Educação – SEC).

FOTOGRAFIA 1 – Oficina com Equipe Pedagógica e DS em 31/05/2019



Fonte: NEOJIBA, 2019⁵.

• 06/12/2019 – Oficina NEOJIBA, realizada na Sede do Parque do Queimado. Público: Equipe Pedagógica e do Desenvolvimento Social. Tema: Ser. Conviver e Partilhar Experiências - Educação e Formação para e pelos Direitos Humanos. Palestrantes: Vanessa Cavalcanti e Pollyanna Campos Rezende.

FOTOGRAFIA 2 – Oficina com Equipe Pedagógica e DS em 06/12/2019



Fonte: Acervo da Autora, 2019.

⁵ Disponível em : <https://www.flickr.com/photos/nejiba/48000301011/in/album-72157708922500033/> Acesso em: 15 nov. 2019.

- 09/07/2020 – Live aberta em Comemoração ao 01º ano na Sede do Parque do Queimado, com o idealizador do programa, Maestro Ricardo Castro.
- 10/07/2020 – Oficina Pedagógica Online. Público: Equipe Pedagógica e do Desenvolvimento Social do programa. Tema: Educar para a Cidadania – Repensando Atitudes para uma adaptação ativa à realidade. Palestrante: Maura Espinheira Avena.
- 13/07/2020 e 15/07 – Oficina Pedagógica Online. Tema: Educação e Cidadania – Desafios para e com Juventudes. Público: Orquestras Integrantes do NEOJIBA e os Coros (Juvenil e Infanto-Juvenil). Palestrantes: Luciana Comin e Marconi Araponga (TECA TEATRO), Helaine Pereira de Souza (UFBA/SEC) e Vanessa Cavalcanti (NEDH/UCSAL).
- 17/09/2020 – Live com o tema: Educação e Cidadania: Juventudes em foco e o que está porvir. Palestrante: Anna Penido (Jornalista e Fundadora da CIPÓ Produções)
- 11/12/2020 – Oficina Sócio Educativa Online. Tema: Direitos Humanos como Justiça Social. Palestrante: Lívia Maria Sant'Anna Vaz (Ministério Público do Estado da Bahia)
- 15/12/2020 e 16/12/2020 – Oficina Pedagógica Online. Tema: Diversidade e Afetividade. Palestrante: Anderson Dias (NEDH/UCSAL).

3ª Etapa: Acompanhamento e coleta através de netnografias qualitativas, com base na formação educativa e "encontro com famílias", realizadas entre agosto e setembro de 2020, conforme cronograma:

- 25/08/2020 - Coro Infantil e Coro Infanto juvenil.
- 26/08/2020 - OPE, Coro de flautas, OCI, Iniciação Musical e Núcleo Federação.
- 27/09/2020 - Núcleos do Bairro da Paz, Nordeste de Amaralina e CESA.
- 27/08/2020 - Núcleo Vitória da Conquista.
- 28/08/2020 - Núcleo Jequié.
- 31/08/2020 - Núcleo Feira de Santana.
- 01/09/2020 - OCA e Orquestra 2 de Julho.
- 01/09/2020 - Núcleo Teixeira de Freitas.
- 02/09/2020 - Cordas dedilhadas e Núcleo Pirajá.

A análise das reuniões com as famílias dará suporte ao capítulo 4 da presente dissertação. Nessa etapa, foram realizadas, para além da participação ativa, como integrante do NEDH, formação e dinamização do tópico Educação e Família em tempos de pandemia,

acompanhando a última oficina realizada na parceria entre NEOJIBA e NEDH/UCSAL intitulada “O futuro está aqui: Contextos familiares, modos de viver e afetos na e para a comunidade”⁶.

FOTOGRAFIA 3 - Formação educativa e "encontro com famílias”



Fonte: NEOJIBA, 2020⁷.

Nota-se que “como a etnografia é tanto um método como um produto, a internet é tanto um modo de conduzir interações sociais quanto um produto dessas interações” (EVANS, 2010, p.12).

A netnografia é uma pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas, para agora também incluir a netnografia⁸ (KOZINETS, 2014, p. 61-62).

⁶Informações e notícias veiculadas no site oficial do NEOJIBA, acessíveis através de links <https://neojiba.org/midia/noticia/7964/reunioes-de-pais-discutem-as-relacoes-familiares-em-tempos-de-pandemia> e <https://www.neojiba.org/midia/noticia/7989/reunioes-com-familiares-discutem-a-educacao-em-tempos-de-pandemia/> (setembro de 2020).

⁷Disponível em : <https://www.neojiba.org/midia/noticia/7989/reunioes-com-familiares-discutem-a-educacao-em-tempos-de-pandemia/> . Acesso em 05 Jan. 2021.

⁸As contribuições para o uso do método netnográfico podem ser identificados na produção do próprio PPGFSC/UCSAL, sinalizando para um redimensionamento da abordagem etnográfica, “por quanto a transfere para uma outra realidade, a online” (MENEZES, 2018).

As formações foram realizadas através do Zoom Meetings⁹, com organização de Olgair Marques da Silva (DS/NEOJIBA) e Vanessa Cavalcanti (NEDH/UCSAL), tendo como palestrantes Luciene Santos Figueiredo, Maura Espinheira Avena, Pollyanna Campos Rezende, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti e Bruna Rocha da Silva Cunha (integrantes do NEDH/UCSAL), que dividiram espaço com coordenação e equipe de Desenvolvimento Social do NEOJIBA (psicólogas, assistentes sociais e multiplicadores, coordenadores/as de núcleos musicais).

4ª etapa: Entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas através do Zoom Meetings, individualmente, com 5 (cinco) jovens integrantes do NEOJIBA, do gênero feminino e 5 (cinco) mães de jovens integrantes dos núcleos¹⁰. Esse tipo de entrevista permite, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco pelo entrevistador (GIL, 2010, p. 137).

(...) um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (DUARTE, 2005, p.62).

A entrevista semiestruturada foi elaborada a partir de um roteiro de questões abertas, conferindo certa flexibilidade ao pesquisador, podendo adicionar novas problematizações a serem desvendadas conforme o desenrolar dos diálogos e a possibilidade de agregar informações úteis aos resultados da pesquisa.

Na escolha das entrevistadas foi utilizada a técnica metodológica “*snowball*” ou, na tradução em português, “bola de neve”, técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (BALDIN, MUNHOZ, 2011).

Pela dificuldade de acesso aos membros do NEOJIBA em um período de determinação de isolamento social, as entrevistas foram facilitadas pelos agentes institucionais que indicaram alunas e mães do projeto e estas, por sua vez, puderam indicar outras, auxiliando a aproximação com o objeto da pesquisa.

Para identificação das entrevistadas, serão utilizados nomes de compositoras renomadas da música clássica e popular brasileira, como reverência ao meio musical (uma vez que o

⁹O Zoom Meetings ou Zoom Reuniões, em português, é um aplicativo que permite realizar reuniões virtuais tanto pelo celular quanto pelo computador. Acesso através do link: <https://zoom.us/pt-pt/meetings.html>. Destaca-se que o referido aplicativo foi adotado pelo NEOJIBA (desde março deste ano) como forma de dar prosseguimento às atividades do programa no período da pandemia do COVID-19, tanto para as aulas, como para as reuniões com mães e pais de seus integrantes. Assim, presume-se que os participantes da pesquisa já estão acostumados e familiarizados com o mesmo.

¹⁰Para maior esclarecimento, destaca-se que as cinco jovens entrevistadas não são filhas das cinco mulheres mães entrevistadas.

NEOJIBA é marcado pela prática de ensino musical coletivo), e cumprindo com a preservação da identidade dos sujeitos de pesquisa.

A acessibilidade ao projeto ocorreu através de cartas institucionais, bem como inserção na Plataforma Brasil – Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UCSAL) – sob o CAAE 39842620.0.0000.5628 - para coleta de dados com sujeitos vulneráveis e com anuências e consentimentos exigidos, respaldando e validando informações e confidencialidade.

Salienta-se, ainda, que para a produção da dissertação foram utilizados amplo levantamento bibliográfico, leituras e fichamento de referências, arrolamento de dissertações e teses, artigos indexados e materiais produzidos por instituições governamentais (políticas públicas e marcos legais-institucionais) e não governamentais.

1 INTRODUÇÃO

O NEOJIBA não é música pela música. É o que está por trás, a educação, o social. A música é uma ótima ponte para promover essa transição.

(Gabriela Dalcom, integrante do NEOJIBA,

17/09/2020)

“Educação é declaração de amor à infância e à juventude”.

(Jacques Delors, 2010).

Segundo o módulo de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra divulgado pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) de 2019, o Brasil possui mais de 50 milhões de jovens, isto é, cerca de ¼ da população total, o que, de logo, demonstra quantitativamente e qualitativamente, a importância desse grupo social específico para o funcionamento e as transformações da nossa sociedade.

Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro (2013, p.14) assinalam o uso da expressão “juventudes”¹¹, no plural, como uma realidade palpável que tem sexo, idade, raça, fases, geração (compreendida como uma época que passa), sendo uma construção social, relacionada com formas de ver os jovens, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diferenciadas.

(...) torna-se fundamental reconhecer a necessidade de um projeto de sociedade não somente de vida específico inclusivo para os jovens (DELORS, 2001) mas que os considerem como sujeitos com direitos próprios e de participar de forma mais incisiva nos destinos, ou por outros destinos, da nação e com condições de modelar suas histórias de vida. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015, p. 14).

Nessa mesma vertente argumentativa, compondo a revisão de literatura específica para a categoria “juventude”, Regina Novaes (2006, p.106) menciona que tal nomeação remete à ideia de “falar de processos resultantes de uma conjugação específica entre herança histórica e padrões societários vigentes”, sendo a classe social, hoje, a desigualdade mais evidente entre

¹¹O termo já foi incorporado em dimensões acadêmicas e governamentais, bem como agendas para e com juventudes, em contexto nacional e desde os anos 2010. Iniciativa do Todos Pela Educação, em parceria com o Instituto Unibanco e o Instituto Inspirare, a publicação “Juventudes pela educação: Propostas para fortalecer a participação das juventudes brasileiras em prol da melhoria da educação” (2019) compõe documento basilar das atividades mais recentes vinculadas à faixa etária e projetos de vidas. Disponível em https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/309.pdf

experiências e vivências em território brasileiro. Isto é, jovens, ainda que com idades iguais, podem viver realidades completamente opostas, incluindo desigualdades, vulnerabilidades e restrição de acesso à justiça e à cidadania (ABRAMOVAY, 2015).

A indagação sobre quando e como um jovem começa ou termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira. Este "quando" e este "como" revelam acessos diferenciados a partir das condições económicas dos pais. (NOVAES, 2006, p.106).

Novaes corrobora o interessante conceito de “discriminação por endereço” ao afirmar que particularidades locais – portanto – territórios, podem atenuar ou acentuar alguns dos vários vetores que produzem e/ou reproduzem desigualdades sociais. Nas interfaces categoriais, destarte, gerações podem estar acrescidas de outras identidades e desigualdades quando relativas ao gênero, sexualidades, religião, classe, raça/etnia/cor e territórios de vivências e de partilhas. Explícita, ademais, que as chamadas favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais e comunidades, carregam consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e corrupção dos traficantes e da polícia.

Todos esses contrastes tornam-se mais evidentes quando adicionamos o recorte de gênero, pois “ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença nas possibilidades de “viver a juventude” (NOVAES, 2006, p.106). Isso pode ser constatado por pesquisas estatísticas e ressaltam exemplos de alguns dados alarmantes que serão expostos ao longo da presente dissertação.

Em um panorama de violências sobrepostas (CAVALCANTI, 2018) e de um genocídio de juventudes (CALAZANS, 2020), há que se verificar que na esfera microssocial, nas chamadas micro-violências cotidianas (ABRAMOVAY, 2016) a tendência de criar agendas para juventudes se desenha desde o início dos anos 2000, respondendo, sobremaneira, os desafios para o futuro (DELORS, 1990) e o fomento aos quatro pilares da educação, definidos em Jointien, Tailândia, em 1990.

O foco juventudes e violências também recebeu atenção de esferas governamentais e não-governamentais, exigindo pensar o presente-futuro (CAVALCANTI, 2020; CAVALCANTI & SILVA, 2019) e a criação, planejamento, fomento e implementação de políticas públicas especializadas (CASTRO, 2014; CASTRO & ABRAMOVAY, 2013). Deste modo, recuperar diálogos entre micro-sistemas e macro-esferas também é relevante para a composição histórica desse projeto de investigação, delimitando categorias e contextos.

A globalização manifesta um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. O Estado, ao invés de propiciar o bem-estar dos seus cidadãos, torna-se motivador das grandes desigualdades sociais, desemprego,

xenofobia, racismo exacerbado e demais violências. A “mercantilização de todos os aspectos da vida”, com a separação do sujeito e o resultado de sua ação, representa o sistema de produção moderno e a lógica do capitalismo.

Nesse sentido, Vanessa Cavalcanti e Carlos Silva (2015, p.66) abordam a necessidade urgente de emancipação desses sujeitos, isto é, da sua ruptura com os “fetiches e alienações do sistema capitalista”, em que o trabalho humano serve apenas ao insaciável dever de valorização do capital.

O atual período de pandemia¹² em que vivemos é certamente propício para evidenciar a “falácia democrática”, uma vez que as múltiplas violências (que evidenciam recortes de classe, gênero, raça/etnia e território) ganham notoriedade no cotidiano e evidenciam a alienação de políticas protetivas (CAVALCANTI; SILVA, 2020a).

Diante da gravidade dos problemas atuais que atingem milhões de jovens no país, sobretudo na área do emprego e da violência, o Estado não tem garantido a proteção que tanto frisa no texto frio da lei. Há um descuido das políticas para que jovens participem, tanto da elaboração, como do acompanhamento crítico das ações do Estado. Destacam-se as mulheres como o grupo que melhor representa o histórico de exclusão da participação na vida pública. Somados de raça/etnia/cor, territórios e classe, as vulnerabilidades podem ser agravadas e comprometem o presente-futuro.

Não por acaso as reflexões de Jacques Rancière (2014, p.69) de que “a representação nunca foi um sistema inventado para amenizar o impacto do crescimento das populações”, mas sim para assegurar aos privilegiados os mais altos graus de representatividade. Vivemos em “Estados de direito oligárquicos”, nos quais predomina uma aliança entre a oligarquia estatal e a econômica.

As vantagens que geram a desigualdade são fabricadas e precisam se legitimar socialmente para operar, tendo por base leis, instituições e costumes aceitos ou tolerados pela comunidade. Para Rancière (2014), seria necessário que os demais (isto é, os grupos que

¹²Em março de 2020, por conta da pandemia SARS-COVID19 todas as atividades educativas, culturais e envolvendo reunião de pessoas em aglomeração foram suspensas. Tal situação modificou estruturalmente o desenho metodológico, delimitação do objeto e procedimentos de aproximação com sujeitos da pesquisa. Registro que no dia 16 de março foram recomendadas suspensão de atividades com mais de cinquenta pessoas, tendo uma atividade para as comemorações do 8 de março – dia internacional das mulheres e meninas – que seria realizada no Campus Federação, da Universidade Católica do Salvador, em parceria entre NEOJIBA, NEDH/UCSAL e Secretária de Política para Mulheres (SPM-Bahia). Com palestras, gincanas e atividades educativas, esse momento seria o começo da observação definida no Projeto de Pesquisa e da aproximação formal com coordenação, integrantes e familiares, apesar de já ter tido acesso no ano anterior (2019). Inicialmente, o objeto se restringia tão somente a este núcleo.

manifestam as precariedades) compreendam seus ditames, reconheçam sua autoridade ou ao menos tenham interesse em obedecê-los.

Com a suspensão das aulas nas escolas, por exemplo, a exclusão social é ampliada com a falta de acesso à internet. As desigualdades entre escolas públicas e privadas são mais acentuadas. Apesar de ser adotada pela rede pública de ensino, como garantia para a continuidade nos estudos, a ferramenta online não está ao alcance de todos.

Uma pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), realizada em 2018, apontou que 39% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet por falta de computador.

O confinamento, como uma das medidas de prevenção ao avanço do vírus, além da sobrecarga do trabalho doméstico, tornou-se local de reprodução da violência masculina e para muitas mulheres e crianças o perigo aumentou.

A Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia (SSP/BA) divulgou que durante o mês de maio de 2020, houve um aumento de 150% nas ocorrências de feminicídios¹³, em comparação a maio do ano anterior. Em maio de 2019, foram contabilizados seis assassinatos de mulheres, em 2020 os casos subiram para quinze.

De acordo com o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Bahia é o segundo estado brasileiro no ranking de violência contra mulher, atrás apenas do Espírito Santo. No Estado, o índice de homicídios entre as mulheres autodeclaradas pretas ou pardas (que compõem o grupo de negras) é de 5,9, já entre as mulheres não negras a taxa é de 3,4. Nota-se, portanto, que tanto nas esferas privadas e públicas há demandas individuais e violências sobrepostas (CAVALCANTI, 2018).

Se analisarmos ainda que, segundo a ONU, 54% das mulheres na América Latina tiram sua renda do trabalho informal, ficam, por consequência, mais sujeitas a perder a fonte de renda no período de quarentena, o que se torna ainda mais preocupante com o aumento do número de mulheres chefiando casas no Brasil. Esse fator foi assinalado em narrativas de mães na coleta empírica realizada em setembro de 2020, conforme será abordado posteriormente.

¹³Código Penal Brasileiro.

Art. 121. Matar alguém

(...)

Homicídio qualificado

§2º Se o homicídio é cometido:

(...)

Feminicídio

VI – contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (grifos nossos)

Nas palavras de Sen (2000, p.220-222), o desafio consiste em ampliar e enfatizar o que se denomina como “papel ativo da condição de agente das mulheres”. Ou seja, é preciso criar as condições para que as mulheres assumam a sua condição de agente social, tanto no que se refere à eliminação das iniquidades e injustiças que prejudicam o seu bem-estar, assim como o reconhecimento de que seu bem-estar é também influenciado pela independência econômica e emancipação social (SEN, 2000). Sejam meninas ou mulheres, os pesos e as medidas contemplam, igualmente, as intersecções de classe, raça/etnia/cor, territórios, acessibilidade.

Destaca-se que a relevância primordial para o encaminhamento de uma pesquisa no âmbito social é sua contribuição para o desenvolvimento harmonioso em espaço onde se dão as relações, fenômenos e processos sociais. A pesquisa é a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. Alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo, e, embora seja uma prática teórica, vincula pensamento e ação (MINAYO, 2011; PENIDO, 2019).

A relevância de pesquisar Direitos Humanos com o foco na juventude, bem como a utilização de diversas lentes, com ênfase na lente de gênero, é tentar compreender dinâmicas sociais com demandas atuais urgentes. Ao mesmo tempo, analisar os sujeitos da pesquisa integrantes de uma política pública específica¹⁴ (NEOJIBA), fornece a possibilidade de investigar a existência dos impactos desta na vida dessas jovens.

Ter ou não acesso aos projetos sociais diferencia entre si os jovens mais pobres e cria uma diferenciação entre os jovens de diversas áreas pobres e violentas da cidade. Isso porque um projeto chama outro, e com as melhores intenções. Afinal, a ideia de "desenvolvimento local" implica criar sinergias, complementaridade e integração dos projetos variados (NOVAES, 2006, p.108-109).

O resgate histórico, com recorte específico para Tempo Presente e com maior ênfase ao último biênio para pesquisa empírica, mas recuando até 2007 quando da criação do NEOJIBA, são as delimitações geográficas e temporais assinaladas para essa investigação.

A busca da perspectiva das “humanidades” em geral, é ato de resistência e procura por “emancipação”, e não simplesmente aceitar, de forma acrítica ou despolitizada, a nossa inserção e a dos diversos grupos no sistema de produção.

Apesar de haver várias educações, uma educação para o nosso tempo, sintonizada com os direitos humanos e com a justiça social, precisa de ser repensada de modo a reganhar “ser e sentido”, a sua *raison d'être*, de modo a que as anormalidades possam ser denunciadas e superadas e os desassossegos possam também ser amainados pela afirmação de valores que estruturam o nosso *existir com dignidade*, o nosso existir com direitos (ESTEVÃO, 2018, p. 20).

¹⁴É importante destacar que o NEOJIBA, no próprio site institucional, é conceituado como política pública, porém em diversas de suas matérias e informativos ora utilizam a denominação de “programa”, ora “projeto”. Por tal motivo, a dissertação não se aterá a discutir tal terminologia, elegendando as diversas nomenclaturas para fazer referência ao mesmo.

“Existir com dignidade” e conexões e interfaces entre educação, justiça social e à cidadania, podem ser pontos cruciais quando o tópico a ser investigado está atrelado às juventudes. Pensar o presente-futuro, criar espaços de acessibilidade e integração, garantia de direitos (humanos e fundamentais), valendo-se do campo da educação como instrumento central de protagonismo, emancipação e reconhecimento de identidades, são características apontadas pela revisão de literatura selecionada. Ademais, considerando a juventude e sua potencialidade, a elaboração de políticas de/com/para a juventude é uma exigência, a fim de que os jovens em situação de vulnerabilidade tenham sua dignidade respeitada, seus direitos sociais cumpridos e, até mesmo numa perspectiva de economia e capital, as possibilidades de ascendência social sejam efetivadas (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015).

2 DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS, PARA E PELOS JOVENS: CONTEXTO HISTÓRICO, LEIS E DEMANDAS ATUAIS.

Quem não quer viver a liberdade de um jovem?

Quem não quer viver sem preocupar-se com a morte?

Então não ignore (...).

(Trecho de “Mundo Jovem”, *Negra Li*, 2006).

Ao tratar da temática dos Direitos Humanos e Fundamentais, justifica-se a sua imprescindível aplicabilidade social e uma interpretação do atual ordenamento jurídico, não mais restrito ao princípio da legalidade, mas através de pautas valorativas, com respeito à máxima da proteção à dignidade humana, o que pode ser observado no processo histórico e ideológico dessa formulação jurídica.

Para Neide Abreu (2006, p.2), os Direitos Fundamentais são resultado de um movimento de constitucionalização iniciado no século XVIII, mas que só foram reconhecidos internacionalmente a partir da Declaração da Organização das Nações Unidas de 1948. Os Direitos Humanos, por sua vez, não estão restritos a determinado espaço físico ou lapso temporal, uma vez que seriam inerentes à condição da vida humana. Os Direitos Fundamentais são, portanto, os Direitos Humanos incorporados à ordem constitucional do estado, isso é, positivados (ALVARENGA, 2019).

Compõem dimensões e etapas ao longo das últimas oito décadas e deveriam ser assinaladas como “auto-evidentes” (HUNT, 2009). Entretanto, mostram paradoxos e divergências, para além de violações quanto não associadas às agendas internacionais e nacionais.

Elucidando tal distinção, Cláudio Brandão (2014, p.5) explica que os Direitos Humanos se tornam “exigências” para que um ser seja reconhecido como sujeito de direito, portanto:

(...) se tendem universais e se traduzem em predicados presentes em todos os seres com patrimônio genético compatível com o humano, independentemente de condição social, traços raciais, religiosos, culturais ou de qualquer outra ordem. Assim, v.g., a vida, a liberdade e a possibilidade de aquisição de propriedade são direitos que se vinculam ao fato de o indivíduo ser reconhecido enquanto homem e, como tal, ser dotado de vontade, de consciência, de percepção e de outras características que o tornam parte do gênero humano.

Internacionalmente, a discussão mais efetiva sobre a importância do segmento juvenil, dentro das políticas públicas, surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das

Nações Unidas (ONU), em 1965, na Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos. Em 1985, a ONU instituiu o primeiro Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz.

Uma década depois, em 1995, surge o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981, no qual foram construídas as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude (SILVA; SILVA, 2011).

No que diz respeito à atual legislação brasileira, além da Declaração Universal de Direitos de 1948, um grande marco influenciador é a Convenção sobre os Direitos da Criança, que entrou em vigor em 2 de setembro de 1990, sendo ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. A Convenção inspirou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, baseado na ideia de proteção integral deste público, indicando a urgência de mudanças sociais e visando combater práticas de segregação e discriminação impostas aos menores em situação de abandono (UNICEF, 2019).

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recente no ordenamento pátrio (SILVA; SILVA, 2011). Nesse sentido, o ECA instaurou práticas diferenciadas daquelas presentes nos Códigos de Menores de 1927 e 1979, uma vez que, com tais dispositivos o objeto era o “menor”, e com a inovação legislativa, o objeto torna-se a criança e o adolescente.

No plano legal e social decorreu uma reflexão inovadora “buscando desfazer estereótipos criados a partir da associação entre menor, crime e delinquência” (MIRAGLIA, 2005, p. 84).

Com a Constituição de 1988, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, introduziu se, na cultura jurídica brasileira, um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006, p.119).

O consenso da necessidade de implementações de políticas públicas voltada a esse público específico é produto de uma trajetória histórica da América Latina, na mudança de visão sobre os conceitos da própria juventude. O primeiro foco das políticas era a questão do envolvimento juvenil com a violência (ABAD *apud* SPOSITO & CARRANO, 2003).

Entre 1985 e 1990, por exemplo, as ações buscavam enfrentar a pobreza e a prevenção ao delito (PINHEIRO & ADORNO, 1993). Já entre 1990 e 2000, o foco das políticas passa a ser a inserção laboral dos jovens tidos como excluídos ou vulneráveis.

A partir dos anos 2000, observa-se a presença do público juvenil como categoria de identificação política (CASTRO, 2011), ganhando visibilidade nacional em junho de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM, Lei nº 11.129).

Nesse cenário, a participação de grupos juvenis foi fundamental para vocalizar um conjunto de demandas que, até então, estavam ocultas no espaço público que conforma a sociedade brasileira. Talvez esse tenha sido o grande legado do ciclo em pauta: a assunção de questões que, direta ou indiretamente, material ou simbolicamente, emergiram no cenário público, criando alterações e deslocamentos que permitiram a entrada na agenda pública de novas realidades, questões, sujeitos, coletivos e blocos sociais, impactando a representação sobre juventude no imaginário social brasileiro. Assim, programas e ações dirigidas aos jovens brasileiros, de alguma forma, passam a apreciar ou se aproximar de um conjunto de demandas, que ao ganharem a cena pública, explicitaram uma recente condição juvenil (RIBEIRO; MACEDO, 2018, p. 109).

O termo “juventude” por sua vez, só foi inserida na Constituição Federal, por meio da Emenda 65/2010 (com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), que, além de dar nova e acrescida redação ao *caput* do art. 227 da Constituição¹⁵, estendendo aos jovens o mesmo rol de direitos fundamentais antes dirigidos apenas às crianças e adolescentes, também assinalou a necessidade de um estatuto próprio.

O Estatuto da Juventude foi, então, criado por meio da Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, apontando a possibilidade de complementação entre a proteção assegurada pelo ECA, para crianças e adolescentes até 18 anos, e o fortalecimento das políticas de autonomia e emancipação dos jovens entre 18 e 29 anos no Brasil (CASTRO; MACEDO, 2019, p.1216). Desta forma, podem ser considerados jovens os adolescentes – jovens (15 a 17 anos), os jovens – jovens (18 a 24 anos) e os jovens – adultos (25 a 29 anos) (SILVA; SILVA, 2011, p.664).

De acordo com a UNESCO (2004), a condição juvenil foi prolongada, para fins de políticas públicas, tanto pela maior dificuldade de permanência do sistema educacional, como pela dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.

Tal fato implica a necessidade de ainda maior proteção social quanto às vulnerabilizações e a ideia de que, nessa faixa etária, jovens podem estar apenas estudando

¹⁵Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição Federal, 1988).

para conseguir melhor colocação e ter mais tempo de formação (ABRAMOVAY; CASTRO, 2015).

Em razão dessa realidade, os projetos de vida que os jovens idealizam podem levar a um vazio temporal de enchimento adiado, sem contar que nem sempre os projetos serão alcançados. Esse sentimento de incerteza pode, para muitos jovens, vir acompanhado da sensação de “desfuturização” do futuro (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2015).

Nesse contexto, segundo o módulo de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Demografia e Estatística (IBGE) em maio de 2018, o Brasil possui 48,5 milhões de jovens (entre 15 e 29 anos de idade no Brasil), sendo que mais da metade (25,2 milhões) não havia concluído o ensino superior e nem frequentava escola, curso, universidade ou qualquer outra instituição regular de ensino em 2017.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres enfrentam mais que o dobro de chances de serem afetadas por essa situação, como apontado no novo relatório de 2020.

Não falar centralmente das mulheres jovens como aquelas em maior proporção nas estatísticas representa, em grande medida, naturalizar as trajetórias construídas pelas jovens, como as de abandonar os estudos e o trabalho por conta de uma gravidez, para cuidar de seus filhos ou pessoas próximas ou para fazer trabalhos domésticos. (SILVA; MAYORGA, 2019, p.17)

Numa análise dos elementos geração, gênero e raça, são os jovens e as jovens negras que mais se concentram nos grupos mais pobres, alertando que as políticas públicas devem sair da focalização linear de identidades (CASTRO, 2004). Concomitantemente, na tentativa de amenizar os números daquilo que Judith Butler (2018, p. 75) denomina de “distribuição demográfica da precariedade”. São jovens expostos ao “senso de um futuro mutilado”, à medida que condições infra-estruturais desmoronam ou que o neoliberalismo substitui as instituições que alicerçam a democracia por uma ética empresarial.

Nas lições da autora, essa ética “exorta até mesmo os mais desprovidos de poder a assumir responsabilidades por suas vidas, sem depender de nada ou ninguém, além de si mesmo”. O contrário da precariedade não seria, entretanto, a segurança, mas a luta por uma ordem política e social igualitária (distribuição igualitária de bens públicos), na qual a vida “seja passível de ser vivida” (BUTLER, 2018). Em outras palavras, passíveis de identidades e reconhecimentos coletivos e asseguradas todas as dimensões dos Direitos Humanos.

A desigualdade salarial também é tópico de análise, quando os Dados do IBGE, de novembro de 2019, apontam que as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos

homens (referentes ao ano de 2018), e, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca.

De acordo, ainda, com o relatório Atlas da Violência, de 2020, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em associação com o Fórum Nacional de Segurança Pública, foram registradas 30.873 jovens vítimas de homicídio no país (referente ao ano de 2018). Destas vítimas, 75,7% eram negros.

No mesmo estudo – acima indicado - foi revelado que jovens mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem vítimas de homicídio do que jovens mulheres brancas.

Nesse sentido, não deixa de ser também um paradoxo historicamente inédito: na geração em que se alarga, cronologicamente, o "tempo de ser jovem" em relação às gerações anteriores da mesma sociedade moderna, amplia-se a expectativa de vida da população em geral, e, ao mesmo tempo, também se generaliza um sentimento de vulnerabilidade dos jovens frente à morte (NOVAES, 2006, p.107).

Tais disparidades provenientes da “combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo” nos remetem aos diversos questionamentos e reflexões de Achille Mbembe (2016, p. 124). Se considerarmos a política como uma forma de guerra, o autor reflete: “que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder?”

Para o teórico camaronês, a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, isto é, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ao abordar a análise foucaultiana de “biopoder”, Mbembe afirma que há uma divisão entre os vivos e os mortos e que tal poder se define em relação a um campo biológico, do qual toma o controle e no qual se inscreve. Tal controle pressupõe a divisão da espécie humana em grupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Há que se observar as conexões entre categorias identitárias, reforçando uma leitura crítica e não simplificada na descrição.

Nessa lógica, o racismo se torna uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, com a função “de regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p.128). Aqui são válidos os ensinamentos de Carlos Silva e Vanessa Cavalcanti (2015, p.76) de que “a não valorização da vida como opção é uma afronta ao sujeito ético-moral. O não-reconhecimento (absoluto ou relativo) do indivíduo retira de sua essência o valor mais precioso: de Humanidade”.

Embora todas as estatísticas demonstrem que há um longo caminho para diminuir os problemas sociais e garantir os direitos dos jovens, o desafio é justamente fortalecer as suas trajetórias educacionais. Isto é, desvendando seus pontos de vista e suas experiências

criativas, ampliando o campo de possibilidades e reinventando vínculos e formas de agregação social (NOVAES, 2015).

Em contraposição a um conceito de vulnerabilidade associado apenas à exclusão, Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2004, 2013), recorrendo-se também a outros autores, abordam as vulnerabilidades negativas (fragilidades, obstáculos) e positivas (formas de resistência no plano ético cultural). Tal procedimento permitiu ampliar, ademais, o conceito de vulnerabilidade social, não apenas como “risco”, mas como potencializadoras de mudanças civilizatórias e engajamentos positivos.

Como bem colocado pelas autoras (2014, p.11):

Se muitos são os jovens envolvidos em violências, muitos também são os jovens que estão tocando suas vidas, sobrevivendo, pavimentando carreiras, como são muitos os envolvidos em experiências de cultura, de empreendedorismo, de atividades comunitárias. São jovens que, vivendo em áreas de pobreza, reagiram por sua conta ou com a colaboração de instituições várias, que estão em projetos artísticos, ecológicos, político-partidários ou desempenhando ações em áreas de carência, ou seja, que mudaram os sinais das vulnerabilidades. Tais jovens precisam de políticas, de amparo do Estado para prosseguir em tal ativismo, em tal rumo.

Nessa esteira, as vulnerabilidades negativas se entrelaçariam, portanto, com o não reconhecimento de alguns jovens como sujeitos de direitos, ou através de interdições materiais que impedem que esses possam participar como atores de mudanças sociais. No debate contemporâneo de vulnerabilidades, comum a exposição dos diversos tipos de violências, somados aos diversos preconceitos e as discriminações.

Por outro lado, inegáveis as formas criativas que muitos jovens encontram, enfrentando as situações socialmente desfavoráveis. Seria justamente o “trânsito entre as vulnerabilidades” o grande desafio para as políticas públicas de juventude (ABRAMOVAY; CASTRO, 2004).

2.1. ANOS 2000: “EDUCAÇÃO AO LONGO DE TODA A VIDA” E JUVENTUDES

Como observado, a partir dos anos 2000, diversas inovações relativas às juventudes despontaram no ordenamento jurídico brasileiro, como resultado da mudança de características desse público específico, que se moldava com as transformações sociais e exigia um novo olhar do Estado, que reconhecesse suas potencialidades e identificação política.

Com o objetivo de criar recomendações e orientações aos governos para a implementação de políticas educacionais, a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, das Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO)¹⁶, desenvolvimento o documento “Educação: Um tesouro a descobrir”. O documento teve grande repercussão internacional, uma vez proposto por um organismo forte e atuante em diversos países, e formador de uma base de diretrizes e princípios norteadores da educação para o século atual.

A ideia de uma comissão que refletisse sobre questões envolvendo a educação do século XXI nasceu em uma Conferência Geral da UNESCO em 1991. O economista francês Jacques Delors foi então convidado pela UNESCO para presidir a comissão que foi criada oficialmente no ano de 1993 e formada por mais quatorze membros de diversas regiões do mundo (PACHECO; DARIO JR., 2016).

Segundo o próprio documento elaborado pela comissão, também conhecido como *Relatório Jacques Delors*, a originalidade da UNESCO reside no leque das suas competências, considerando não só a educação, mas também a cultura, a pesquisa, a ciência e a comunicação. Compõe uma organização intelectual em sentido amplo, e que não se sujeita à visão unicamente economicista dos problemas. A “polivalência corresponde à complexidade do mundo contemporâneo em que tantos fenômenos se encontram em relação simbiótica” (DELORS et al. 2003, p.207), atendendo tanto ao desenvolvimento humano quanto ao progresso material.

Delors defende o conceito de “educação ao longo de toda vida”, que consiste na construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, bem como de sua capacidade de discernir e agir, para além de uma simples adaptação ao emprego.

A Comissão confia à Unesco o compromisso de promover, também, por intermédio de seu programa, o conceito de educação ao longo de toda a vida, proposto neste relatório, a fim de inscrevê-lo progressivamente na realidade educativa do mundo contemporâneo. (DELORS et al., 2003, p. 207).

Para responder às suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens, que serão os pilares do conhecimento para cada indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

Uma nova concepção ampliada de educação devia fazer com que todos pudessem descobrir, reanimar e fortalecer o seu potencial criativo — revelar o tesouro escondido em cada um de nós. Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber-fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordem

¹⁶A Representação da UNESCO no Brasil, em Brasília, é um escritório nacional da Região da América Latina e Caribe. Seu objetivo principal é apoiar a criação e a implementação de políticas públicas que estejam de acordo com as estratégias estabelecidas pelos seus Estados-membros (UNESCO, 2020)

econômica), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade, aprende a ser. (DELORS et al., 2003, p. 90).

Destaca-se, ademais, que esses pilares da educação não se apoiam em uma fase específica da vida ou lugar. Isso porque, uma vez que os tempos e as áreas da educação devem ser repensados de maneira que cada pessoa possa tirar máximo proveito do ambiente educativo em constante ampliação, o pressuposto da educação ao longo de toda a vida é basilar nesse processo (DELORS et al., 2003).

“Aprender a conhecer” supõe aprender a aprender, exercitando a atenção, memória e pensamento. É um processo de aprendizagem nunca acabado, podendo ser enriquecido através de qualquer experiência. Nesse sentido, a educação primária será bem sucedida “se conseguir transmitir às pessoas o impulso e as bases que façam com que continuem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho, mas também fora dele” (DELORS et al., 2003, p.92).

“Aprender a fazer” está mais estreitamente relacionado à questão profissional, isto é, ensinar estudantes a pôr em prática os conhecimentos adquiridos. Nessa etapa de aprendizagem tornam-se evidentes as qualidades muito subjetivas, inatas ou adquiridas dos indivíduos, muitas vezes denominadas “saber-ser”. Tal situação pode ser exemplificada, por exemplo, vinculado à capacidade de trabalhar em equipe, de gerir e resolver conflitos, e que não são, necessariamente, qualidades reservadas a pessoas com altos estudos.

A relação com a matéria e a técnica deve ser completada com a aptidão para as relações interpessoais. O desenvolvimento dos serviços exige, pois, cultivar qualidades humanas que as formações tradicionais não transmitem, necessariamente e que correspondem à capacidade de estabelecer relações estáveis e eficazes entre as pessoas (DELORS et al., 2003, p. 95).

A etapa da aprendizagem “aprender a viver com os outros” ou “viver juntos”, por sua vez, configura um dos maiores desafios da educação, já que a história humana sempre foi marcada por conflitos e ainda surgem elementos novos que acentuam o perigo e o potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX.

É de louvar a ideia de ensinar a não-violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para lutar contra os preconceitos geradores de conflitos. A tarefa é árdua porque, muito naturalmente, os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros (DELORS et al., 2003, p. 97).

Conforme o relatório da UNESCO, a própria educação pode, lamentavelmente, por vezes, alimentar este clima de divergências ou rivalidades latentes, devida a uma má interpretação da ideia de emulação. Para melhorar a situação, a experiência demonstra que, se o contato entre diferentes grupos se fizer num contexto igualitário, e se existirem objetivos e

projetos comuns, os preconceitos e a hostilidade latente podem desaparecer e dar lugar a uma cooperação mais serena e até à amizade.

Um importante tópico no relatório em comento se intitula “A descoberta do outro”, e aborda que uma das missões da educação é transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana, bem como de levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. A questão da alteridade – através do lema central “descoberta do outro” -, o indivíduo passaria, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, logrando uma visão ajustada do mundo. A educação, seja dada através da família, pela comunidade ou escola, deve ajudá-lo a realizar essa descoberta. O diálogo e a troca de argumentos seria um dos instrumentos indispensáveis à educação do século atual.

Desenvolver esta atitude de empatia, na escola, é muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, por exemplo, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem-se evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre os adultos (DELORS et al., 2003, p. 98).

A quarta etapa da aprendizagem, “aprender a ser”, foi afirmada enfaticamente pela Comissão, indicando que a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, “espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (DELORS et al., 2003, p.99). Principalmente, devido à educação que recebe na juventude, o ser humano deve preparar-se para elaborar pensamentos autônomos e críticos a fim de agir nas diversas circunstâncias da vida.

Nessa mesma etapa de aprendizagem, o relatório defende a importância especial da imaginação e da criatividade humana, recomendando que o século XXI explore a diversidade de talentos e de personalidades. As ambiências sociais e relacionais são também focos de promoção da experiência humana. Destarte, fomenta-se concomitantemente a criação de redes sociais (PORTUGAL, 2014).

Convém, pois, oferecer às crianças e aos jovens todas as ocasiões possíveis de descoberta e de experimentação — estética, artística, desportiva, científica, cultural e social —, que venham completar a apresentação atraente daquilo que, nestes domínios, foram capazes de criar as gerações que os precederam ou suas contemporâneas (DELORS et al., 2003, p. 100).

Um dos membros da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI, *In'am Al-Mufti*, também autor do relatório, aborda sobre a importância de investir em talentos a fim de obter a excelência na educação do indivíduo. Para ele, “privar os alunos mais dotados de possibilidades adequadas de educação é privar a sociedade dos recursos humanos mais

preciosos que ela possui para chegar a um desenvolvimento real e eficaz” (DELORS et al. 2003, p.213).

A tarefa de descobrir e cultivar talentos, por sua vez, vai muito além da escola, cabendo à família, às comunidades locais e organizações não governamentais (ONG's). Nessa continuidade, o documento enfatiza que a chave para essa participação da comunidade é o reforço da participação das mulheres no desenvolvimento, e afirma que “a educação das mulheres é provavelmente um dos investimentos mais rentáveis que um país pode fazer” (DELORS et al., 2003, p.215).

2.2. BAHIA COMO AGENCIADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS.

Conhecida pelas belezas naturais e berço de grandes artistas da música e literatura, para além de estereótipos, a Bahia é o quarto estado mais populoso do Brasil, e o mais populoso entre os estados do Nordeste. Segundo os últimos dados do IBGE (2020), o Estado estima um total 14.930.634 pessoas. Lamentavelmente, apresenta imensa desigualdade socioeconômica e indicadores graves sobre violência e desemprego juvenil, déficits na educação e saúde.

Em vista disso, as políticas públicas surgem como estratégias para minimizar esses problemas sociais, sendo os principais instrumentos de concreção dos objetivos do Estado Democrático de Direito (OLIVEIRA, 2017). Constituem autênticos programas de Estado Constitucional que visam, através da articulação eficiente e eficaz dos meios estatais e sociais, assegurar a efetividade do complexo de direitos fundamentais das gerações presentes e futuras (FREITAS, 2015).

Antônio Eduardo de Noronha Amabile (2012) enfatiza que as políticas públicas representam a concretização da ação governamental, o que não impede a efetiva participação social na sua formulação.

São de responsabilidade da autoridade formal legalmente constituída para promovê-las, mas tal encargo vem sendo cada vez mais compartilhado com a sociedade civil por meio do desenvolvimento de variados mecanismos de participação no processo decisório. (AMABILE, 2012, p.390).

Ao traduzirem decisões de caráter preponderantemente político, com elevado grau de discricionariedade, o processo de definição das políticas públicas deve cumprir o princípio da boa administração pública. Para isso, esse controle da discricionariedade deve levar em conta a relação custo-benefício, não apenas econômica, mas também nos aspectos sociais e ambientais.

[...] as políticas públicas não são meros programas episódicos de governo, motivo pelo qual seu núcleo tem de ser revisto, com a concomitante reconceituação da

discricionariedade administrativa. Eis, nessa perspectiva, a tríade de elementos caracterizadores das políticas públicas, no acordo semântico proposto: (a) são programas de Estado Constitucional (mais do que de governo); (b) são enunciadas e implementadas por vários atores políticos, especialmente pela Administração pública; e (c) são prioridades constitucionais cogentes. Vale dizer, são programas que precisam ser enunciados e implementados a partir da vinculação obrigatória com as prioridades estatuídas pela carta, cuja normatividade depende da posituação final (insubstituível), pelo administrador. (FREITAS, 2015, p. 33 e 34).

Para Rua (2011), é necessário fazer a diferenciação entre o conceito de Política Pública e o conceito de Decisão Política, uma vez que a primeira requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. E a decisão política corresponde a uma escolha, dentre uma série de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos.

Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Um exemplo encontra-se na emenda constitucional para reeleição presidencial. Trata-se de uma decisão, mas não de uma política pública. Já a privatização de estatais ou a reforma agrária são políticas públicas. (RUA, 2011, p.6).

Na Bahia, a Política da Juventude vem sendo estruturada e implementada sob a responsabilidade da Coordenação de Políticas de Juventude (COJUVE), criada em 2008 (pelo Decreto nº 11.261), ligada à Secretaria de Relações Institucionais do Governo Estadual. O Conselho Estadual de Juventude da Bahia (CEJUVE)¹⁷, por sua vez, foi criado em 2009 e vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia, detendo elevado grau de importância na realização do controle social permanente.

¹⁷Os 10 anos do Conselho Estadual de Juventude da Bahia foram celebrados com Sessão Especial na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 4 de abril de 2019, e contou com uma apresentação do NEOJIBA, conforme veiculado no site do Governo do Estado da Bahia, disponível no link <http://www.justicasocial.ba.gov.br/2019/04/2702/Conselho-da-Juventude-celebra-10-anos-com-Sessao-Especial.html>

Entre as suas competências¹⁸ estão propor estratégias de acompanhamento e avaliação da Política Estadual de Juventude e promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade do segmento juvenil.

Em 2011, foi aprovado o Plano Estadual de Juventude (Lei 12.361/11), após diversas conferências sobre territórios de identidade e de esforço de muitos jovens que debateram para formular e garantir seus direitos. O Plano visa beneficiar, prioritariamente, os programas e projetos coordenados e subsidiados pelo Poder Executivo Estadual, além dos Municípios que elaborarem planos decenais e constituírem órgãos gestores e conselhos municipais de juventude.

Salienta-se que o Estatuto da Juventude, mencionado em momento anterior, foi sancionado em 05 de agosto de 2013, ou seja, antes do Plano Estadual de Juventude, portanto, o estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade. O estatuto define os princípios e diretrizes para organização das políticas de juventude, em âmbito federal, estadual e municipal. Isto é, estas políticas se tornam prerrogativas do Estado, e não só de governos.

Outro marco legislativo para a juventude baiana foi a recente adesão ao Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) em agosto de 2020. Exatamente no mês em que se comemora o Dia Internacional da Juventude, a Bahia aderiu a esse sistema, que foi criado pelo Estatuto da Juventude e tem como diretrizes a descentralização das ações, atuação em rede e a articulação entre o Poder Público e a sociedade civil.

O SINAJUVE defende a transparência e a ampla divulgação dos programas, das ações e dos recursos das políticas públicas de juventude.

¹⁸ Decreto 11261/08 Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Juventude - CEJUVE, de caráter consultivo, vinculado à Secretaria de Relações Institucionais, com as seguintes competências:

- I - propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política estadual de juventude;
- II - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da juventude, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;
- III - apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem a assegurar e ampliar os direitos da juventude;
- IV - articular-se com o Conselho Nacional, os conselhos municipais de juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;
- V - elaborar recomendações para a implementação de políticas públicas de juventude no âmbito estadual;
- VI - sugerir e promover campanhas de conscientização e programas educativos junto a instituições de ensino e pesquisa, empresas e outras entidades, sobre as potencialidades, direitos e deveres dos jovens;
- VII - promover entendimentos e intercâmbios com organizações e instituições cujos objetivos sejam comuns ao do Conselho instituído por este Decreto.

De acordo com dados de Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2014), conquistas como o IDJovem¹⁹, Mais futuro²⁰, Escolas Culturais²¹ e o Programa Primeiro Emprego²², tem fortalecido o enfrentamento dos desafios e atuado na diminuição do ciclo de pobreza e das grandes vulnerabilidades sociais a que essa população está exposta.

A Identidade Jovem, ou simplesmente ID Jovem, foi criado pelo Ministério da Educação e consiste no documento que possibilita acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos, bem como a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, para jovens de baixa renda (conforme disposto no Decreto 8.537/2015).

O Mais Futuro é um programa de assistência estudantil, criado pelo Governo do Estado, para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais (UNEB, UEFS, UESB e UESC), sendo ofertados estágios e auxílios financeiros.

O Projeto Escolas Culturais, lançado em 2017, tem o objetivo de transformar as unidades escolares em centros culturais, na medida em que incrementa a arte e a cultura no currículo e alia a oferta de cursos de qualificação e formação profissional nas respectivas áreas, além de promover uma ampla integração com a rede de proteção social. Trata-se de um trabalho conjunto da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS) com as secretarias estaduais da Educação, de Cultura e com a Casa Civil. Outra ação social de iniciativa do Governo do Estado é o Primeiro Emprego, que combate o desemprego dos jovens e visa inserir egressos e estudantes da Educação Profissional no mundo do trabalho.

Acompanhando as inovações sociais e legislativas voltadas ao segmento, com o “boom” no século XXI, diversas políticas públicas de juventude foram sendo executadas na Bahia. O lançamento do programa Pacto pela Vida (PPV) criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011, por exemplo, foi reflexo da concepção de política de segurança pública disseminada por todo o país, marcado pela necessária conjugação de esforços entre as várias áreas estatais. O objetivo principal de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio.

¹⁹ Informações sobre ID Jovem disponíveis em <https://idjovem.juventude.gov.br/emitir-id-jovem>.

²⁰ Informações sobre Mais Futuro disponíveis em <http://maisfuturo.educacao.ba.gov.br/permanencia>

²¹ Informações sobre Escolas Culturais e também sobre participação do IDSM/NEOJIBA na colaboração e nas atividades desse projeto podem ser visualizadas e estão disponíveis através do link a seguir: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=164>.

²² Como conquista e diretriz central para juventudes, maiores informações sobre o Programa Primeiro Emprego estão disponíveis em <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/primeiroemprego>.

Clebson Santos de Brito (2019), ao averiguar os dados históricos sobre a criminalidade contra jovens na Bahia, verificou-se que, a partir da atuação da política pública PPV, houve certa estabilização estatística do número de homicídios de jovens, sobretudo nos municípios considerados prioritários para essa política pública. Apesar dessa estabilização nos índices, os números na criminalidade contra jovens ainda são expressivos e alarmantes, merecendo constante atenção a atuação governamental.

As políticas públicas culturais também ocorrem com expressividade na Bahia. Apesar da relação milenar entre Estado e Cultura, a atividade estatal sobre a cultura como área que deve ser tratada sob a ótica das políticas públicas é contemporânea (CALABRE, 2009). Este tipo de política obedece a mesma lógica no que tange à formulação e implementação das outras categorias (políticas públicas de segurança, saúde, de assistência social e outras).

Não obstante o que a distingue, é que envolve um conjunto de atores que relaciona poder público, instituições civis (terceiro setor), organizações privadas, grupos comunitários e os contemporâneos coletivos “em ações de produção no campo simbólico, no imaginário coletivo e nos estímulos às capacidades e criações do espírito humano” (LEITE, 2015, p.29).

Ora, se as políticas estão relacionadas com o poder social, então as políticas de cultura estão relacionadas à expressão social, de forma individual ou coletiva. Geram também um arcabouço de poder por meio deste protagonismo. Promovem a participação e viabilizam o ativismo social (LEITE, 2015, p. 29).

Com relação à política cultural para a música, o Governo da Bahia mantém corpos estáveis, como a Orquestra Sinfônica da Bahia (OSBA) e os Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA) que desempenham papel relevante na vida dos seus integrantes jovens e na formação e difusão da música orquestral.

A Bahia tem uma diversificada gama de expressões musicais: erudita, popular, mercantil etc. Aqui se desenvolveu uma indústria da música como em poucos estados brasileiros. Para além das críticas estéticas ou da hegemonia que inibe outras expressões musicais na Bahia, a indústria da música baiana produziu mercado de trabalho e profissionalização no cenário musical baiano (RUBIM, 2014, p. 173).

Uma interessante reflexão para compreender as políticas públicas destinadas à juventude é trazida por Marília Pontes Sposito e Paulo Carrano (2003), quando lecionam que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e de jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas.

A conformação das ações e programas públicos pode provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Em outros termos, as políticas públicas de juventude ultrapassaram “o retrato passivo de formas dominantes em

conceber a condição juvenil” (SPOSITO & CARRANO, 2003, p.18), e poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações.

As representações normativas, embora focadas nos jovens, não incidem apenas sobre eles, isoladamente. Elas tratam, sobretudo, de universos relacionais: jovens e mundo adulto, este último marcado pelo poder exercido nas instituições, nas quais as possibilidades de interação, de conflito e de solidariedade também se destacam (SPOSITO & CARRANO, 2003, p. 18).

A literatura (CEPAL, 2000a) tem destacado a relevância de se tomar os jovens segundo uma perspectiva dupla, na qual eles seriam receptores de serviços públicos que buscassem enfrentar a equação desigualdades sociais e exclusão social, ao mesmo tempo, atores estratégicos no desenvolvimento de sociedades mais igualitárias e democráticas

Nessa perspectiva, nas políticas públicas bem sucedidas, o protagonismo juvenil aparece como importante contraponto à violência e exclusão social, como revelou o Relatório da UNESCO - intitulado “Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas”. É oportuno que essas políticas promovam uma precisa distribuição de papéis e funções entre os envolvidos, de modo a obter condições favoráveis à realização de programas articulados e que, ainda, desenvolva um efetivo protagonismo dos próprios jovens, como atores estratégicos do desenvolvimento (CASTRO et al., 2002).

3. NÚCLEOS ESTADUAIS DE ORQUESTRAS JUVENIS E INFANTIS DA BAHIA

“Que a prática da construção da beleza faça parte do cotidiano da criança e do jovem. A gente considera que por aí a gente transforma e, quem sabe, salva o mundo”.
Ricardo Castro, 2017.

3.1. DA CRIAÇÃO E PRIMEIRAS INCURSÕES PARA ACESSO À JUSTIÇA SOCIAL

O programa NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia) foi criado em 2007, pelo pianista, educador, regente e gestor cultural Ricardo Castro²³. É gerido pelo Instituto de Ação Social pela Música (IASPM – posteriormente alterado para Instituto de Desenvolvimento Social para a Música - IDSM) e está vinculado ao Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

Os Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia têm como missão social “promover na Bahia o desenvolvimento e a integração social prioritariamente de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade por meio do ensino e prática musical coletivos”.

Apesar de ser muitas vezes identificado como política pública, O NEOJIBA integra uma política de governo, criada sob o mandato de Jaques Wagner, governador da Bahia à época (2007). Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas, visando responder às demandas colocadas na própria agenda de política interna (ALMEIDA, 2016). Salienta-se que, desde 2007, os chefes do executivo no Estado da Bahia são filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A metodologia do programa é inspirada em um modelo didático-musical de desenvolvimento humano, criado por José Antônio Abreu, na Venezuela, em 1975, hoje

²³O maestro Ricardo Castro, regente titular da Orquestra Juvenil da Bahia, é um premiado solista com carreira internacional. Em 2011, foi eleito a Personalidade Cultural do Ano pelo ‘Prêmio Bravo!’ em reconhecimento ao seu trabalho com jovens integrantes do programa. Em 2013, foi o primeiro brasileiro a receber o título de Membro Honorário da *Royal Philharmonic Society*. O título foi concedido apenas 131 vezes, em 200 anos, personalidades como Brahms, Liszt ou Stravinsky, em reconhecimento aos importantes serviços prestados à música.

reconhecido mundialmente como *El Sistema*, uma das mais exitosas iniciativas do gênero na história.

O *El Sistema* sistematizou o ensino e a prática individual e coletiva de música por meio de orquestras e corais. Para o seu idealizador, tratava-se da maneira mais eficiente de promover o desenvolvimento humanista de crianças e adolescentes, oferecendo uma nova perspectiva àqueles em situação de vulnerabilidade social na Venezuela.

Em julho de 2007 foi anunciado pela primeira vez o NEOJIBA e sua seleção pública de 80 jovens músicos, membros fundadores da Orquestra Juvenil 2 de Julho (que em 2011 passa a se chamar Orquestra Juvenil da Bahia). Em 20 de outubro do mesmo ano, realizou-se o primeiro concerto, sob regência e preparação do maestro venezuelano Manoel Lopez.

De lá para cá, inúmeros foram os eventos em que o programa se fez presente, marcando a história para além do Estado da Bahia. Em julho de 2010, por exemplo, houve a 1ª Turnê Europa e Turnê Sudeste, passando por Lisboa, Londres, Belo Horizonte, Campos do Jordão e São Paulo, com gravação do 1º DVD ao vivo no 40º Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão.

Em 2017, em comemoração aos dez anos de programa, foram realizadas ações comemorativas no interior do estado, através das Caravanas Pedagógicas, concertos de música de câmara e orquestras regionais, além das séries de concertos “NEOJIBA no TCA” e “NEOJIBA Itinerante”.

Em abril de 2018, iniciou o projeto “Meninas na Música”, em parceria com Instituto Avon e replicado em segunda edição ao longo de 2020, com oficinas ministradas por mulheres profissionais das áreas de música, desenvolvimento social, educação e audiovisual.

A nova sede do NEOJIBA foi inaugurada em 9 de julho de 2019, no Parque do Queimado, na Liberdade. Funciona em um imóvel do século XIX, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que foi restaurado e adaptado para receber as atividades do NEOJIBA

O espaço abriga ainda as atividades de departamentos estratégicos do programa, como o setor de Desenvolvimento Social e o Centro de Documentação e Memória. O Parque do Queimado abrigou a primeira central de tratamento e distribuição de águas do Brasil (EMBASA), a Companhia de Abastecimento de Água do Queimado, que foi um marco da engenharia no Brasil.

FOTOGRAFIA 4 – Parque do Queimado



Fonte: NEOJIBA, 2019²⁴.

Atualmente, a estrutura organizacional do programa conta com um total de 13 núcleos, sendo o Núcleo de Gestão e Formação Profissional (NGF), localizado em Salvador, e 12 Núcleos de Prática Musical (NPM), sediados em diferentes bairros da capital e em outros cinco municípios do estado: Simões Filho, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié e Teixeira de Freitas.

Nos 13 Núcleos, as atividades de prática instrumental e coral são gratuitas, regulares, realizadas em condições adequadas e com a presença de instrutores em processo de formação contínua com profissionais nacionais e estrangeiros. Assim como na orquestra, a prática coral capacita crianças, adolescentes e jovens tanto na área técnico-musical, quanto no exercício da vida social. A metodologia da formação musical dos coralistas é similar a dos instrumentistas da orquestra, com ensaios separados de naipes, progressiva junção até o ensaio geral e sistema de monitoria.

Pelo perfil de nossa sociedade atingimos majoritariamente a população pobre em termos materiais e com certeza tiramos crianças da rua, mas isso é uma consequência do fato de oferecermos a todos, sem distinção, um ensino musical de qualidade comparável ao de grandes centros musicais. Além disso, oferecemos não somente a gratuidade do ensino, como também o transporte, um lanche e uma bolsa. Acolhemos crianças e jovens de todos os segmentos da sociedade que queiram tocar em uma orquestra ou cantar em um coral. O foco é a excelência musical e a integração social se dá por ela. (CASTRO, 2020).

²⁴ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/nejiba/48188092496/in/album-72157709404404596/>. Acesso em: 08 set. 2020.

Com base no Mapa Social (2019) desenvolvido pelo programa, o público do sexo feminino é maioria no programa, correspondendo a 891 (51%) integrantes e o público masculino a 845 (49%) integrantes. Quanto à cor/ raça, levando em consideração a auto declaração dos integrantes, 668 (38%) integrantes se declararam negros, 787 (45%) declararam pardos, 35 (2%) declararam amarelos, 183 (11%) declararam brancos e 63 (4%) não declararam sua cor/raça.

No programa, todos são convidados a exercitar dois lemas guias. O primeiro - “*Aprende quem Ensina*” - visa estimular a prática de compartilhar o conhecimento. Integrantes mais experientes tornam-se madrinhas e padrinhos dos integrantes mais novos para que o processo de ensino e aprendizagem em música seja efetivo.

O segundo lema, “Lugar de Plateia é no Palco”, ressalta que a prática musical pode estar ao alcance de todos, independentemente de aptidão especial e que, em condições externas adequadas, tais como ambiente facilitador da concentração, orientação e regularidade, qualquer pessoa é capaz de cantar ou tocar um instrumento.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do NEOJIBA (2019) não são utilizados testes de aptidão ou proficiência musical para a inscrição em orquestras e corais de iniciantes no Programa, em respeito ao princípio do “acesso não seletivo”. É fundamental oferecer a instrução, os instrumentos, o material didático sem custos para todos os integrantes. No entanto, a continuidade de cada integrante no programa deve ser avaliada mediante o desempenho, a frequência e o esforço de cada um, não necessariamente em relação ao desenvolvimento técnico alcançado, mas na observância dos objetivos de crescimento e desenvolvimento como pessoa e cidadão.

O NEOJIBA realiza algumas ações pedagógicas complementares às suas atividades cotidianas e regulares, como, por exemplo, o Programa de Capacitação em Prática e Ensino Musical Coletivos e de Excelência, com Monitoria Supervisionada (PROMS). O PROMS destina-se aos integrantes das principais formações musicais que tenham concluído o ensino médio, com idade máxima de 25 anos (para a Orquestra Castro Alves) e 27 anos (para a Orquestra Juvenil da Bahia e Coro Juvenil).

Outra ação complementar é o Projeto Músicos Multiplicadores (PROMULTI), que é destinado aos membros da Orquestra Juvenil da Bahia que não atuam na monitoria, com o objetivo de estimular ações solidárias e empreendedoras entre os jovens músicos. Há ainda o Programa de Capacitação em Prática e Ensino Musical Coletivos, Jovens Líderes, que é uma capacitação para adolescentes e jovens integrantes e ex-integrantes dos Núcleos de Prática Musical do programa NEOJIBA. Tem duração de dez meses e oferece dezoito sessões de

oficinas de pedagogia, dois seminários de formação, capacitação continuada por meio de atividades de monitoria, com supervisão da coordenação do Núcleo de Prática Musical e dos instrutores do programa NEOJIBA.

Para além da música, o programa desenvolve treinamento e capacitação de adolescentes e jovens para atuarem em áreas técnicas voltadas para a logística de ensaios e apresentações musicais, para a criação e manutenção de arquivo musical digital e para a manutenção e reparo de instrumentos musicais. A formação ocorre no bairro do Barbalho, no Atelier Escola de Luteria (AEL) e no Centro de Documentação e Memória (CDM) do programa, na sede do Programa, na Liberdade, em Salvador.

Outra ação de grande importância é a realização de seminários pedagógicos que acontecem todos os anos, durante uma semana, e são encontros que oferecem atividades de formação e intercâmbio para a equipe pedagógica do NEOJIBA, além de contar com especialistas externos que ministram palestras e promovem debates sobre temas importantes no desenvolvimento de atividades do programa.

Em 19 de março, dois dias depois que todas as atividades presenciais foram suspensas (17/03), como medida de prevenção à pandemia da COVID-19, o programa adotou uma nova plataforma de interação com seus integrantes, o NEOJIBA ONLINE.

Além da continuidade às aulas coletivas e individuais com professores regulares do programa, a plataforma online possibilitou aulas com artistas internacionais, como a violinista japonesa Midori Goto, o flautista suíço Michel Bellavance, o violinista francês David Grimal, o trompetista suíço Gérard Métrailler, a ministra da Cultura e Turismo de Moçambique e oboísta Eldevina Materula e o violinista alemão Markus Däunert. Destaca-se que o Instituto de Desenvolvimento Social pela Música (IDSM) forneceu pacote de dados para quem não tem acesso à internet e com um recebimento de uma doação, pôde adquirir quarenta tablets para distribuição entre os integrantes que não tinham como acessar o sistema virtual.

Como ações realizadas pelo programa durante o período de pandemia, destacam-se o “NEOJIBA na Janela” e a Segunda Edição do “Festival NEOJIBA Encanta”. O primeiro evento foi realizado em 09 de julho, em comemoração ao primeiro ano da sede do Parque do Queimado. Em várias janelas de Salvador, Simões Filho, Jequié, Feira de Santana, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas, integrantes das orquestras, núcleos e coros, tocaram ou cantaram músicas para os vizinhos.

Já o Festival NEOJIBA Encanta, realizou-se de 05 a 13 de agosto, com apresentações e conversas sobre canto coral com os eventos online, com transmissão pelo Facebook e YouTube. Entre os destaques da programação estão dois recitais online do Coro Juvenil e as

mesas-redondas, com diversos palestrantes abordando temas relacionados à música, a exemplo do cuidado com a voz.

O Desenvolvimento Social é um dos princípios norteadores dos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia. Os integrantes são conduzidos à disciplina, ao esforço, à concentração, à busca metódica de seus objetivos e a diversas reflexões que buscam promover sua integração social. Para isso, o setor de Desenvolvimento Social (DS) é formado por profissionais das áreas de Serviço Social e Psicologia, que prestam serviços de atendimento psicossocial individualizado e/ou em grupo aos integrantes e seus familiares.

É fundamental ressaltar que todos os integrantes do programa NEOJIBA em idade escolar são acompanhados pelas profissionais do setor de Desenvolvimento Social, através do comprovante de matrícula, boletins escolares e reuniões com pais e escolas. Ademais, são realizados encontros semestrais com familiares e/ou responsáveis pelo acompanhamento social, familiar e comunitário dos integrantes.

As atividades promovidas também foram mantidas, mesmo com a determinação do isolamento social da pandemia. Segundo dados do site do programa (2020), apenas durante os quarenta primeiros dias do período da quarentena, foram 615 atendimentos por meio de ligações, mensagens do aplicativo Whatsapp e conversas por videochamada.

Pode-se delinear as principais ações e atendimentos oferecidos na prática do DS através do seguinte organograma:

ORGANOGRAMA – Setor de Desenvolvimento Social



Fonte: Elaborada pela Pesquisadora, 2021.

Contemporaneamente, o conceito de Desenvolvimento tem sido utilizado, não apenas para referir-se a um processo de crescimento econômico ou acumulação de capital, mas

também abarcando uma dimensão qualitativa, sobre respeito aos direitos humanos, a diversidade étnica e cultural, à sustentabilidade e à melhoria dos índices de saúde, educação, habitação e trabalho.

Amartya Sen (2000) considera que o desenvolvimento de uma nação está associado mais fortemente aos processos sociais capazes de expandir as capacidades e oportunidades das pessoas, e não simplesmente à expansão da renda. Para que esse desenvolvimento seja colocado em prática “requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade”, como, por exemplo, “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência nos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p.18).

Para o autor, há uma relação essencial entre democracia e desenvolvimento, sendo a primeira um elemento resultante do próprio desenvolvimento, pois expande as condições de escolha e de liberdade e contribui na construção das normas e valores essenciais para viver em sociedade.

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000, p. 25-26).

Sen aborda, sobremaneira, tópicos sobre oportunidades reais que as pessoas possuem como fatores influenciadores do desenvolvimento. Para isso, considera diversas contingências que podem afetar a vida das pessoas, como idade, gênero, deficiências, saúde, etc. (as chamadas heterogeneidades pessoais), além das diversidades no ambiente físico, variações no clima social e as diferenças de perspectivas relacionais (como os padrões de comportamento na sociedade).

Tais conceitos estão ainda intimamente relacionados à teoria de Justiça Social elaborada pelo autor (2011), que defende a ideia de justiça focada em realizações ou “teoria da escolha social”. Essa teoria da escolha social seria o modelo mais adequado para verificar como as liberdades são ou podem ser ampliadas, uma vez que as privações a direitos mínimos afetam as possibilidades de escolhas e interferem diretamente na capacidade de autonomia individual e coletiva.

Em sua perspectiva, portanto, justa é aquela sociedade onde as pessoas possuem opções de escolha e onde o bem-estar é levado em consideração. A justiça neste caso deve atingir a todos, sem exceção. Sen reconhece a relevância das instituições e das regras na realização de

um projeto de justiça social, mas considera que as realizações de fato vão muito além do quadro organizacional e incluem as vidas que as pessoas conseguem – ou não – viver.

Um outro ponto a se evidenciar é a tentativa do autor de compreender as demandas da justiça social a partir da perspectiva individual e não coletiva, ao defender que uma pessoa não pertence a um único grupo, mas sim a vários grupos diferentes, considerados a partir das distinções de gênero, classe, linguagem, profissão, nacionalidade, raça, religião etc. Para Sen (2011, p. 161 e ss), a ideia de justiça e de pesos e medidas para o desenvolvimento com liberdade, se configuram na observância do indivíduo não apenas como um grupo particular. Isto porque configurar-se-ia a negação da liberdade de cada um para decidir como ver a si próprio.

A utilização da “#issoéJustiçaSocial” é frequente nas redes sociais do programa NEOJIBA ao divulgarem suas agendas ou ações. Na inauguração do Núcleo de Vitória da Conquista, o idealizador e diretor geral do programa, Ricardo Castro (2019²⁵), afirmou: “Fico muito feliz pelo Governo do Estado ter abraçado esse projeto e embarcado na construção de uma Bahia com mais justiça social através do trabalho que desenvolvemos no programa”.

A mesma tônica discursiva é observada no pronunciamento de Carlos Martins, Secretário Estadual de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS), ao comentar sobre o Núcleo no Parque do Queimado:

“Esses meninos e meninas participam atualmente de um grande e eficaz processo de desenvolvimento social, pessoal e artístico. O espetáculo musical é o resultado visível de um longo trabalho que une arte e cidadania, possibilitando a mudança de vida e a descoberta de um novo mundo. Hoje, temos jovens oriundos de bairros populares, que viajam pelo mundo e encantam quem cruza os seus caminhos, são empoderados, acreditam e descobriram o seu potencial, e alimentam as nossas almas, nos trazendo alegria e orgulho. Isso é Justiça Social.”

A incorporação dos sujeitos pelo reconhecimento de suas necessidades, bem como o reconhecimento das diferenças pensadas segundo modos de garantir a minimização das discrepâncias, é o que possibilita a promoção da justiça social, dependendo essa intimamente da justiça individual (DE OLIVEIRA; GERMINIANI, 2016, p. 80).

3.2 A EDUCAÇÃO MUSICAL NÃO FORMAL E JUVENTUDES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

²⁵Matéria Disponível em :<http://www.cultura.ba.gov.br/2019/10/17020/Nucleo-Territorial-do-NEOJIBA-em-Vitoria-da-Conquista-e-inaugurado.html>. Acesso em 17 fev.2020

Diante de todo o contexto explanado, os Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia são um exemplo de iniciativa que desenvolve educação não formal. Por apresentar uma linguagem universal e atrair a atenção de todas as faixas etárias, a música é um grande espaço de desenvolvimento de programas e projetos da educação não formal (GOHN, 2003 e 2011).

Maria da Glória Gohn (2014, p. 43) explica que a educação não formal “é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Isto é, desenvolve-se extramuros escolares, fora de contextos institucionais de educação, instituições superiores oficiais e certificadores de titularidades.

Relevante ressaltar que a educação não formal não possui o condão de diminuir ou excluir o papel ou poder das escolas, nem mesmo de complementar ou reforçar as atividades escolares. Ao contrário, amplia, diversifica e tem como central eixo ocupar-se de pontos específicos, ou seja, “a educação não formal tem natureza, campo e especificidade próprios” (GOHN, 2014, p.46).

No Brasil, o surgimento da educação não formal está ligado à Educação Popular, na década de 1920, através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, onde os intelectuais brasileiros pregavam uma educação popular para todos. Mas foi com através dos processos de industrialização e urbanização ocorridos nos anos 60, e com a necessidade de mão de obra qualificada, além de um alto índice de analfabetismo, que o país direcionou sua preocupação para a educação de jovens e adultos de classes populares (MACIEL, 2011).

Ademais, a Educação Popular no Brasil, na década de 60, está relacionada aos segmentos excluídos e aos movimentos sociais e de resistência aos sistemas repressivos e autoritários no período da ditadura e pós-ditadura militar.

Nesse contexto, um dos objetivos principais da Educação Popular era de buscar promover a participação dos sujeitos na construção de um projeto político de sociedade através de soluções construídas coletivamente, nas quais se pretendia superar as desigualdades sociais, principalmente no que se refere às desigualdades existentes no campo educacional (OLIVEIRA et al. 2017).

O termo “educação não formal” se espalhou no Brasil a partir dos anos 2000, através de inúmeras ONGs, e entidades do chamado “sistema S”: SENAC (Serviço Nacional do Comércio), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Social da Indústria) e SENAT (Serviço Nacional dos Transportes) (GOHN, 2014). Encontra bases teóricas pioneiras em Paulo Freire, ao defender que o aprendizado pode ocorrer em diferentes espaços e de

forma livre nos mais diversos grupos, possibilitando mudanças na concepção de pensamentos e nas ações.

Propõe, ainda, uma educação libertadora, capaz de fornecer resultados em formação crítica e política de jovens adultos.

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para transformar. Ninguém luta contra forças que não entende cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna. (FREIRE, 1996, p. 48)

Como resultados, a educação não formal poderá desenvolver uma série de processos tais como:

(...) quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam, simplificada, como a auto-estima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc. (GOHN, 2006, p.30).

Observa-se, portanto, além de um processo cultural e pedagógico, um processo sociopolítico de formação para a cidadania. Nesse sentido, pertinente a relação da educação não formal com as teorias da democracia participativa, uma vez que nesta há a determinação da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão na sociedade.

É justamente um modelo de democracia que incorpora e defende a participação da sociedade civil no interior dos Estados democráticos e que busca restabelecer o vínculo entre democracia e cidadania ativa, contribuindo para a politização dos cidadãos.

As premissas assinaladas acima poderão não se realizar ou se alterar na prática caso haja a presença de processos de controle, manipulação e regulação da participação fundada em interesses de grupos, interesses particulares, formas clientelistas tradicionais ou barbárie (medo, terrorismo, violência). Não obstante, “o modelo participativo não é uma ‘receita’ que se aplica e gera dados resultados previsíveis”, uma vez que precisa ser construído colocando como prioridades absolutas os interesses públicos dos cidadãos e as carências efetivas existentes. (GOHN, 2014).

É proeminente, portanto, o reconhecimento da importância e da essência dos elementos e processos que compõem a educação não-formal no processo de construção de uma sociedade sem injustiças, democrática, pois ela pode socializar os indivíduos, desenvolver hábitos, comportamento, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo os valores da comunidade em que estiverem inseridos (BARROS; SANTOS, 2010).

À vista disso, devem contemplar projetos emancipatórios que tenham como prioridade a mudança social, que “pensem alternativas para um novo modelo econômico não excludente que contemple valores de uma sociedade em que o ser humano é centro das atenções e não o lucro, o mercado, o status político e social e o poder em suma” (GOHN, 2006, p.37).

4. “O CANTO É CORAL”: CONTEXTOS SOCIAIS E FAMILIARES

*“A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina (...)
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar”*

(Trecho de “Triste, Louca Ou Má”,
Canção de *Vivien Carelli*)

Cynthia Sarti compreende a família, numa perspectiva antropológica, como “um universo de relações” e que, quando se enfoca a família, a primeira coisa que deve ser levada em conta é tratar-se de relações, e não de indivíduos. A autora parte da ideia de pensar a família, simbolicamente, a partir de um discurso sobre si própria, internalizado nos sujeitos, o que é uma “forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que nos permita a pensar como a família constrói, ela mesma, sua noção de si” (2004, p.14). (grifos nossos).

Observa-se uma formulação claramente contrária à identificação da noção de família com a unidade de reprodução biológica (pai, mães e filhos) e se contrapõe, ainda, à suposição da biologia humana como parte da ordem da natureza.

Além do mais, Sarti afirma que a família carrega a função de dar sentido às relações entre os indivíduos, servindo de *espaço para elaboração das experiências vividas* (grifos nossos). Essa concepção que possibilita pensar o processo de “crescer”, diz respeito a todos os seus membros, ao longo de suas vidas, na medida que as experiências podem ser reelaboradas. Crescer, portanto, “é processo simbólico, desvinculado do mero processo biológico”.

As condições favoráveis para que uma criança “cresça” ou um jovem se desenvolva na família se ampliam quando seu pai, sua mãe ou quem deles cuida *possam se pensar*, eles mesmos, como alguém em permanente crescimento, em cada novo lugar que ocupe na família (SARTI, 2004, p.17). .

Como um lugar privilegiado de constituição de subjetividade, a família implica ao mesmo tempo proteção e fragilização. Ora esta pode ser responsabilizada, especialmente em

contextos urbanos, pelos males do nosso século, ora ser idealizada, como lócus de preservação e integridade, do bem-estar e da qualidade de vida (BASTOS; PETRINI; ALCÂNTARA, 2015).

Aparece, no mundo contemporâneo, como eixo estratégico ao longo do qual se organizam a socialização e a sobrevivência cotidiana. Ademais, passam por ações de controle social, no sentido de conformidade ou emancipação. Nesse processo, jovens, como elos mais recentes da cadeia sucessiva de gerações, interceptam gerações passadas e futuras. As relações intergeracionais, seriam o nexos profundo entre quem gera uma linha simbólica e quem acolhe (ou rejeita) este manancial (SCABINI; CIGOLI, 2014).

Ao tomar conceito sobre vida familiar, a vivência dentro de um projeto comunitário, coletivo e com finalidade educativa requer também uma aproximação não só com responsáveis pelas crianças e jovens. A comunicação, a integração e a escuta ativa relativa às famílias compõem uma das diretrizes seguidas dentro do NEOJIBA. Isso ocorre – através de setor especializado (com assistência social e psicologia como aportes) e consta como atividade frequente, promovendo encontros semestrais (familiar e comunitário) na busca de fortalecer a importância da educação na formação das crianças, adolescentes e jovens.

Os egressos do programa são acompanhados por meio de contatos telefônicos ou presenciais, bem como reuniões em plataformas digitais (por conta da pandemia e segurança sanitária indicadas após março de 2020). Não apenas integrantes e equipe pedagógica recebem as capacitações, como também os familiares, participando de oficinas socioeducativas.

Outrossim, o Setor de Desenvolvimento Social (SDS) elabora o Mapa Social anual, voltando-se a atenção às relações intrafamiliares, pois considera “a família o primeiro núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços socioassistenciais” (2019, p.34).

Deste modo, o presente capítulo dedica-se a explorar contextos sociais e familiares, dentro do programa, enveredando por uma perspectiva mais abrangente²⁶ até à individualidade das entrevistas em profundidade com mães de integrantes do projeto.

4.1 CONDICIONALIDADES E APROXIMAÇÕES COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

²⁶O título “O Canto é Coral” parafraseia o nome de um dos núcleos do programa, que foi criado em 2019, dando justamente a ideia de família como um “coral” de pessoas que “cantam juntas”, isto é, unem-se por laços sanguíneos ou afetivos (DIAS, 2019).

A equipe técnica do Setor de Desenvolvimento Social do programa NEOJIBA, com a finalidade de apresentar um diagnóstico social das famílias inseridas no programa, elaborou o Mapa Social (2019), destacando as características socioeconômicas e situações de vulnerabilidade e/ou risco social, referente ao ano de 2018²⁷.

O objetivo principal na elaboração do mapa é dar visibilidade às demandas resultantes desse processo para que estas famílias possam ser inseridas e encaminhadas à política de Assistência Social e demais políticas públicas ofertadas pelo Governo do Estado da Bahia e outros órgãos de direito. Visa, igualmente, analisar o perfil dos integrantes e seus familiares para intervir de forma mais efetiva, identificar, dentre os integrantes, o público prioritário para o atendimento psicossocial (visando possíveis inserções no CadÚnico e demais políticas públicas ou outras intervenções cabíveis).

Nesse processo, além de promover, a partir dos dados levantados, possíveis articulações e parcerias com as redes de proteção socioassistenciais, como os Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e outras instâncias, a atuação firma interface famílias e integrantes.

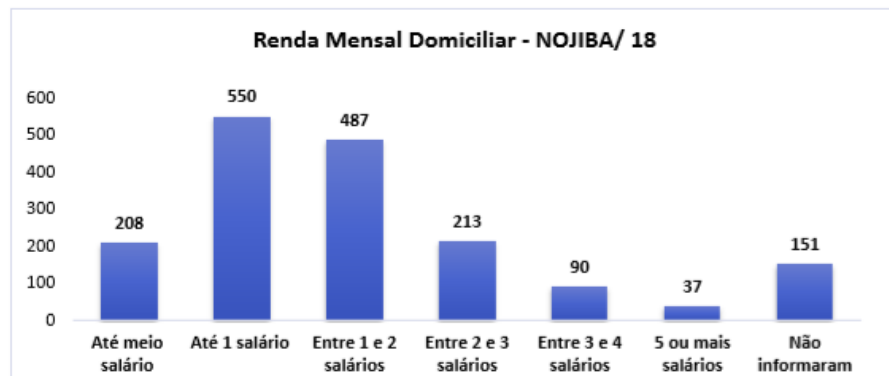
A análise dos dados considerou um total de 1.736 integrantes e foram examinados, dentre diversos tópicos, dados sobre a situação socioeconômica e habitacional.

A análise dos dados sobre a situação socioeconômica e habitacional permite conhecer a realidade e o cotidiano das famílias atendidas pelo programa, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também informações de cada um dos componentes da família, visando sua compreensão sob a ótica da equidade e justiça social, de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais (Mapa Social NEOJIBA, 2019, p.13, grifo nosso)

O gráfico a seguir revela, sobre a renda mensal das famílias inseridas no programa, que: 208 (12%) das famílias possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo; 550 (32%) famílias possuem uma renda mensal de até 01 salário mínimo; 487 (28%) famílias possuem uma renda mensal entre 01 e 02 salários mínimos; 213(12%) famílias possuem uma renda mensal entre 02 e 03 salários mínimos; 90 (5%) famílias possuem uma renda mensal entre 03 e 04 salários mínimos; 37 (2%) famílias possuem uma renda mensal de 05 ou mais salários mínimos; e, 151 (9%) integrantes não informaram ou não souberam a renda mensal da família.

²⁷ A publicação do Mapa Social referente ao ano de 2020 está prevista para abril de 2021, conforme informações do SDS.

GRÁFICO 1 – Renda mensal domiciliar – NEOJIBA

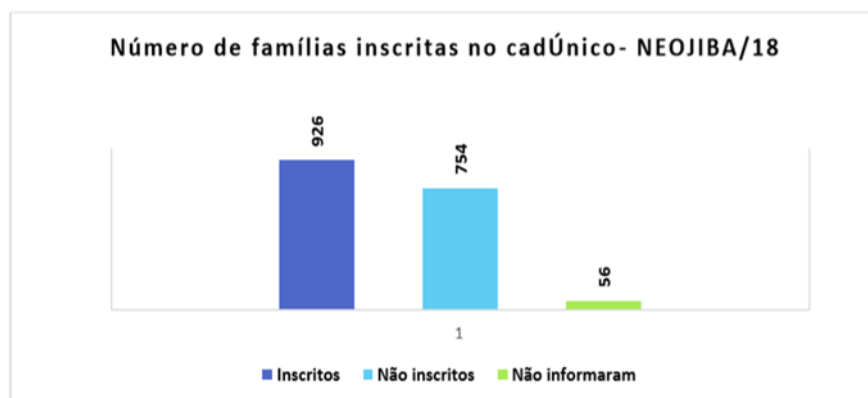


Fonte: Mapa Social NEOJIBA, 2019.

Das famílias inseridas no programa, 926 (53%) declararam estarem inscritas ao CadÚnico; 754 (43%) declararam não estarem inscritas ao CadÚnico; e 56 (3%) não informaram a respeito.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal per capita de até meio salário-mínimo por pessoa, ou renda mensal total de até três salários-mínimos. Além disso, ele é um instrumento obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

GRÁFICO 2 – Família inscritas no CadÚnico – NEOJIBA



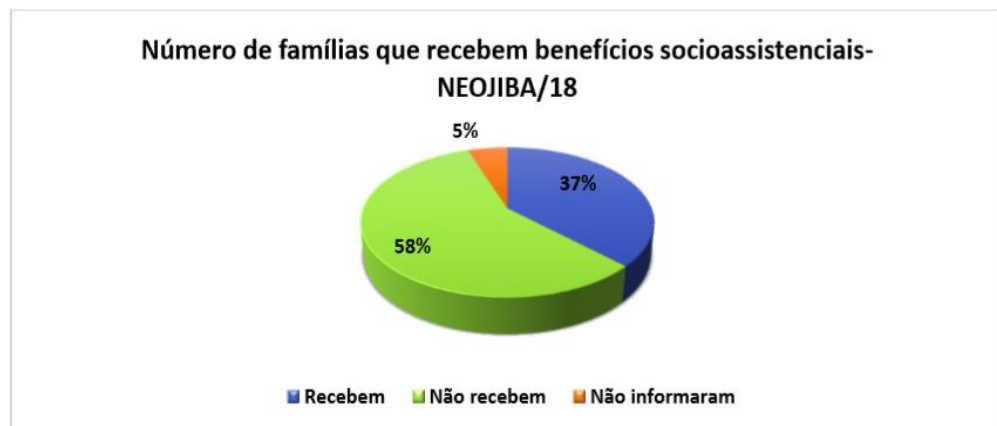
Fonte: Mapa Social NEOJIBA, 2019.

O mapa avaliou, também, a quantidade de famílias beneficiárias de algum tipo de Benefício Socioassistencial. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os

benefícios socioassistenciais integram a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e se configuram como direito do cidadão e dever do Estado.

São provisões suplementares prestadas organicamente articulado as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da inclusão dos beneficiários e suas famílias nos serviços ampliando a proteção social e promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

GRÁFICO 3 – Famílias e Benefícios – NEOJIBA (ano 2018)



Fonte: Mapa Social NEOJIBA, 2019.

Das famílias beneficiárias, podem ser declarados os seguintes benefícios declarados:

BE – Benefícios Eventuais são de caráter provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária.

BPC – Benefício de Prestação Continuada assegura um salário-mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência, incapacitados para a vida independente e para o trabalho.

PBF – Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza em todo país. O PBF integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os brasileiros com renda per capita que não ultrapasse a R\$ 170,00 mensais e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

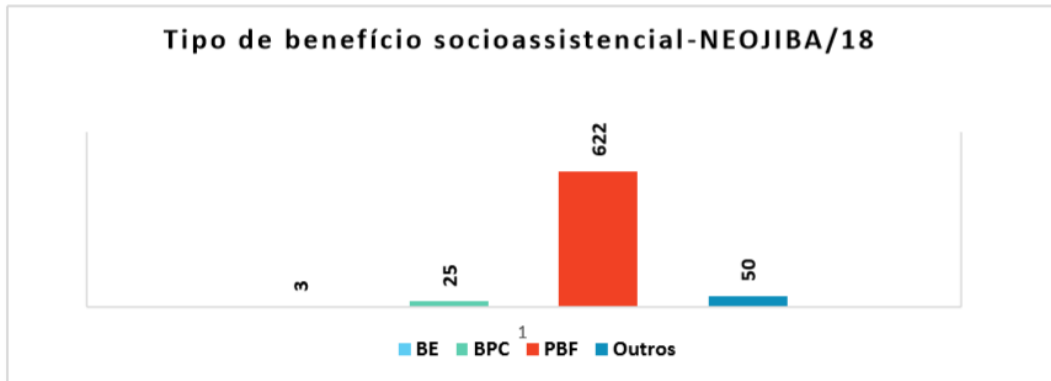
Tarifa Social – A Tarifa Social de Energia Elétrica é um desconto na conta de luz destinado às famílias inscritas no Cadastro Único com renda de até meio salário mínimo per capita ou que tenham algum componente beneficiário do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC).

Minha Casa, Minha Vida – O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um dos programas sociais que utilizam, para a seleção de seus beneficiários, as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e oferta moradia a população de baixa renda (NEOJIBA. Mapa Social, 2019, p.19).

Ficou demonstrado que, dos 700 integrantes que declararam receber benefícios socioassistenciais, 03 integrantes declararam serem contemplados com o Benefício Eventual;

25 (4%) integrantes declararam serem contemplados com o Benefício de Prestação Continuada; 622 (89%) integrantes declararam inserção no Programa Bolsa Família; e 50 (7%) integrantes declararam serem contemplados por outros benefícios, incluindo a tarifa social de energia elétrica.

GRÁFICO 4 – Tipo de benefício – NEOJIBA



Fonte: Mapa Social NEOJIBA, 2019.

Convém ressaltar que, dentro dos critérios para integrar o NEOJIBA, o cartão SUS é um dos documentos solicitados para o cadastramento. Caso o integrante e ou a família não possua o documento, o SDS faz o encaminhamento imediato, uma vez que é o documento porta de entrada para qualquer encaminhamento referente a saúde.

Para tais encaminhamentos, o programa conta com algumas instituições de Saúde parceiras, como a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (a qual ficou responsável por acompanhar e assistir integrantes com necessidades relacionadas às áreas de Odontologia e Fisioterapia), Dra. Vanessa Dybal, Médica Clínica, que atende no Consultório na Clínica AMO.

Há ainda o Grupo de Psicólogos (as), que atende integrantes e familiares por meio de valor social ou atendimento gratuito, o Hospital Humberto de Castro Lima (consultas e exames na área de Oftalmologia) e o Instituto Sabin, abordando a prevenção e os cuidados de saúde na família.

Perante os dados expostos, faz-se importante discutir a centralidade da família nas políticas públicas brasileiras, que a partir dos anos 1990 passa a fazer parte de forma intensa na configuração do cenário político (MIOTO, 2010).

A reação estatal de enfrentamento à pobreza ganhou destaque com os programas de renda mínima ou de transferência condicionadas de renda, causando impacto direto na assistência social, especialmente após a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993.

A atual Constituição do Brasil avançou ao dispor sobre princípio da universalidade dos serviços sociais, numa tentativa de reparar a situação de desigualdades sociais e miserabilidade da população. Entretanto, Andréa Pacheco de Mesquita entende que, “ao invés do caráter universal preconizado na Carta Magna, temos políticas pautadas na focalização, privatização e participação da sociedade no financiamento e execução de programas e serviços para a população mais vulnerabilizada” (2011, p.4).

“Em todos os casos de ações públicas, há a possibilidade de existir um recorte de gênero, seja no sentido de reforçar padrões tradicionais de papéis masculino e feminino, seja no sentido de transformar os mesmos” (MARIANO, 2009, p.120). Nessa perspectiva, há diferentes modos de conceber os direitos e deveres de mulheres e homens, por exemplo, o dever das mulheres em relação ao Estado traz um viés de maternidade, enquanto “homens adentram o espaço público com o status de indivíduo, cidadão e trabalhador” (Idem, p.121).

O dever das mulheres em relação ao Estado tem sido visto em termos de maternidade, e frequentes vezes foi considerado equivalente ao trabalho masculino de soldados e trabalhadores (...)

O direito social, expresso nos sistemas de proteção social, também caracteriza o modo ambíguo de conceber a cidadania das mulheres. As misturas entre público e privado, entre direito e favor, entre direito e obrigação e a fixação da mulher à maternidade definem os contornos dessa cidadania fragilizada e sexuada (MACEDO & AMARAL, 2005, p. 19).

Tal análise e abordagem coadunam com a ideia de que “a casa é identificada com a mulher, e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico” (SARTI, 2005, p.28).

Outra questão de reflexão é que a relação família e programas de apoio sociofamiliar desenrolou-se permeada pela ideologia de que as famílias devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros, independente das condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar (MIOTO, 2010).

Nessa linha, a Política Nacional de Assistência dispõe da estrutura da “Matricialidade Familiar” como forma de garantir a inclusão sociocultural de grande parcela da população brasileira, fruto das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais causadas pela perspectiva capitalista de desenvolvimento.

Significa que, pelo princípio da proteção social pautado pela matricialidade sociofamiliar, “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia,

sustentabilidade e protagonismo social” e que para isso a “família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência” (NOB/SUAS, 2005, p.90).

Há de se valorizar o enorme avanço na assistência social brasileira e a possibilidade de maior aproximação com os padrões de política pública, bem como a defesa de que a assistência social é um direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Entretanto, essa aproximação não elimina “a grande distância existente entre o ideal democrático e a realidade social amargada pelas grandes parcelas da população usuária da assistência social” (MARIANO, 2009, p. 124).

4.2 EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Foram realizadas, para além da participação ativa (como integrante do NEDH), a formação e dinamização do tópico “Educação e Família em tempos de pandemia”, acompanhando a oficina realizada na parceria entre NEOJIBA e NEDH/UCSAL intitulada “O futuro está aqui: Contextos familiares, modos de viver e afetos na e para a comunidade”.

Há que se fazer uma advertência que esse bloco de encontros foi a terceira fase de reuniões promovidas pelo DS/NEOJIBA, em parceria com NEDH/UCSAL, sempre trazendo aspectos educacionais, subjetivos e sociais.

O acompanhamento e coleta, através de netnografias qualitativas, ocorreram entre agosto e setembro de 2020, através do Zoom Meetings, conforme cronograma:

- 25/08/2020 - Coro Infantil e Coro Infante juvenil.
- 26/08/2020 - OPE, Coro de flautas, OCI, Iniciação Musical e Núcleo Federação.
- 27/09/2020 - Núcleos do Bairro da Paz, Nordeste de Amaralina e CESA.
- 27/08/2020 - Núcleo Vitória da Conquista.
- 28/08/2020 - Núcleo Jequié.
- 31/08/2020 - Núcleo Feira de Santana.
- 01/09/2020 - OCA e Orquestra 2 de Julho.
- 01/09/2020 - Núcleo Teixeira de Freitas.
- 02/09/2020 - Cordas dedilhadas e Núcleo Pirajá.

Nos encontros foram lançados três eixos temáticos (ou dinâmicas), compostos pelas perguntas:

- (1) O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?
- (2) Que expressões podem ser identificadas na relação aprender e ensinar em tempos de pandemia?
- (3) Como tem sido a sua relação com sua/seu(s) filha/o(s)?

Cada uma das dinâmicas pedagógicas e integrativas foi organizada, planejada e incentivada para que, através de uso de três situações problema, fossem coletadas emoções, sentimentos, características sociais, familiares e relativas especificamente ao programa educativo NEOJIBA já em fase de pandemia e isolamento social decretado.

Estas situações problema foram respondidas a partir da utilização do Mentimeter²⁸, uso do chat (interatividade escrita) e depois com participação efetiva e aberta de participantes de cada uma das reuniões, com microfone aberto e câmera ativa (uso optativo), valorizando conexões e interfaces entre e com todas as pessoas que integraram o evento. O uso e instrumentalização de acesso possibilitaram não somente “aprender a aprender”, mas interatividade e inclusão de elementos que pudessem também ser “ensinados” pelas crianças e jovens aos seus familiares.

Importante registrar que as reuniões foram compostas por membros do Desenvolvimento Social do NEOJIBA, NEDH/UCSAL e familiares, com predominância numérica de mães em todas as reuniões, apesar de registros de outras parentalidades ao longo dos encontros, como pais, avós, tias, irmãs/irmãos, além de integrantes jovens e crianças que acompanhavam suas mães ou pais, compondo a ideia de casa-convívio coletivo/grupal.

Para o primeiro eixo temático, utilizou-se nuvem de palavras (técnica de representações estimuladas por questão-norteadora, com uso de até cinco campos para identificação de palavras-conceitos, podendo não ser completado em sua extensão), que revelam dados da coletividade, além de diferentes perspectivas e anseios sobre determinada demandas e o percurso dos seis meses de agendas virtuais estabelecidas logo em meados de março de 2020, quando dos primeiros decretos de suspensão de atividades, eventos que promovessem aglomeração e insegurança sanitária.

²⁸O Mentimeter é um recurso digital que cria interações em tempo real, como enquetes, nuvem de palavras ou coleta de perguntas. Consegue criar interações para grandes grupos e tornar isso visível para todos. Página: <https://www.mentimeter.com>

Mesmo não atingindo a totalidade de pessoas presentes na utilização do Mentimeter (primeiros acessos e ajustes para uso de telas e conexão de boa qualidade), ou em caso de ter ocorrido alguma dificuldade no acesso ao link, também foi sugerido e permitido o uso do chat (para estimular participação expressiva e escuta ativa de familiares), compondo nuvem de palavras mais prevalentes e frequentes.

As legendas para identificação de sujeitos (integrantes das famílias que participaram dos encontros entre os meses de agosto e setembro de 2020) estarão codificados por letra maiúscula, (M) para mães, (P) para pais, (A) para avós, seguidas de outra letra maiúscula para correspondência ao território/núcleo ou bairro (portanto T1, T2, assim por diante), mas sem relação direta com a ordem na lista de reuniões já citada anteriormente, para garantir a confidencialidade dos sujeitos de pesquisa.

A figura abaixo exibe os resultados obtidos com a reunião de número 1:

FIGURA 1 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 1

ESTUDAR E APRENDER: O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

Destacaram-se palavras como “comprometimento”, ”acolhimento”, “responsabilidade”, “criatividade” e “dedicação”. Para esse território é importante ressaltar que foram totalizadas 33 pessoas integradas à reunião

Na reunião de número 2, com a participação de 65 pessoas, ao ser executada a primeira dinâmica, foi obtido o seguinte:

FIGURA 2 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 2

O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

Restaram destacadas palavras como “atenção”, “respeito”, “disciplina”, “cuidado” e “amor”. No chat, obtivemos respostas como:

Sou grata ao NEOJIBA pelo crescimento dos meus filhos. Para mim, NEOJIBA é sinônimo de Amor ao próximo. Gratidão. (MT2)

Acho ótimo! profissionais capacitados! pacientes com nossos filhos. educação musical faz bem! é um aprendizado importante (MT2)

Na reunião de número 3, para a mesma dinâmica e contemplando outro público, com 37 pessoas, foram caracterizados e obtidos a seguinte figura, demonstrando resultados um pouco distintos dos descritos até aqui.

FIGURA 3 - Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter - Território 3

O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

Destacam-se as palavras “dedicação” e “superação”, mas também aparecem “protagonismo”, “solidariedade” e “rapidez no uso da tecnologia”. Surgiram no chat “integração”, “pertencimento”, “ludicidade”, “atenção” e “empoderamento”.

No que diz respeito às respostas participativas da reunião de número 4, realizada com o total de 39 participantes, pode-se identificar uma “nuvem de palavras” alcançada que sinaliza para frequências já reveladas anteriormente.

FIGURA 4 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 4

O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

O destaque foi para a palavra “responsabilidade”, seguida de “educação”, “convivência” e “compromisso”. Na interatividade do chat, retomando ainda a ideia de que o não acesso através de link poderia acontecer, a palavra “compromisso” foi repetida, e surgiram outras como “respeito”, “atenção” e “esperança”.

Interessante notar, ademais, que o uso de tecnologias e instrumentos de acessibilidade gratuita já estavam “incorporados” a partir do acompanhamento em aulas, eventos e reuniões anteriores. Portanto, aqui podemos destacar que “aprende quem ensina” ultrapassa a prática musical. Familiares, de diversas gerações e escolaridade, estavam inseridos em contexto digital e com algum impacto no manuseio ao uso de novos instrumentos (software livre e de pesquisa simulada como é o caso do Mentimeter).

Já na reunião número 5, com um total de 27 pessoas, houve falha na execução do Mentimeter, havendo a necessidade de respostas serem respondidas no próprio chat ou “bate-papo” do zoom. Evidencia-se uma diversidade de palavras, como “acolhimento”,

“compromisso”, “diversão” e “disponibilidade”, surgindo, pela primeira vez, as palavras “encantamento”, “sonhos” e “família”.

Na reunião nº 6, com a participação de 25 pessoas, logrou seguinte configuração:

FIGURA 5 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 6
O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

Na figura acima, as palavras “dedicação”, “paciência”, “afeto”, “amor” e “atenção” se sobressaem. Surgindo outras no chat, como por exemplo, “parceria”, “esperança”, “solidariedade”, “confiança” e “renovação”. Nota-se certa circularidade e identificação de características comuns, reforçando que missão e valores do próprio NEOJIBA, através das práticas musicais e constância no acesso, acabam por ultrapassar a finalidade maior, qual seja, a excelência musical, enveredando pelo campo ético e de reconhecimento, como sinalizado por expressões como “integração”, “confiança” e “crescimento”.

A reunião número 7, por sua vez, contou com 25 participantes e restou como formação de palavras, resultante da primeira dinâmica, o seguinte:

FIGURA 6 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 7

O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

Observa-se aqui, diferente das outras reuniões, que não houve uma prevalência de palavras, isto é, houve menos palavras repetidas. Apareceram, inclusive, palavras não reveladas anteriormente, como “contínuo”, “força de vontade”, “flexível” e “ouvir”.

Na reunião nº 8, com um público presente de 45 pessoas, obteve-se a seguinte figura:

FIGURA 7 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 8

O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020.

Nota-se a prevalência da palavra “disciplina”, aparecendo maior ao centro, seguida das palavras “comprometimento”, “organização”, “oportunidades” e “excelência”. No chat, surgiram outras como “multiplicação”, “conquistas”, “inovação” e “respeito”.

Na reunião de número 9, por sua vez, com um público de 51 pessoas integrando a reunião, revelou-se diversidade nas respostas, o que pode ser observado na figura abaixo:

FIGURA 8 – Nuvem de palavras, coletadas através do Mentimeter – Território 9

O que mais chama atenção no desenvolvimento educacional do NEOJIBA?



Fonte: Captação e adaptação feita pela autora e equipe NEDH/UCSAL, agosto de 2020

Ganha destaque a palavra central “amor”, além de “dedicação”, “compromisso”, “gratidão” e “alegria”. No chat apenas uma pessoa respondeu à dinâmica, com a palavra “orgulho”. Essa experiência de captação de ideias e palavras foi a mais intensa e diversificada, revelada na quantidade de termos surgidos e também forte participação. Nas permanências e frequências, temos pontos fortes em relação a como vêm o desenvolvimento educacional do NEOJIBA. Em menor destaque, mas valendo ainda a observação da riqueza acontecida nesta dinâmica, encontramos outras novas indicações, tais como “perseverança”, “carinho” e “profissionalismo”.

Apesar de detalhadas e descritas aqui cada uma das expressões, a valorização na participação de familiares em cada uma das dinâmicas foi determinada como fundamental para uma escuta ativa, registro memorialístico e recurso para acionar outras áreas temáticas, bem como fazer aproximação também com as famílias (mães e jovens) que foram entrevistadas na 4ª Etapa Metodológica.

Na reunião de número 10, com um público total de 41 pessoas, também houve considerável participação ao Mentimeter, alcançando a seguinte configuração:

Haja calma! (PT05)

Compreensão e resiliência (MT6)

muito aprendizado mesmo, estamos nos reinventando. são grandes obstáculos, aulas on-line, saudades da vivência (MT7)

reinventar-se, adaptar-se (MT8)

tive que aprender usar novo aplicativos, adaptar os horários (MT9)

Paciência (com a conexão ruim, com os ruídos, com a falta de domínio da tecnologia, etc.) (MT9)

No contexto pandêmico, em que a redefinição de um cotidiano mediado por recursos digitais se faz necessária, professores, crianças e responsáveis precisaram redimensionar e fazer dialogar suas experiências com as tecnologias. As mães e os pais precisaram mediar a relação entre professoras e crianças, reaprender conteúdos até então esquecidos e aprender a lidar com aplicativos e ambientes virtuais. Baixar conteúdos, acessar sites, filmar atividades, tirar fotografias, fazer postagens que comprovassem a realização das atividades.

A educação atinge novas abordagens e “o espaço-tempo perde seu caráter rigidamente universal, relativizando-se e flexibilizando-se. Os corpos perdem sua fixidez e são convidados a se mover: no movimento fundem-se as dimensões espaço e tempo” (SARAIVA, 2018, p. 32).

A vivência integral de rotinas cotidianas, de trabalho, de atividades domésticas, vinculação ao NEOJIBA ou eventos escolares, quando existem, remetem a uma expansão de horas partilhadas, espaços divididos e tempos que necessitam novas agendas e gestão coletiva, independente da organização e divisão territorial dentro das casas.

Especialistas de diferentes áreas (pedagogia, psicopedagogia, psicologia, entre outras) recomendem o estabelecimento de uma rotina, entretanto, a maneira como os sujeitos têm lidado com a educação caracteriza-se pela flexibilização, ensinando com outras linguagens, outras temporalidades e, conseqüentemente, com diferentes experiências (GUIZZO; MARCELLO; MULLER, 2020, p.7).

Com o isolamento social, elas [crianças] passam a não mais contar com a companhia de seus pares, amigos, tampouco de avós, que, segundo orientações, precisam ser preservados. Trata-se de um reencontro radical também pelo tempo de convivência: 24 horas por dia nos setes dias da semana. Aulas foram suspensas e a casa, com isso, se tornou quase que o único lugar possível para se estar (Idem, p.12).

A hiperconvivência²⁹ e a concentração de cuidar, prover e proteger também anunciam o estreitamento das relações no seio familiar, podendo o confinamento em casa oferecer oportunidades para melhorar a interação entre pais e filhos, envolver as crianças em atividades familiares e melhorar suas habilidades de autossuficiência, como captado em tais narrativas dos *chats*:

só tenho agradecer por tá aprendendo mais com nossa família, tá conhecendo mas uns ao outros (MT2)

eu tenho aprendido junto com meu filho e é muito bom pois eu não sei, rimos juntos erramos e aprendemos juntos (MT10)

No que tange ao terceiro eixo temático das reuniões, foi aberto um espaço de escuta, para quem voluntariamente quisesse responder sobre como estava a relação com sua/seu(s) filha/o(s) no atual contexto pandêmico.

Ficou evidenciado um contexto que se caracteriza pelas multiatividades e sobrecarga das mulheres (não promoção da equidade nas atividades de cuidar e domésticas), sinalizando uma “nova realidade” e “mudança completa em nossas vidas”. As mães se expressaram com maior frequência em todas as reuniões, revelando a existência de um desdobramento maior desse ente “para dar conta de família e trabalho”.

Cansada, meninos enlouquecendo dentro de casa. Já tive crises de ansiedade. (MT3)

Trabalho no setor de alimentos. Minha jornada dobrou. (MT5)

Não tá fácil pra gente conciliar o serviço doméstico com a atenção das crianças ... fora que elas ficam estressadas por estarem presas em casa...pra mim com três filhos, um deles recém-nascido tá um pouco complicado...mas Deus abençoa cada um de nós... (MT5)

E com tantas tarefas, filtrar o que é prioridade no momento. (MT6)

cansativo e invasivo porque a casa virou local de trabalho estudo aula. Necessário aprender nova rotina e fazer ativos se hiperativos acalmarem na frente da câmera. (MT8)

cansaço mental é maior” (MT8)

eu nunca ouvi tanto a palavra, o chamamento: oh mãeeee (MT9)

Eu acho que me preocupo por minha filha, sou eu que lembro o horário, que lembro de ela fazer os vídeos, eu que acordo pra ela assistir aula ... ela é muito distraída se deixar por conta, ela assiste uma vez por semana e olhe lá. Mas é uma menina maravilhosa, tem facilidade de aprender, só é dispersa!!! (MT9)

²⁹ PINHEIRO, Marina. Excesso de informação e hiperconvivência em tempos de pandemia. Recife: UFPE, maio de 2020. Disponível em https://www.ufpe.br/ce/noticias-do-ce/-/asset_publisher/8TgQ0vpyChuQ/content/excesso-de-informacao-e-hiperconvivencia-em-tempos-de-pandemia-sao-temas-de-videos-produzidos-por-pesquisadora-de-departamento-de-psicologia/2744135

estou vivendo momentos estressantes com 4 crianças sem ter um tempinho só meu (...) complicado não vejo a hora disso acabar (MT9)

Eu peço a todos que tenham realmente paciência, porque o Covid passou aqui na minha casa e fez um arraso. Todos pegaram, meus filhos, meu marido e eu. (...) Foi mais difícil ainda ter que cuidar dessa galera toda. Graças a Deus eu fui a última a ser contaminada, daí eu pude cuidar deles antes. (MT9)

tenho quatro filhas, faço crochê na madrugada, quando todo mundo dorme, pra tentar ganhar um dinheirinho extra. (MT10)

Apesar da tendência histórica de aumento da escolarização feminina e da entrada continuada das mulheres no mercado de trabalho, no momento prévio à chegada da COVID-19, persistia uma marcada divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira. As mulheres ganhavam salários mais baixos e estavam mais sujeitas à informalidade.

Segundo IBGE (2018), as mulheres não ocupadas no mercado de trabalho dedicavam 23,8 horas a essas atividades, enquanto os homens nessa mesma situação, 12,0 horas. A diferença também era grande entre mulheres (18,5 horas) e homens (10,3 horas) ocupados.

Conforme o exposto, profundas desigualdades de gênero marcam a esfera doméstica e, mesmo engajadas em jornadas extensas de trabalho profissional, as mulheres permanecem como as principais responsáveis como mantenedoras, cuidadoras e responsáveis pelo trabalho “reprodutivo”.

O trabalho doméstico foi redobrado pelas recomendações de higienização e limpeza de objetos, alimentos e superfícies, além da presença constante dos familiares em casa, para atender a recomendação de distanciamento social. Como tradicionais responsáveis pelos cuidados da saúde física e mental da família, têm sido a elas demandado o cuidado de parentes com necessidades especiais (idosos e portadores de deficiências) e familiares com COVID-19 que não exigem internação, em muitas circunstâncias sem poder contar com o suporte de cuidadores profissionais, que em sua maioria também são mulheres. (IBGE, 2020, p.16)

Nesse cenário, é cabível trazer à tona o conceito de “trabalho emocional”, primeiramente utilizado por Hochschild (1983), referindo-se à gestão do estado emocional e afetivo por parte das trabalhadoras e trabalhadores, ou para atender às normas de manifestação emocional inerentes às características da profissão.

O conceito, porém, vai estar presente em diferentes áreas do conhecimento: saúde mental, estresse, condições laborais de um modo geral, literatura de gênero, literatura feminista e outras (SANTOS, 2020)³⁰.

³⁰Conferência “O trabalho emocional em tempos de Covid: Algumas reflexões à luz da economia feminista”, proferida pela Profa Dra. Luciane Lucas dos Santos (CES/Universidade de Coimbra, Portugal), dentro da disciplina Família, ética, violência e direitos humanos, em 03/09/2020.

Eu defino o trabalho emocional como a atividade não remunerada, muitas vezes despercebida, que envolve manter todos ao seu redor confortáveis e felizes. É a combinação do gerenciamento das emoções e da vida. Essa definição envolve muitos outros termos associados a esse tipo de tarefa: a carga mental, preocupação, invisibilidade. Muitas mulheres acham esse conceito de trabalho emocional uma chancela útil para pensar em todas as suas obrigações e compromissos emocionais e mentais subvalorizados (HARTLEY, Revista Forbes, 2018, grifo nosso)

O trabalho emocional não é somente genderizado, mas também incide a questão racial. Essa é uma realidade comprovada em números, devendo-se prestar atenção na redução de visibilidade no trabalho emocional pago feito pelas mulheres negras brasileiras. “É preciso olhar quais os corpos que estão sendo mais penalizados na pandemia ou antes da pandemia com esse trabalho emocional” (SANTOS, 2020).

Uma análise interseccional do domicílio pode começar por reconhecer que é frequentemente o grupo racial dominante que tem o privilégio de projetar suas experiências como universais, não marcadas pela raça. (...) A branquitude é simultaneamente um ponto de partida e um local de vantagem estrutural (RIO, 2000)

Outro aspecto marcante nas reuniões foi o grande número de mães solo presentes, o que podia ser aferido por relatos como o de MT3 e MT9, assim registrados:

A dificuldade é achar o equilíbrio (...) sou mãe solo, não tenho agora a rede de apoio. (MT3)

Aqui em casa eu sou pai, sou mãe... faço tudo. (MT10)

Essa relação entre parentalidade e conjugalidade é bem resumida na frase de Thaiz Leão, visando desfazer a carga histórica e preconceituosa associada ao termo “mãe solteira”: “Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não”³¹.

Refletindo sobre os as inúmeras práticas entre as famílias no tocante aos grupos de uniões estáveis, mulheres chefes de família³² e circulação de crianças, pensar em tais práticas como anti-norma, como boa parte da bibliografia acadêmica já havia feito, seria “virar as costas à tradição histórica de boa parte da população brasileira” (FONSECA, 2000, p. 58).

Partilhamos das lições de Sabrina Finamori (2019), quando entende que uma real igualdade de gênero não será alcançada apenas com a divisão igualitária de tarefas parentais no âmbito doméstico. Porém, com uma partilha social do processo reprodutivo que transcende o par conjugal ou a rede de parentesco, essa abordagem deveria estar presente em todos os

³¹DINI, Aline. Mãe solo: "Maternidade não é sobre estado civil. Filhos nos tornam mães; companheiros, não", diz Thaiz Leão. Revista Crescer. 23 de maio de 2019. Disponível online via: <https://revistacrescer.globo.com/Voce-precisa-saber/noticia/2019/05/mae-solo-maternidade-naoe-sobre-estado-civil-filhos-nos-tornam-maes-companheiros-nao-diz-thaiz-leao.html>

³² O tema Maternidade solo, bem como Mulheres Chefes de Família, serão retomados e aprofundados no próximo tópico da presente dissertação (4.3), quando exploradas as entrevistas em profundidade com cinco mães de integrantes do NEOJIBA.

ambientes de uma sociedade e incluindo nessa divisão tanto as pessoas que têm, como também aquelas que não têm nem desejam ter filhos.

4.3 MÃES NO PROJETO: DO PÚBLICO AO PRIVADO

*Crescendo foi ganhando espaço
Pulou do meu braço
Nasceu outro dia e já quer ir pro chão (...)
Reflexo no espelho leva à emoção
A lágrima ameaça do olho cair
Semente fecundou
Já começa a existir.*

(Trecho de “Cria”, canção interpretada por *Maria Rita*, 2007)

Na aproximação com a categoria “família”, bem como transitar entre público e privado, as entrevistas individuais realizadas com cinco mães de integrantes do NEOJIBA compõem a quarta etapa da metodologia. Para identificar as relações familiares em perspectiva relacional, esses procedimentos foram desenvolvidos juntamente com as entrevistas individuais de cinco jovens integrantes do programa. Destarte, pretende-se descrever e analisar, dando sustentabilidade à construção do quinto capítulo da presente dissertação.

A partir de netnografias, organizadas através do ambiente virtual e plataforma específica já conhecida e utilizada pelas integrantes e familiares - *Zoom Meetings*, criar um espaço descontraído e confortável, a fim de estimular as entrevistadas a exporem qualitativamente acerca de determinados tópicos mais importantes, além de esclarecer as eventuais dúvidas que pudessem ter.

Fundamental ressaltar que antes da captação das narrativas, as pesquisadas receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elaborado cuidadosamente, de forma sucinta, em linguagem simples e acessível, contendo informações básicas da pesquisa, tais como: objetivos, procedimentos que serão realizados, os riscos, os benefícios, os desconfortos, a voluntariedade, a confidencialidade e o direito de recusa de participação a qualquer tempo, sem motivação.

Além disso, as entrevistas foram gravadas pelo próprio aplicativo de videoconferência, após autorização das pessoas que compõem o grupo selecionado, e seguiram um roteiro com questões flexíveis, sendo possível recuperá-las e refazê-las ao longo do encontro, caso

necessário. Pequenas intervenções ocorreram de forma sutil, com questões complementares - ou retomado de memórias vivenciadas nas reuniões com as famílias promovidas ao longo de 2020 - destacando-se nas narrativas de participantes caráter de livre expressão, de modo que fossem estimuladas a darem continuidade às suas falas, sem interferências, nem induções a possíveis respostas.

A própria pesquisadora efetuou as transcrições, logo após a realização das entrevistas, sendo este momento enriquecedor pela construção de descritores e análises da investigação de mestrado. Isso acontece uma vez que pôde, de antemão, fazer escuta, revisão e retomada de elementos cruciais para a elaboração interpretativa a partir desse conjunto documental. Mesmo que alguns dos tópicos tenham sido mais ou menos explorados, a possibilidade de incrementos, interfaces e conexões com outros elementos captados pela multireferencialidade metodológica, sinalizou ainda para ajustes na trajetória do estudo, além de incontestável crescimento pessoal.

O quadro a seguir oferece uma apresentação prévia da caracterização relativa às mães que foram entrevistadas, apontando para aproximações iniciais e prévio retrato da diversidade entre as mesmas. Identificadores como idade, estado civil, renda, raça/etna (por autodeterminação), escolaridade e filiação compõem elementos coletados.

Vale ressaltar que foram escolhidas para manutenção do sigilo e confidencialidade nomes de compositoras e cantoras brasileiras, representando visibilidade de referências no universo musical daquelas que vieram antes do Tempo Presente e devem ser homenageadas. São elas: Elza Soares, Maria Betânia, Elis Regina, Leci Brandão e Marisa Monte.

QUADRO 1 - Caracterização das mães entrevistadas

Mães de Integrantes NEOJIBA	Idade	Raça/ Etnia/ Cor (Auto-declaradas)	Escolaridade	Profissão	Renda	Estado Civil	Número de Filhos	Núcleo NEOJIBA
Elza	33 anos	Negra	Segundo Grau Completo	Desempregada, no momento.	Bolsa Família	Casada	5 filhos, sendo dois filhos biológicos, dois adotivos e encontra-se grávida no momento. 2 deles (Uma menina e um menino, são integrantes do NEOJIBA)	Nordeste de Amaralina
Bethânia	39 anos	Morena	Segundo Grau Incompleto	Desempregada, no momento.	200 reais	Solteira	2 filhas, ambas integrantes do NEOJIBA	Vitória da Conquista
Elis	44 anos	Parda	Ensino Médio Completo	Auxiliar de escrituração fiscal.	3 salários mínimos, mais ou menos.	Casada	Possui 3 filhos, sendo 2 deles (uma menina e um menino) integrantes do NEOJIBA	Teixeira de Freitas
Leci	39 anos	Negra	Possui Superior Completo, Formada em Pedagogia.	Auxiliar de Classe	2.300 reais, mais ou menos.	Vive em União Estável	Tem 2 filhos, um menino e uma menina. A filha, que é integrante do NEOJIBA, tem 17 anos, mora com a avó, mãe de Leci.	Núcleo Teatro Castro Alves
Marisa	39 anos	Parda	Pós-graduada (Gestão de Projetos e Portfólio) e Bacharel em Artes.	Captadora de Recursos do Terceiro Setor.	2 salários mínimos, mais ou menos.	Solteira	2 filhos (um menino de 11 anos e uma menina de 8 anos) e ambos integram o NEOJIBA.	Federação

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa empírica (realizada entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021).

De logo, tornam-se evidentes as diferentes “entidades familiares” (LÔBO, 2009) das entrevistadas e que, apesar de constituírem uma pequena amostra de pesquisa, expressam uma realidade social plural e fluida. Conjugam situações tão distintas, quanto variadas, que incluem desde retratos da família matrimonial, união estável, maternidade solo ou mulheres chefes de família, filiação consanguínea e adotiva e assim por diante.

Os estudos de Lévi-Strauss (1986) trouxeram uma perspectiva antropológica da família afastada de um espírito dogmático. Ao referenciar um clássico da Antropologia, a condição básica para a existência de famílias não estaria pautada em razões naturais (biológicas), pois tal agrupamento não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade. Isto é, uma “pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos da consanguinidade”.

Sendo assim, Lévi-Strauss utiliza o conceito de “aliança” para definir famílias.

Nada seria, pois, mais falso do que reduzir a família à sua base natural. Nem o instinto de procriação, nem o instinto maternal, nem os laços afetivos entre marido e mulher e entre pai e filhos, nem a combinação de todos estes fatores o explicam. Por muito importantes que eles sejam, estes elementos não poderiam, por si sós, dar nascimento a uma família, e isto por uma razão muito simples: em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias, prontas a fornecer, uma, um homem, outra, uma mulher, de cujo casamento nascera uma terceira família, e assim indefinidamente. Por outras palavras, o que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade – pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos da consanguinidade – e que o processo natural da filiação não pode seguir seu curso senão integrado no processo social da aliança (LÉVI-STRAUSS, 1986, p. 88, grifo nosso).

Cruzando áreas disciplinares e almejando uma abordagem interdisciplinar, sob o ponto de vista jurídico, a doutrina busca encontrar elementos caracterizadores da família (ou famílias), que a distinga das outras formas de convívio. A afetividade, por exemplo, é princípio jurídico que “não se confunde com o afeto, como fato psicológico ou anímico, porquanto pode ser presumido quando este faltar nas relações” (LÔBO, 2009, p. 13).

Consequentemente, “emprestou-se juridicidade ao vínculo afetivo que enlaça as pessoas” (DIAS, 2010), sendo o único elo capaz de gerar consequências de ordem pessoal e patrimonial. Os paradigmas do casamento, sexo e reprodução foram rompidos com a emancipação feminina, avanços da engenharia genética e evolução dos costumes no contexto do mundo globalizado. Nem mesmo o convívio sob o mesmo tempo seria indispensável para o reconhecimento de uma entidade familiar, bastando a manutenção de uma vida comum para a sua configuração. Tal flexibilização contemporânea “vem permitindo que os relacionamentos antes clandestinos e marginalizados adquiram visibilidade”.

Recuperando estudos antropológicos sobre famílias, Cláudia Fonseca também rebatendo a homogeneidade da família nuclear, ganharam notoriedade a partir da obra Caminhos da adoção (1995), com a pesquisa de campo realizada em bairros populares de Porto Alegre. A abordagem demonstrava que a circulação de crianças consiste em “uma prática familiar, velha de muitas gerações, em que crianças transitam entre casas de avós, madrinhas, vizinhas e pais verdadeiros”. Conseguiu desconstruir e desmistificar estereótipos simplistas sobre a desagregação familiar, ressaltando que a circulação de crianças está relacionada com uma forma alternativa de se organizar redes sociais em função da sobrevivência da criança, contribuindo para o fortalecimento dos laços familiares (consanguíneos ou de afinidade).

Tomando a elaboração conceitual e empírica trazida por Sílvia Portugal, a vida cotidiana estruturada em redes sociais e familiares pode servir, de maneira mais aproximada ao encontrado na investigação de campo. A qualidade das relações, a reciprocidade, a

intimidade e o compromisso como membro da família formam as memórias afetivas de cada um(a) de seus integrantes (PORTUGAL, 1995 e 2014).

Qual o papel que cabe à família na produção de bem estar? Qual o papel das redes sociais na provisão de recursos? Quais são os laços mais activos das redes? Que tipo de necessidades permitem suprir? Qual o papel dos laços de parentesco? Como se articulam as redes informais com outros de bem modos de bem estar? O que as faz mover? Quais são as normas que regulam a sua acção? (PORTUGAL, 2014, p. 40).

As vertentes teóricas apresentadas acima são corroboradas nas entrevistadas, exemplificadas por Bethânia, solteira, afirmou que “aprendeu a ser mãe e pai” e Marisa apresentou-se como “mãe solo”, demonstrando inclusive familiaridade com a nomenclatura. As duas endossam uma numerosa realidade do país, de mulheres mães (chefiando famílias), mas que não estão inseridas em uma relação conjugal (seja por meio de uma maternidade voluntária e planejada como a adoção unilateral ou por técnicas reprodutivas, seja por questões socioculturais como o abandono ou a omissão paterna³³).

Mais do que nunca homens estão exercendo a paternagem, o que é uma consequência do movimento feminista, mas ainda não alcançamos nem mesmo um traço do que seria a equidade de gênero. E sabemos que essa participação igual faz a parentalidade ser mais positiva e a experiência ser mais satisfatória para todas as partes envolvidas (HOOKS, 2020, p.122).

Na sociedade machista e patriarcal do século XX, a mulher (sobretudo a mulher casada) possuía seus direitos (civis, sexuais e reprodutivos) reduzidos e submetidos, em sua maioria, à vontade do marido, não por acaso o termo “mãe solteira” é resquício de um período que associava maternidade à conjugalidade.

Para Bell Hooks (2020, p.115) “nenhuma reação antifeminista foi tão prejudicial ao bem-estar das crianças quanto à depreciação de mães solteiras pela sociedade”, uma vez que, na cultura que tem a família patriarcal constituída por pai e mãe, as crianças sentiam-se inseguras pois faziam parte de um arranjo fora do “padrão”.

Essa visão utópica de família patriarcal permaneceria intacta, a despeito das evidências já comprovarem que o bem-estar das crianças não está mais assegurado em uma configuração familiar ou outra.

Crianças precisam ser educadas em ambientes amorosos. Sempre que a dominação estiver presente, faltará amor. Mães e pais amáveis, sejam solteiros ou casados, gays ou heterossexuais, sendo a mulher ou o homem chefe da família, têm mais probabilidade de criar crianças saudáveis e felizes, com boa autoestima (Idem, 2020, p.116, grifo nosso).

³³ Só nos primeiros seis meses de 2020, mais de 80 mil brasileiros não tiveram o nome do pai em registros de nascimento, de acordo com a Associação Nacional dos Registradores Civis de Pessoas Naturais (ARPEN Brasil).

Concomitantemente às abordagens teóricas e estudos acadêmicos, os marcos legais e institucionais vão construindo agendas específicas e garantias de direitos. A Constituição Federal de 1988 reconheceu as famílias monoparentais, sendo um marco para as famílias formadas por uma pessoa e seus descendentes. (BORGES, 2020).

Alterações legislativas a exemplo do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962), Emenda Constitucional do Divórcio (EC 9/77) e a Lei do Divórcio (Lei 6.515/77), Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e o Código Civil de 2002, foram essenciais não apenas para a emancipação feminina em todos os seus aspectos, como também para o alargamento do conceito de família, sobretudo na forma de sua constituição, para além do relacionamento conjugal (Idem, p.2).

O número de famílias brasileiras chefiadas por mulheres cresceu 105% entre 2001 e 2015, segundo a pesquisa Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios. Isso significa um total de 28,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres em 2015 (ano dos últimos dados). Salienta-se que estão incluídos neste número diversos tipos de arranjos familiares, como casal sem filhos ou com filhos, arranjo unipessoal, que é caracterizado por uma mulher que mora sozinha, e as mães solo, caracterizadas na publicação como “arranjo monoparental feminino”.

Para além da diversidade dos arranjos familiares apresentados, ao serem perguntadas sobre como conheceram o NEOJIBA, obtém-se as seguintes narrativas:

É perto de minha casa. E minha filha, a mais velha, se inscreveu, e depois meu filho. (ELZA)

Elas estudavam no projeto Conquista Criança e aí o NEOJIBA veio para o projeto Conquista Criança. Elas fizeram a inscrição, fizeram a prova e estão até hoje. A mais velha tem 3 anos no projeto e a mais nova tem 2 anos no projeto. (BETHÂNIA)

Eu estava procurando uma atividade para meus filhos. O menino já tinha ingressado na escola, no karatê. A minha filha queria fazer balé, mas o horário não se encaixava. Aí minha mãe, que mora perto, me apresentou o NEOJIBA. Minha mãe foi lá, pegou todas as informações e as documentações que precisava e conseguimos inscrevê-la. Ela se apaixonou. Aí meu filho, vendo o entusiasmo dela e as apresentações, acabou influenciado e entrou. (ELIS - grifo nosso)

Olha, quando eu conheci o NEOJIBA, ela já estava no NEOJIBA [risos]. Eu estava em São Paulo, e tem uma vizinha nossa que inscreveu ela pra fazer audição. Ela gosta muito de música, sempre gostou. Ela foi do Projeto Guri lá em São Paulo. Já tem três anos que estou aqui, nós somos soteropolitanas, mas quando ela fez oito anos de idade, nós fomos pra São Paulo. Ela retornou na frente, e eu não pude vir logo, por conta do meu emprego. Depois eu pedi demissão, vim pra cá desempregada e é aquela coisa, o que você acha pra fazer, você faz! Eu cheguei aqui no meio do ano letivo, então o que apareceu foi isso (auxiliar de classe). Tô esperando aparecer um concurso pra eu me colocar na minha área mesmo. Quando minha filha voltou pra Bahia e eu fiquei em São Paulo, ela ficou aqui com minha mãe. Aí uma vizinha apresentou o programa. Minha filha tem uma voz esplêndida. Ela tem um talento muito grande, uma aptidão muito grande nessa área. Ela fez a audição e passou (LECI - grifo nosso).

Eu sou da área de artes, então desde que eu engravidei que eu coloquei na minha cabeça que meu filho faria NEOJIBA e a NEOJIBA nem era tão expandida desse jeito. Meu ex marido, pais das crianças, ele é do teatro. E teatro e música dialogam muito. Eu sempre quis, quando criança, fazer parte de algo musical. Então quando ele fez oito anos, eu inscrevi ele lá (MARISA).

É interessante analisar as diferentes vias pelas quais o NEOJIBA chegou nessas famílias, seja pela proximidade física ou pela indicação de uma vizinha. Ou pela avó das crianças que apresentaram as atividades, ou pelo fato de já conhecerem através das mídias divulgadoras do projeto. Tudo isso assinala a relevância das redes e das possibilidades educativas ao longo desses últimos treze anos de atuação.

A presença das “mães das mães” aparece nos relatos de Elis e Leci, comprovando o ciclo feminino no cuidado com as crianças e jovens. Em função da longevidade, as pessoas idosas constituem hoje um segmento da sociedade que adquire cada vez mais visibilidade. Além disso, o convívio intergeracional é tido como algo benéfico, que pode ser estimulado com a perspectiva de um enriquecimento mútuo, através da troca de afeto e conhecimentos e de comunicação entre as gerações (SILVA, 2012).

Quando as mães foram questionadas sobre o que as levou a inserir as(os) suas(seus) filhas(os) no programa, diferentes pontos de vista foram narrados. Levantaram itens como o gosto ou paixão pela música e a preocupação em preencher o tempo dos jovens com segurança e/ou qualidade.

Eu fiquei interessada porque logo quando eu conheci o NEOJIBA foi com as aulas de violino. Eu achava muito bonito a questão do violino. E aí eu disse, poxa, é uma oportunidade de eu estar incentivando as crianças no ramo da música, ocupando a mente das nossas crianças para não estar fazendo outras coisas [...] E aí não consegui logo pra violino. Fiquei aguardando, ela começou no clarinete, já toca um pouco de flauta transversal também... Daí ela tomou tanto gosto pela música, que ela não ficou presa só ao NEOJIBA. Ela assiste vídeos na internet e sozinha já toca um pouco de teclado e de violão (ELZA, grifos nossos).

Eu já conhecia o projeto e vi que elas lá iam ter um futuro. Elas iam estar com a mente ocupada. Elas podiam ser mãe solteira na adolescência, foi tipo assim...querer um ajuda. Não que minhas filhas me dão trabalho, mas foi querendo educar elas e o NEOJIBA me ajudou nisso. (BETHÂNIA, grifos nossos).

Primeiro que música sempre é bem vindo. Meus filhos nunca foram de brincar na rua. Eles praticam Karatê, participam do grupo da igreja, atividades saudáveis. Então, como a gente procurava atividades para eles, a música caiu como uma luva. No início eu até achei que ela não fosse aprender, porque ela é tão pequenininha e o violino é difícil. Mas ela se encantou e não vive mais sem violino (ELIS, grifos nosso).

A paixão pela música. Eu na verdade até queria que ela fosse pra outra área. Fizesse licenciatura em idiomas, o inglês dela é muito bom. Ela também estudou espanhol, francês. Eu fazia idiomas quando eu estava grávida dela, então já podia esperar que ela nascesse com essa aptidão [brinca] (LECI, grifos nossos).

No passado eu não tive instrução pra ter oportunidade hoje. Então eu quero que eles tenham oportunidades de escolha. (MARISA, grifos nossos)

Vê-se que tanto Elza quanto Bethânia usam a expressão “ocupar a mente” de suas crianças. A segunda cita o fato da inserção no projeto até mesmo como meio de afastar ou prevenir possíveis gravidezes na adolescência das filhas. A preocupação de Bethânia justificase quando da análise das estatísticas do Estado da Bahia, reveladoras da alta incidência de casos na juventude.

Foram cerca de 32,5 mil adolescentes que tiveram filhos na Bahia, relativos ao ano de 2019, de acordo com dados preliminares da Secretaria de Saúde (SESAB). Consoante divulgado pelo IBGE (2019), a Bahia tornou-se o quinto Estado brasileiro com mais registros de gravidez na adolescência, valendo inúmeros programas e serviços especializados.

Compreende-se que exista uma diversificação de situações que envolvem o fenômeno da gravidez e da maternidade adolescente. Algumas reflexões argumentam que a gravidez na adolescência é acompanhada de fatores de escolaridade, aspectos familiares e níveis socioeconômicos e seus objetivos são priorizar a atenção para a parte preventiva da gravidez, buscando orientar o desenvolvimento físico, mental e psicológico das adolescentes (OLIVEIRA et al., 2009).

Na sequência, quando perguntadas se notaram mudanças de comportamento das filhas (os), as respostas elucidam a formação de redes mais amplas e impactos de um projeto que tem a finalidade de promover justiça social e acessibilidade à cidadania.

Sim, mais responsável, mais organizada. Principalmente a mais velha, que já dá até aula lá no NEOJIBA. Ela é uma “jovem líder” (BETHÂNIA, grifo nosso).

Muita diferença, muita mesmo! Eles desenvolveram muito, não só na parte musical, mas também essa parte mental, o interagir com os colegas, ter um horário, responsabilidades. Minha filha é muito “Caxias” com horário. Ela entra na sala antes do professor. Lá eles cobram muito isso. Ter responsabilidade, cuidar do violino, estar sempre com a camisa do NEOJIBA arrumadinha. O quarto dos meninos tem o notebook, onde ela faz a aula online. E ela acorda os irmãos, expulsa eles do quarto [risos] e arruma o quarto pra se preparar e iniciar a aula (ELIS, grifo nosso).

O que posso dizer foi que ela se encontrou na área da música. Ela estava meio perdida quanto ao futuro dela, e depois que ela entrou no NEOJIBA ela centralizou o que ela queria. E eu confesso que no começo eu não aceitava. Eu dizia que música é uma área difícil, que não era profissão. Eu tinha um certo preconceito. Eu queria que ela fosse pra área da Educação, mas ela se mostrou muito determinada. E hoje em dia eu digo que eu tenho orgulho, porque ela demonstra um interesse e uma facilidade tão grande, que eu fico encantada. Ela tão uma voz tão doce, tão suave, que eu quando eu escuto eu vou pra outro mundo...[risos] Aí de repente ela começou a demonstrar um interesse muito grande pra instrumento musical. Primeiro eu dei um violão pra ela, ela tinha 12 anos. Ela foi tão insistente e incisiva que eu dei esse violão para ela. Depois que ela entrou no NEOJIBA e recebeu a bolsa dela, ela

comprou um teclado. Já comprou flauta, o namorado deu um ukulele pra ela... o quarto já virou um estúdio! Teve uma época que ela estava mais rebelde. Quando eu queria dar bronca nela eu ameaçava dizendo que ia tirar do NEOJIBA [Risos]. Ela chorava, dizia que ia mudar. Pense numa menina apaixonada pelo NEOJIBA! Hoje em dia ela quer ser *Luthier*³⁴. E eu só apoio (LECI, grifo nosso)

Tem algumas coisas que são muito bonitas de ver. Eles dialogam sobre música, interagem e brincam com a música. Não são mais conversas sem sentido, sabe?(...) É um que tira a música no assobio, e o outro que conta o tempo... e as brincadeiras vão ficando assim. Todo mundo canta junto, faz a zoadinha da música na boca. Tem a questão do respeito, enquanto um está falando, o outro está escutando. Tem o processo de respeitar o tempo de cada um. Eu percebi esse processo nas crianças. O diálogo ficou mais elevado, mais fácil de interagir com os adultos (MARISA, grifos nossos).

Cotejando as diferentes informações, podem-se registrar mudanças benéficas quanto ao comportamento, experiência social e educativa. Isso é observado na maior interação social, maior respeito e estímulo ao diálogo, bem como maior organização e responsabilidade quanto às tarefas diárias. Ou seja, a educação não formal do programa NEOJIBA se estende para além das aulas de música ou canto, atingindo a personalidade dos integrantes, resvalando, conseqüentemente, nas suas relações familiares e sociais.

O destaque vai para a narrativa de Elza quando assinala que a inserção no projeto fez a filha se sentir mais feliz e possibilitou ampliar o círculo de amizades. Essa dinâmica rompe ou distancia um dos grandes receios diante da socialização, promovidos pela criminalidade ou violência no Bairro, que poderiam não permitir outras formas de lazer ou interação.

Na continuidade, referencia, orgulhosa. que o filho, ao integrar o NEOJIBA, vira uma referência positiva. É o que sinaliza o relato a seguir:

Ela começou pequenininha. Então, as crianças de hoje, em geral, não só minha filha, elas se sentem muito oprimidas. Pelo fato da gente morar num bairro onde a criança não tem a oportunidade que nós tivemos... por ser o bairro Nordeste de Amaralina [entrevistada fala com ênfase o nome do bairro], que já tem uma fama de bairro violento, ela ficava muitas vezes triste em casa. Chegava da escola, não tinha o que fazer, a única coisa que tinha pra fazer, quando a gente tem, é uma tv pra assistir. Quando ela passou a ir pra escola pela manhã e à tarde estar no NEOJIBA, ela ficou mais contente, se sentiu mais alegre, fez mais amizades. Quando não tinha aula, ela pedia pra marcar com as colegas para treinar o instrumento e eu ia junto. Ela passou a interagir mais.

E com certeza respeitam mais quem é do NEOJIBA no Bairro. Ano passado meu filho passou num programa de tv, o papai noel entregando o presente pra ele. Aí o repórter disse que já conhecia ele de algum lugar, e eu respondi “do NEOJIBA”. E aí vira uma referência boa... “meu filho é do NEOJIBA”. (ELZA, grifos nosso)

³⁴ Lutier ou Luthier, do francês, é o profissional especializado no reparo e na confecção de instrumentos musicais de corda, providos de caixa de ressonância, como o violino e o violão. LUTHIER. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/luthier/>>. Acesso em: 27/11/2020.

Nesse sentido, para avaliar as possibilidades de inclusão/exclusão social de jovens, certamente é preciso considerar elementos como renda, gênero, raça/etnia e local de moradia e convivência. O "local" ou território não é resultado do isolamento, mas sim o fruto de relações assimétricas, históricas, econômicas, políticas e culturais entre diferentes espaços sociais. Na dinâmica social de inclusão e exclusão social, em cada espaço e redes, se fazem presentes (com maior ou menor peso) todos os elementos citados e a presença ou ausência de projetos sociais (NOVAES, 2006).

Para aqueles que têm acesso, os projetos podem contribuir para a supressão de certas marcas da exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, do pertencimento local comunitário. Os projetos sociais tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Com eles, uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão (Idem, p. 108, grifo nosso)

Relevante aqui expor algumas reflexões relevantes de Regina Novaes ao investigar “jovens da periferia³⁵”. Afirma que “falar em políticas públicas para a juventude é também falar em combate à violência e à corrupção policial e em respeito à cidadania e aos direitos humanos”, mas não se restringe a isso. Chega a ser preconceituoso fazer uma equação “juventude = risco de criminalidade”. Tal assertiva desconsiderava “as experiências da grande maioria de jovens pobres e moradores das áreas carentes e violentas que constroem suas trajetórias sem considerar as redes do narcotráfico alternativas para suas vidas” (NOVAES, 2006, p. 109).

Ainda no que tange às entrevistas, ao questionar se as mães tinham o costume (antes da pandemia do COVID-19) de acompanhar e esperar a sua filha (o) no fim das aulas no Núcleo NEOJIBA e o que faziam (em caso positivo das respostas), foram obtidas as seguintes narrativas:

Sim. Eu conversava com outras mães e também procurei outras coisas pra fazer, porque além do NEOJIBA eles tem ginástica, aulas de natação³⁶. Eu não consegui vaga pra natação porque eles dão prioridade aos idosos. Mas eu consegui vaga pra ginástica e eu estava lá [risos] (ELZA, grifo nosso).

³⁵“Periferia”, aqui, não tem o sentido meramente geográfico. Trata-se da nomeação de uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeitos nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela dos jovens de hoje (NOVAES, 2006, p.109).

³⁶Ao procurar saber se tais atividades (ginástica, natação) eram oferecidas pelo NEOJIBA, a pesquisadora foi informada por uma integrante do SDS de que o núcleo no Nordeste de Amaralina funciona dentro do Centro Social Urbano (CSU). É o CSU que proporciona tais atividades, mas não faz parte de nenhuma parceria com o NEOJIBA.

Não. Tem um ônibus que leva elas. Onde eu moro é um pouco longe, aí tem o ônibus da prefeitura que levar elas e eu espero no ponto. (BETHÂNIA, grifo nosso).

Eu não ficava lá, porque tenho o trabalho. No início eu ia levar e meu pai ia buscar. Mas agora eu deixo eles na casa de minha mãe, que é perto. E eles estão maiorzinhos e vão sozinhos. Todo mundo se envolve, meu pai, minhas irmãs. Todo mundo divulga. Minha sogra veio de Minas Gerais uma vez pra assistir a apresentação (ELIS, grifos nossos).

Não, ela ia sozinha ou com as amigas (LECI).

Sim, eu sempre me coloquei mais reservada. Quando eu levo os meninos para o NEOJIBA, eu pego o celular, faço algo, leio. Faço o crochê... então eu estou sempre em atividade. Eu tô sempre em um momento de trabalho. Mas existia uma movimentação de fazer as atividades para as mães, mas por parte das mães mesmo. Como todo movimento social, sempre têm aquelas agitadoras. Têm umas duas mães que tomam as frentes e organizam tudo. Têm mães que estavam reivindicando tempo criativo para as outras mães (MARISA, grifos nossos).

Nesse ponto, Elza e Marisa ficavam à espera de suas filhas e filhos nos núcleos. Para além de socializar, procuravam preencher o tempo com alguma atividade - tópico presente desde 2018 e 2019 com a observação no Núcleo da Federação, nos pátios e arredores das salas de aula que instigaram e movimentaram a UCSAL nos períodos vespertinos. As redes e os convívios se matizaram desde então como uma característica também das experiências vivenciadas e narradas.

Marisa, aliás, aborda a existência de um movimento de mães que reivindicaram “tempo criativo”, ações do próprio programa que fossem voltadas para o público materno³⁷.

Elis, por sua vez, quando ressalta o envolvimento de seus pais, irmã e até da sogra, expõe aquilo que Sílvia Portugal chama de “nós da rede”, quando sustenta que “é nos laços familiares que a maioria das pessoas encontra resposta para as suas necessidades de apoio material e afetivo” (2011, p. 41). Esses laços familiares apresentam-se como um todo com identidade própria, que representa uma esfera de identificação ou referência, que dificilmente se encontra para a totalidade da rede ou em outros conjuntos de relações (amigos, colegas, vizinhos).

(...) os parentes constituem um subsistema, fortemente interligado, no interior das redes sociais (...). Esta representação dos laços familiares resulta de um entrecruzar de vínculos biológicos, emocionais, sociais e jurídicos, socialmente construídos, simultaneamente, no interior e no exterior da família (PORTUGAL, 2011, p. 42).

³⁷Fato descoberto e de relevância para a presente pesquisa, é a existência de um grupo na rede social *facebook* denominado “As Mães do NEOJIBA”, de iniciativa e controle efetuados pelas mesmas.

Outra categoria retratada na conversa com Elis aproxima-se do conceito de “familismo”. Isto é, quando a ajuda dentro do seio familiar é intensa, assentando “normas explícitas de solidariedade que reforçam a tendência para ajudar ligada às proximidades afetivas” (Idem, p. 43).

O familismo que caracteriza as redes sociais é alimentado por intensas relações intergeracionais, uma forte matrilinearidade e uma nítida lateralização do lado da mulher. Estas três características resultam de uma complexidade de elementos: consanguinidade, afectos, apoios, sociabilidade, direitos legais, obrigações morais, modos de ser, de fazer e de pensar que se constroem no tempo longo da continuidade geracional que a família garante (Idem, p.44).

O processo de coleta empírica revelou a maior profundidade e intimidade dos relatos, estimulando narrativas mais alongadas e sinalizadoras de tópicos pertencentes ao roteiro inicial do projeto. Quando as mães foram questionadas se já foram atendidas alguma vez pela psicóloga ou pela assistente social (componente básico dos serviços oferecidos pelo NEOJIBA), identificaram afirmativamente e demonstraram a procura por apoio.

Todas confirmaram a utilização dos serviços e, em sua maioria, apresentam gratidão e confiança nos membros do SDS, como validam as considerações a seguir:

Já sim. Já fui atendida há anos atrás pela psicóloga. Minha filha era pequena e eu tive problema sério de depressão pós parto. Eu precisei de acompanhamento pelo CRAS. Eu parei de ter atendimento lá quando eu precisei mesmo de um atendimento mais severo, né? Eu tive umas complicações, eu tive que ir no Osvaldo Camargo [Hospital]. Mas lá no NEOJIBA tem a assistente social, ela sempre chama, a gente conversa muito e graças a Deus não precisei mais (ELZA, grifos nosso).

Já fui atendida pela assistente social. Me ajudou nos óculos da minha filha mais velha, me encaminhou pra oftalmologista (BETHÂNIA, grifos nossos).

Sim. A assistente social é muito presente. Aqui em casa nós tivemos COVID, a minha família toda, eu, meu marido, meus filhos. Ela sempre ligava, me dava orientações, perguntando se precisávamos de algo (ELIS, grifos nosso).

Já sim, sempre! Começou assim, alguns conflitos com minha filha, e eles (DS) me chamavam pra conversar. Nossa relação não começou muito amigável. Eu me sentia afrontada. Houve um “choquezinho” no início. Mas hoje eu acho que o NEOJIBA foi a melhor coisa que aconteceu na vida dela e na minha também. Eu sinto um conforto, uma liberdade, uma segurança tão grande pra conversar com a psicóloga. Tem horas que eu preciso esvaziar um pouco a pressão que tem em cima de mim, as coisas que me acontecem, então minha válvula de escape é a psicóloga. (LECI, grifos nossos).

Meu filho é um menino muito lúdico, ele teve uma dificuldade muito grande de sair do ensino infantil para o fundamental I. Foi muito castrador pra ele. Ele saiu de brinquedo, massinha, água... para papel, caneta, quadro. Eu até coloquei ele em um colégio militar, porque ele precisava de uma disciplina maior. Ele me dava várias situações complicadas. Aí nesse tempo, meu filho fazia terapia, no Lar Harmonia. Como eu sou do terceiro setor, eu vou transitando nesse meio, até porque eu sou mãe solo, eu vou transitando pra buscar ajuda para meus filhos. No início da pandemia ele entrou num processo de auto mutilação, tentou se machucar com uma

faca no pulso, como meu filho já fazia terapia, não precisou desse encaminhamento. Mas depois, com a pandemia, ele não conseguia fazer as terapias online, não se adaptou. Aí eu entrei em contato com o psicólogo e aí que eu troquei muitas informações, inclusive sobre educação positiva. Ele sempre muito atento, muito atencioso, não somente como psicólogo, mas como pai. Ele me orientava a orientar meu filho. A gente teve uma interação muito legal, me fortaleceu bastante, me auxiliou na relação com meu filho (...) que hoje em dia nem toma mais medicação psiquiátrica, conseguiu fazer as aulas online com mérito, terminou o quinto ano... foi um trabalho muito presente, muito forte, mas que deu bons resultados! (MARISA, grifos nossos)

O transtorno da depressão pós-parto narrado por Elza é frequente no Brasil, atingindo uma em cada cinco mulheres. O puerpério é um período de alterações biológicas, psicológicas e sociais, considerada a época mais vulnerável para a ocorrência de transtornos psiquiátricos (CANTILLINO et al. 2010). Esse tipo de depressão apresenta causas multifatoriais, especialmente a partir de fatores biológicos, psicológicos e até aspectos socioeconômicos, como a falta de suporte familiar e social e baixo nível socioeconômico (ANDRADE; TEIXEIRA; ZONER; NIRO; SCATENA; AMARAL, 2017).

Outro caso, a automutilação do filho de Marisa, configura um comportamento que tem ganhado maior visibilidade na cena da clínica psicanalítica nas últimas décadas. Profissionais alertam para o fato de que os comportamentos, que se caracterizam por promover cortes superficiais na própria pele com objetos afiados, tiveram um aumento considerável nos últimos trinta anos e costumam surgir na adolescência, podendo se estender por um período curto ou se prolongar pela vida adulta (FORTES; KOTHER, 2017). Pela intensidade do sofrimento moral, a dor infligida diretamente no corpo é concebida como uma dor não apenas mais tolerável, mas como um modo de apaziguar a insuportável dor moral (FORTES, 2012).

Logicamente a ideia aqui não é aprofundar as discussões sobre os assuntos (depressão pós-parto e automutilação), mas esclarecer a frequência dessas situações e, por conseguinte, os impactos que a Psicologia e/ou Assistência social (através dos profissionais do Setor de Desenvolvimento Social) tiveram no espaço privado dessas mulheres.

No que diz respeito a Leci, devemos notar que a profissional de Psicologia auxiliou na relação com a filha adolescente da entrevistada, e, mais do que isso, atua como terapeuta em questões individuais/pessoais de Leci, ou seja, estendendo-se para além da relação familiar com a jovem.

O trabalho de encaminhamento para consultas médicas das assistentes sociais do NEOJIBA também foi citado, como o relato de Bethânia, ao conseguir consultas de Oftalmologista para a sua filha.

A Assistência Social no Brasil possui uma gênese filantrópica, concebida como cultura do favor, ações caritativas, voluntaristas de cunho solidário e assistencialista, levando longos anos para se instaurar como política pública, reconhecida como um direito de responsabilidade estatal.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre. (OLIVEIRA, 2005, p. 25)

Entretanto, com a Lei Maior de 1988, a Assistência passa a compor o sistema de Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)³⁸ vai ser aprovada, passando a regulamentá-la como política social pública e, com isso, superando o seu caráter emergencial e fragmentado das ações que marcam sua trajetória no país.

Tal processo de reestruturação da Assistência, enquanto política pública não contributiva, carrega desafios, como “o enfrentamento de grandes e crescentes demandas sociais, o compromisso com a descentralização e a gestão participativa e, principalmente, com uma nova forma de pensar e concretizar a assistência”, exigindo “mudança do paradigma da ajuda, para o direito” (DANTAS, 2017, p.109).

Adentrando em outro enfoque, a presente pesquisa buscou analisar a opinião das mães sobre a metodologia do NEOJIBA no ano de 2020, com a suspensão das aulas presenciais, obtendo as seguintes exposições:

Eu achei muito interessante, porque assim, as escolas públicas, algumas, pararam e não se preocuparam em ter uma aula, mas o NEOJIBA não parou. O meu filho ganhou um celular do pai e pôde continuar. Mas eu não tinha condições de dar um celular para minha filha, e ela não teve condições de ter a aula certinha. Mas foi muito interessante porque o NEOJIBA não parou, não deixou as crianças dispersas, sem aula, sem uma atividade. E os vídeos do final de ano, feitos pelo NEOJIBA, foi melhor ainda (ELZA, grifo nosso).

Eu achei muito interessante, porque eles tiveram a preocupação em não deixar as crianças soltas. Então, minhas filhas ganharam um Tablet do NEOJIBA pra assistir as aulas online. Eles sempre ligam, perguntando se está precisando de alguma coisa. Eles são muito presentes na vida dos alunos (BETHÂNIA, grifo nosso).

³⁸Artigo 1º da LOAS: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei nº 8742, 1993).

Eu achei o máximo. Se não fossem as aulas de música eu não sei o que seria. Os meninos são alunos do municipal. O municipal demorou a se adequar, demoraram de enviar atividades e de ter aula no canal do estudante e eles acessarem. As aulas de karatê do meu filho foram suspensas por causa da pandemia. E quando veio o lockdown³⁹, praticamente já tinha aula online no NEOJIBA. Não demorou nada...os meninos se adaptaram muito fácil. Tiveram uma aula quase particular (risos). O professor vem até na minha casa. O professor passa atividade, tem que gravar vídeo tocando pra mandar. Têm todo um cuidado como se fosse uma apresentação. Eles não estão no palco, mas a casa vira um palco. Agora mesmo, o programa está de férias, mas mesmo assim eles têm atividades. Minha filha fez a agendinha dela pra cumprir (ELIS, grifos nossos).

Eu acho que não posso criticar. Foi uma necessidade, então eles tomaram uma atitude responsável e foi o que tinha pra fazer naquele momento. Até imaginei que iam cessar os ensaios, mas continuou. Então achei super positivo nesse sentido. Minha filha estuda em colégio público, e eu fui até lá perguntar como seria, se teriam aulas online e não fez nada. A gente sabe que a aula online nunca é igual a aula presencial, e piorou se não tem nem essa possibilidade (LECI, grifos nossos).

Eu entendo que foi um processo muito difícil. Porque tudo que eles podiam ensinar de iniciação musical ele já tinha dado pra turma. Eu entendi e fui muito flexível. Se tem uma coisa que eles são... é competentes! Extremamente! Eles criaram atividades, os professores continuaram, eles fizeram as partes de projetos e tudo mais. Na verdade, o que eu percebi é que existia a necessidade de dar continuidade ao processo para que as crianças não desistissem. Houve um processo de evasão muito grande. Eu percebi que houve um esforço muito grande de todos, todos [ênfase] no NEOJIBA. Imagina você colocar um monte de crianças na frente do computador e você ser a pessoa responsável por conectar essas crianças todas! (MARISA, grifos nossos)

Nesse ponto, é unanimidade a importância que as mães atribuem à continuidade das atividades do NEOJIBA, que passaram a ser online logo na semana de determinação de *lockdown* no Estado, como já mencionado em momento anterior. Essa importância se esbarra, entre outras razões, na ausência das aulas das escolas da rede pública de ensino (como abordam Elza, Elis e Leci), o que expõe as desigualdades no sistema educacional brasileiro.

Com as escolas fechadas, o ensino a distância não contempla todos os alunos, principalmente aqueles que vivem realidades mais pobres. Além da falta de internet, muitos estudantes da rede pública não dispõem de recursos tecnológicos ou materiais didáticos necessários para um bom aprendizado fora do ambiente escolar (recorda-se que as filhas de Bethânia, em Vitória da Conquista, receberam um tablet do NEOJIBA para conseguirem acessar as aulas do programa).

Segundo a pesquisa de Vitor Cavalcante, Bruno Kawaoka Komatsu e Naercio Menezes Filho (2020), as escolas particulares parecem se adaptaram melhor ao ensino à distância, em

³⁹ *Lockdown*, do inglês, significa “confinamento”. É o bloqueio que, imposto pelo Estado ou por uma ação judicial, restringe a circulação de pessoas em áreas e vias públicas, incluindo fechamento de fronteiras, geralmente ocorre em situações de pandemia com o intuito de evitar a disseminação do vírus. (Dicionário Online de Português. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/lockdown/> > Acesso em: 15/08/2020)

comparação com as gestões públicas, conseguindo fornecer atividades escolares para serem realizadas em casa para a maioria dos alunos dessas instituições.

Negros, pardos e indígenas, cursando o ensino fundamental, estão em desvantagem em relação aos brancos e amarelos, mostrando que a desigualdade entre alunos de diferentes cores também pode aumentar. Ademais, a mobilidade social intergeracional também pode ser dificultada com o fechamento das escolas, uma vez que a distância educacional entre filhos de parentes com maiores e menores níveis educacionais deve aumentar.

Faz-se aqui a ressalva que, na contramão, apesar de todas as disparidades listadas, o governo brasileiro manteve o cronograma das provas do Enem⁴⁰, que é considerado o “instrumento de democratização do acesso ao ensino superior”. Com isso, exclui ainda mais alunos negros e pobres das universidades.

No caminhar para o fim da entrevista, foi feita a pergunta “O que você espera do projeto para sua filha (o) daqui para a frente?”, e as expectativas e anseios maternos foram variadas, compartilhando, não apenas desejos particulares e profissionais para suas filhas e/ou filhos, como votos de continuidade e crescimento do NEOJIBA para o desenvolvimento educacional das outras crianças e jovens:

Do NEOJIBA eu espero que cresça, porque o trabalho do NEOJIBA aqui no bairro tem sido gratificante demais. Eu pude ver crianças que as mães nem aguentavam mais e depois elas mudavam de comportamento. O meu pensamento positivo mesmo é que o NEOJIBA cresça, se expanda, que chegue novos instrumentos. E eu não posso impor meus sonhos pra minha filha, mas o sonho dela é ser maestrina. Se o sonho dela é chegar a ser maestrina, que assim seja. Porque o mais importante é que ela faça algo que ela goste, que ela ame, que ela se dedique naquilo. Então assim, meu sonho, para o NEOJIBA é que se expanda pelo mundo todo e que a gente tenha a oportunidade de acompanhar. (ELZA, grifos nossos)

Eu espero que elas cresçam e que eles continuem apoiando elas na carreira delas. Que eles me ajudem cada vez mais. Eu incentivo porque eu sei que elas gostam e o que eu puder fazer pra incentivar, eu faço. Eu quero que o NEOJIBA cresça, para dar mais oportunidades para mais crianças aqui em Vitória da Conquista, que também precisam. (BETHÂNIA, grifos nossos)

Eu espero que eles criem asas no projeto e que voem longe. O meu filho eu não sei se ele continua tão longe, mas a minha filha acho que vai longe. Às vezes eles tentam me ensinar, quando eu vejo as partituras eu penso “meu Deus como eles conseguem?” Quando eles começam a discutir “isso é um ré maior”, eu nem me meto [risos].

Para o NEOJIBA eu desejo todo sucesso do mundo, porque coisa boa tem que durar pra vida toda. Que cresça cada vez mais, que tenha outros núcleos, que atenda

⁴⁰ O vestibular chinês, conhecido como *gaokao*, foi adiado por conta da pandemia do novo coronavírus. Outros países, como França e Estados Unidos, fizeram o mesmo com seus principais vestibulares. Informações disponíveis no site Catraca Livre. Disponível em < <https://catracalivre.com.br/educacao/10-motivos-pelos-quais-e-necessario-pensar-em-adiar-o-enem-2020/>> Acesso em 10/09/2020.

milhões de crianças. Porque o que eles passam é dedicação, é respeito, responsabilidade, só coisa boa (ELIS, grifos nossos)

Na verdade eu aprendi uma coisa, sonhar com os sonhos da minha filha. Ultimamente o sonho dela é virar Lutier. E eu tô apoiando ela nisso aí. Eu espero que o NEOJIBA dê todo esse suporte pra ela realizar o sonho dela. Eu nem sabia o que era isso, foi aí que ela me explicou e hoje já consigo compreender um pouco mais. E que o projeto não páre, porque realmente transforma a vida da criança e do adolescente de baixa renda (LECI, grifos nossos).

Olhe, por mim eles se formam lá. Eu dou o máximo de oportunidades condições para que eles tenham condição de escolha. Mesmo que eles não sejam musicistas, a educação que eles recebem vai ser pra vida toda. O que quiserem ser...eu só quero que eles sejam! Falo sobre sexualidade, escolhas de vida, falo sobre tudo com eles. (MARISA, grifos nossos)

De forma evidente, nota-se um respeito grande pela política pública em comento, a vontade de falar sobre a mesma (fato observado antes mesmo da realização das entrevistas, quando as mães se mostraram muito solícitas e até comovidas de relatar as experiências). A pergunta acima poderia ficar restrita à suas crias e, mesmo assim, diversos elogios são tecidos à totalidade do projeto, funcionamento e até metodologia.

Além disso, a entrevista pôde captar algumas percepções críticas, políticas e sociais acerca da educação no projeto.

A gente sabe que aula de instrumento e música, é tudo muito caro. As famílias de classes mais populares não têm condições de custear isso. E muita das vezes a criança tem aquele sonho reprimido, porque a família não consegue realizar. Então eu só desejo que o projeto continue como está, porque é um projeto que não cuida só daquele integrante, ela abrange a família. Me senti muito acolhida no NEOJIBA (LECI, grifo nosso)

A não ser que a política queira encerrar esse tipo de trabalho, eu penso que é pra eternidade É um trabalho de excelência. Eles fazem um movimento muito acima da média, entendeu? A coordenadora do Núcleo da Federação foi buscar instrumentos que fossem do tamanho das crianças, porque elas estavam crescendo. Não é só uma formação social de dizer “vamos tirar o menino da rua”. Não! É uma formação em música, que, inclusive, me auxilia na educação deles. Hoje eles estão lá com o objetivo de crescer, porque a música, dentro da educação, ela humaniza. Então, acho que vai além de formação profissional. Quando meu filho fala “mãe, acho que não quero mais”, eu falo, “gato, você pode tirar um passaporte e dar um rolé lá fora, no mínimo!” Tem essa perspectiva real dele viajar com o NEOJIBA. O NEOJIBA não faz assistencialismo, ele profissionaliza. Você tem até uma luteria no NEOJIBA! Então não é oportunidade de salvar as crianças, não! É uma oportunidade de ampliar a potência que cada criança tem! (MARISA, grifos nossos)

Tópico, por vezes perguntado pela investigadora, outras suscitadas pelas próprias mães, relaciona-se ao sentimento de presenciarem (antes da pandemia, presencialmente, e depois, online) apresentações e concertos que as filhas ou filhos realizavam na programação cultural do NEOJIBA. E as respostas eram semelhantes, revelando emoção:

Todas as apresentações são emocionantes (ELZA).

Eu vou em todas as apresentações. Eu sou aquela “mãe coruja”. Mas a que me marcou mesmo foi o centro de cultura aqui em Conquista. O Centro de Cultura estava lotado, e minhas filhas tocando, pra mim foi marcante (BETHÂNIA).

Todas as apresentações me marcaram bastante, mas a primeira foi muito importante. Eu chorei como um bebê. Minha filha sempre foi muito tímida, um bichinho do mato. E de repente ela ali num palco, se apresentando para mais ou menos duzentas pessoas. Ela teve um profissionalismo que surpreendeu todo mundo. E ela é apaixonada por todos do NEOJIBA. E eu também sou apaixonada por eles. Eu costumo falar “família NEOJIBA”, pq a gente foi muito bem acolhido aqui. Tem coisa melhor do que nossa família? Eles nos passam muita segurança, no tratamento que eles dão às crianças. Muitas apresentações me marcaram. A vovó fez um vestido de gala pra ela se apresentar. A família toda se envolveu (ELIS, grifos nossos).

Eu sempre fui às apresentações dela. A gente sabe que nossa classe social não tem muito acesso a teatro, à orquestra, No dia que ela apresentou junto com a orquestra, nossa! Foi muito marcante! E eu me emocionei. Estar próxima daqueles instrumentos, é inexplicável (LECI, grifos nossos).

O choro trava todas as vezes, em todas as apresentações. Cada apresentação é “um orgasmo maternal.” (MARISA, grifos nossos).

Em meio às subjetividades reveladas, é curioso quando a entrevistada Elis atribui o significado de “família” ao NEOJIBA, justificando tal fato ao acolhimento e segurança recebidos por ela e por seus filhos pelo programa, robustecendo a ideia de que as vivências e os vínculos não se estabelecem apenas a partir da conjugalidade e da filiação, embora nestes também possam estar presentes.

Isto posto, toma-se a família como o âmbito comunitário que integra as diferentes dimensões (suprafuncionalidade) da pessoa e da vida humana, constituindo-se em uma força tão fundamental que permanece com a pessoa mesmo quando ela rompe os vínculos familiares. Enquanto realidade simbólica, esta pode revelar-se em diversas formas comunitárias que proporcionam o apoio e o sustento existenciais indispensáveis para toda pessoa viver (PETRINI, 2003).

[A família] não existe para satisfazer uma ou algumas funções sociais, mas constitui um leque potencialmente indefinido, visto ser uma relação social plena, ou seja, é ‘um fenômeno social total’ que – direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente – implica todas as dimensões da existência humana, desde as biológicas às psicológicas, econômicas, sociais, jurídicas, políticas e religiosas. (DONATI, 2008, p. 55)

A abordagem empírica do capítulo presente foi capaz de conhecer perfis étnico-racial, social, econômicos e políticos dos integrantes do programa NEOJIBA, bem como as estruturas que condicionaram os sujeitos a inserirem filhas e filhos no projeto. As redes criadas e reveladas com cada uma das mulheres foram identificadas e corroboram com

impactos e outras dimensões não almejadas especificamente pela educação musical, reforçando acesso à justiça social e à cidadania.

O entrelaçamento de experiências e da procura pela multireferencialidade de fontes que compõem o *corpus documentae* e a construção de dados extraídos de vivências relacionais (sociais, comunitárias e familiares) atingiu nível pretendido: diversidades de sujeitos, procedimentos metodológicos que complementam e permitem análises críticas. Adentrou-se em ambiente de educação não formal e no projeto social, nas nuances de redes colaborativas e em certos pormenores das relações familiares (mães e jovens integrantes do NEOJIBA).

Das vulnerabilidades e da exposição de tópicos relativos à educação, à cidadania e aos direitos humanos, os marcadores de gênero, gerações e territórios também auxiliaram a observância dos contributos da educação não formal na vida de jovens. Foram evidenciadas opiniões e expectativas positivas para o programa, sentimentos de acolhimento, de pertença e até mesmo a atribuição da palavra “família” ao definir a relação com o NEOJIBA.

5. “MENINAS NA MÚSICA”: PARA ALÉM DAS VOZES E DOS INSTRUMENTOS

*(...)Não leva na maldade não, não lutamos por
 inversão
 Igualdade é o x da questão, então aumenta o som
 Em nome das Marias, Quitérias, da Penha Silva
 Empoderadas, revolucionárias, ativistas
 Deixem nossas meninas serem super heroínas.
 (Trecho de “Respeita as Mina”, Canção
 interpretada por Kell Smith, 2017)*

As entrevistas realizadas com 5 (cinco) jovens integrantes do NEOJIBA finalizam a quarta etapa metodológica da pesquisa, acompanhando o mesmo método utilizado com as mães, de entrevistas individuais semiestruturadas.

Vale ressaltar que o título do presente capítulo – “Meninas na Música” – assenta-se no simples fato das entrevistadas participarem da política pública de ensino musical coletivo do NEOJIBA, cada uma em sua especialidade (coro, violino, viola). As jovens entrevistadas não estão especificamente relacionadas ao projeto Meninas na Música, criado em 2018 (iniciativa do programa NEOJIBA, com patrocínio da AVON e apoio do Instituto Avon). Entretanto, ganham lugar de visibilidade e acompanham a ideia de promoção de igualdade e de valorização em campos que são menos equitativos.

As questões indagadas nas entrevistas foram elaboradas visando investigar o acesso aos Direitos Humanos dessas participantes jovens, em contextos familiares, sociais e educativos vivenciados. Destaca-se que as próprias jovens escolheram seus nomes fictícios, preservando confidencialidade e anonimato, de cantoras e/ou compositoras da música nacional (Edith do Prato, Gal Costa, Clara Nunes, Alcione, Chiquinha), conforme suas afinidades e identificações musicais. Essa escolha respeita as declarações e demonstra a disponibilidade em participar da presente investigação.

As jovens - integradas à faixa etária entre 18 e 27 anos - narram suas experiências pessoais. Em um primeiro momento da entrevista, contam como conheceram o programa, o que mais gostam neste, alguns desafios vividos em suas trajetórias musicais, e sinalizam, por meio dos discursos, alguns dados sócio-demográficos que demandam análises relevantes. Por fim, foi possível captar as diversas percepções sobre educação e cidadania, bem como expectativas de presente-futuro e anseios profissionais.

5.1 DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS, INICIAÇÃO MUSICAL E TRAJETÓRIAS

QUADRO 2 - Caracterização das jovens entrevistadas

JOVENS INTEGRANTES DO NEOJIBA	IDADE	RAÇA/ ETNIA/ COR	ESCOLARIDADE	TEMPO QUE INTEGRA O NEOJIBA
Edith	27 Anos	Negra	Superior Completo. Formada em Licenciatura em Música, pela UFBA	13 anos
Clara	20 Anos	“A Menina que nasceu sem cor”	Ensino Superior Incompleto. Cursando Licenciatura em Música na UFBA	8 anos
Gal	25 Anos	Preta	Ensino Superior Incompleto. Cursando Fonoaudiologia.	3 anos
Chiquinha	19 anos	Branca	Ensino Médio Completo	2 anos
Alcione	18 anos	Preta	Ensino Médio Técnico Incompleto	3 anos

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa empírica (realizada entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021).

Como prelúdio e como registro das primeiras perguntas - inicialmente sobre os motivos pelos quais resolveram participar do NEOJIBA - foram identificados diferentes contextos levaram às suas inserções e evidenciam sujeitos plurais, inscritos em múltiplas e distintas culturas e realidades:

Um dia quando eu vi a “Família Lima” na televisão eu falei “quero tocar violino!”. Aí começou minha saga... Comecei a tocar com 8 anos. A escola de música que arranjaram pra mim era no Colégio Adventista. Aí depois eu entrei no NEOJIBA, porque meu vizinho me chamou pra fazer o teste. Foi a primeira vez que entrei no TCA e foi pra fazer a prova da Orquestra. Depois foi minha adolescência inteira no NEOJIBA. Todas as turnês, todos os concertos, tudo que aconteceu no NEOJIBA de 2007 até 2015, eu participei como integrante. Hoje já sou instrutora (EDITH, 27 anos).

Eu estudei de um ano até os 12 anos em um colégio particular de música. O NEOJIBA estava começando ainda e tinha muitos concertos didáticos, que nós éramos sempre chamados para assistir. Também tinha os concertos de Natal que NEOJIBA juntava com várias escolas. Eu acabei conhecendo o NEOJIBA através dessa troca dos concertos de Natal. No ano de 2012 eu resolvi fazer a audição para Orquestra Pedagógica Experimental, eu tinha 12 anos. Eu estudei flauta doce por um tempo, mas me encantei mesmo por violino. Agora eu sou monitora. (CLARA, 20 anos).

Eu recebi o informe da audição em 2017, quem me enviou foi meu irmão. Na época eu estava participando por uma época bem complicada, financeiramente falando, e o NEOJIBA tem o benefício da bolsa, o que é muito motivador pra gente. Naquela época eu já trabalhava fora com música, cantava em eventos. Eu estava passando por uma situação muito complicada, eu estava vendo o ponto de precisar fazer um trabalho informal, começar a fazer qualquer coisa para ter como me sustentar. Aí meu irmão me enviou o link do site, da audição, e eu pensei “putz, vai ser a melhor forma, porque vai ter um valor fixo que eu vou receber, eu posso continuar trabalhando nos eventos e ainda tem a questão teórica da música”. Eu canto desde os 3 anos de idade, mas eu não tinha esse contato tão contínuo com a teoria. O que eu mais tinha receio na época não era de precisar trabalhar, até porque eu já tinha feito um estágio no ensino médio, mas meu maior pesadelo era me distanciar da música. Eu nunca tinha trabalhado porque tive o privilégio de não precisar. Mas naquele momento eu precisei pensar nisso, aí conheci o NEOJIBA, que apareceu como uma luz, e a vida se transformou (GAL, 25 anos, grifos nossos).

Na verdade eu não conhecia o NEOJIBA. Fui perguntar o nome depois que eu já estava matriculada [risos]. Como o NEOJIBA tem muitas filiais, uma delas é o Irmã Dulce. E aí eu entrei no primeiro ano da escola e uma amiga chegou na sala com o violino. Eu perguntei a ela como fazia pra tocar também. Quando terminou a aula, ela me levou pra me inscrever. A coordenadora me explicou tudo e eu escolhi o violino. Depois que fui saber o que significava o nome do programa. Agora, três anos depois, eu estou tocando viola. (ALCIONE, 18 anos).

Eu sou de S. [Nome da cidade] Eu resolvi participar, porque lá em S. não tem a oportunidade que a gente tem em Salvador. Dentro do NEOJIBA tem a Rede de Projetos Orquestrais da Bahia, foi por aí que eu acessei o NEOJIBA. Em 2019 eu entrei logo na OCA, estudei e passei nas audições. Na verdade eu já tinha participado da OCA em 2018, mas não pude entrar mesmo naquela época, porque eu ainda não tinha concluído o terceiro ano e a bolsa que eles davam não dava pra ficar indo e voltando de S. para Salvador. Eu poderia perder muitas aulas e eles não são a favor do aluno perder aula da escola pra ir para os ensaios. Aí em 2019, depois de concluir o Ensino Médio, eu entrei! Por isso, em 2019 saí de S. e fui morar em Salvador (...). Lá eu tenho mais oportunidades. Eu participava da Filarmônica da minha cidade tocando trompete. Mas no NEOJIBA eu passei a estudar e a tocar violino.

Eu resolvi participar para evoluir na música, conseguir oportunidades e ainda tem um bônus, porque eu quero fazer faculdade em Salvador. Como eu não sou de família que tem condições, minha não tinha como me manter em Salvador. Então, participando do NEOJIBA, e com a bolsa, eu poderia ficar em Salvador e cursar faculdade. Em 2019, por incrível que pareça, eu praticamente me sustentava com a bolsa do NEOJIBA e o auxílio moradia. (CHIQUNHA, 19 anos, grifos nossos)

Nesse ponto, a maioria das jovens citou a vontade de estudar determinado instrumento e desenvolver suas habilidades, mas a fala de Gal levanta um outro elemento motivador: a necessidade de receber a bolsa em um momento financeiro complicado de sua vida.

O medo dela era ter que aceitar qualquer emprego ou trabalhar na informalidade, já que não tinha ainda nenhuma formação acadêmica. Devido a imprescindibilidade do dinheiro, isso poderia afastar da área da música, que sempre foi tão presente em sua vida.

Para Silva (2011), os grupos juvenis pertencentes às classes mais vulneráveis possuem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, restando-lhes empregos de baixa qualidade, inscritos na precariedade, informalidade e na ausência de proteção social.

Em consonância com a autora, os últimos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativos à temática (2016), informaram que cerca de 156 milhões de jovens empregados se encontram em situação de extrema pobreza, tanto em países desenvolvidos como emergentes. E que, apesar de estarem empregados, possuem renda inferior ao mínimo necessário para atender suas necessidades básicas. Nesse sentido, há um maior número de trabalhadores pobres entre a população jovem, se comparada com a população adulta, cabendo-lhes, em grande parte dos casos, empregos ligados à informalidade e instabilidade.

As desigualdades potencializam o ciclo de exclusão de jovens mais desfavorecidos economicamente. As relações de formação e trabalho em que estão inseridos fazem com que, crescentemente, tenham a inserção precoce no mercado de trabalho por meio de subempregos, uma vez que o mercado de trabalho tende a exigir por níveis mais altos de educação e formação profissional (RETIZ, 2017).

No Brasil, em 2017, cerca de 25,1 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, não alcançaram o ensino superior completo, não estavam estudando ou se qualificando (IBGE, 2018). O índice de mulheres que não estudam e nem trabalham é quase o dobro quando comparado aos homens (IBGE, 2016), externando as desigualdades de gênero nesse indicador.

No marcador de cor, a taxa de desemprego para jovens brancos é de 16,6%, já para jovens negros chega a 23,3% (IBGE, 2016), sendo de extrema importância compreender a completude desses mecanismos de exclusão inter-relacionados (classe social, cor e gênero). Isso revela, ademais, a expressão de “como os efeitos macrossociais e estruturais da sociedade afetam de forma ainda mais acentuada mais determinados grupos do que outros” (PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020, p.711).

Algumas narrativas das jovens sobre como autodeclaram⁴¹ sua cor, etnia ou raça, aprofundam debates sobre miscigenação, heranças históricas e racismo, como revelam o trecho a seguir:

Negra. Mas eu nem sempre tive isso na minha cabeça... Meus avós nasceram no auge da eugenia. Eles sempre negaram isso. Sempre ouvi piadinhas racistas dentro

⁴¹ Para efeito do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12288/10, Art. 10, IV) considera-se população negra o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE, ou que adotam autodefinição análoga. Sendo assim, a presente investigação foi realizada majoritariamente com participantes negras.

da minha casa e não tenho problema nenhum em dizer isso, até porque hoje a gente já fala sobre esse assunto. Desde que eu lembro, eu alisava o cabelo ou fazia algo pra ficar menos crespo ou cacheado. Essa mudança de pensamento aconteceu depois de entrar na UFBA e ser questionada sobre isso e abrir meus olhos mesmo. A coisa mais forte pra mim foi ver que as minhas alunas sofriam, tinham os mesmo problemas de auto estima que eu. Ai eu falei “nossa, isso aqui tem que mudar!” (EDITH, 27 anos, grifos nossos)./

A “eugenia”, tema trazido na narrativa de Edith, consiste na teoria defendida pelo britânico Francis Galton (1869-1911) que, buscando respaldo na biogenética, entendia que brancos, de descendência européia, eram seres superiores (superioridade racial). Para parte da elite intelectual da época, a eugenia seria uma forma de “higiene social”.

Renato Kehl (1889-1974), considerado o pai da eugenia no Brasil, acreditava que a “melhoria racial” só seria possível com um amplo projeto que favorece o predomínio da raça branca no país, e, nas décadas de 20 e 30, o pensamento eugenista cooptou muitos nomes influentes⁴², atingindo seu “auge”.

Para Lélia Gonzalez (2011), tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Sob esse ponto de vista, no que diz respeito ao feminismo latino-americano, a antropóloga brasileira entende que o movimento perde muito da sua força quando abstrai o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região.

A abordagem de desigualdades entre os sexos deve ter, portanto, o olhar particularizado sobre o elemento “cor”, como, por exemplo, quanto à divisão sexual do trabalho. Articulá-la sem o fator racial, “é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (Idem, p.11), tirando de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres não brancas.

(..) nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. É desnecessário dizer que com todas essas características, nos estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. (Idem, p.14)

Interessante abordagem de Lélia, ao afirmar que as sociedades latino-americanas são racialmente estratificadas, e que, no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações

⁴² A exemplo de Júlio de Mesquita, proprietário do jornal O Estado de S. Paulo, Oliveira Vianna, jurista e fundador da Faculdade de Medicina em São Paulo, Arnaldo Vieira de Carvalho. O clássico Sítio do Picapau Amarelo, de Monteiro Lobato (que era pessoa próxima de Renato Kehl), continha ideias eugenistas. Thiago Ferreira (2017). O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>> Acesso em 02/01/2021)

para designar a cor das pessoas, “uma espécie de *continuum de cor* que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório” (Idem, p.15).

Não por acaso, diante desse “arco-íris”, as jovens do NEOJIBA expressam, em maioria, os impasses na compreensão de suas etnias/raças e, por conseguinte, de autodeclarar-se, seja no passado de suas vidas, ou até no momento presente.

Taí um processo muito grande e muito difícil... Eu gosto de brincar que “eu sou a menina que nasceu sem cor”, que é o nome de um poema. Já ouviu falar desse poema? Mas na minha certidão está escrito “branca”. Hoje em dia eu me coloco em um lugar de questionamento. A minha avó fala que tudo isso tem que ser feito na base de muito estudo. Eu tô aqui de frente pra livros da minha estante, quando eu tenho dúvidas eu vou para os livros... (CLARA, 20 anos, grifo nosso)

Preta. Eu demorei pra entender isso. Eu cresci não me enxergando em vários lugares. Me lembro que uma vez o IBGE foi fazer a pesquisa lá em casa do Senso e eu me declarei parda, porque na minha concepção eu tinha uma pele menos retinta. Na minha cabeça, preta era aquela pessoa mais retinta, como meu avô, por exemplo. Eu tenho um tio de pele mais escura, então esses eram os pretos. Mesmo assim, não era um diálogo que se tinha com essa palavra, “preto”. É muito importante a gente ter essa abertura, esses espaços e conseguir se estabelecer da forma que a gente é (GAL, grifos nossos).

Preta. Antes sempre coloquei parda em tudo. Somente em 2017 eu comecei a ler sobre e a tomar coragem de pesquisar. Tudo gerou muito em torno do meu cabelo. Eu alisava meu cabelo e enquanto eu alisava meu cabelo, eu achava que eu era branca. Eu não tinha muita referência. Meu pai é negro, mas não sei, acho que ele não se enxerga muito. Mas depois que deixei meu cabelo cacheado, fiz o black, aí que consegui visualizar. Só em 2017 que tive coragem de fato de colocar no papel que eu era negra, não era nem falar. (ALCIONE, grifos nossos).

Os relatos acima denotam aspectos da miscigenação brasileira e nos leva ao termo colorismo ou pigmentocracia, desenvolvido por Alice Walker, no ensaio “*If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?*”, como parte do livro “*In Search of Our Mothers’ Garden*”, no ano de 1982.

O colorismo de alguma forma expressa essas diferentes dinâmicas. É a ideia de que não estamos falando de uma oposição entre os sem cor e os de cor, mas na verdade de um processo de contraste e diferenciação que utiliza esses critérios como forma de hierarquização social, e que não é linear. (SALES, 2017, p. 3).

Para Devulsky (2021), as discussões acerca do colorismo buscam entender a sua construção histórica e como o racismo penetra nas vidas e relações interpessoais, não se tratando, pois, de construir uma "disputa" sobre quais são as opressões mais profundas.

“Eu sou a menina que nasceu sem cor”, citada por Clara, é uma poesia de Midria da Silva Pereira⁴³, que registra de forma crítica os caminhos que fizeram a menina entender-se

⁴³ Jovem poeta, de 20 anos, estudante de Ciências Sociais na USP (Universidade de São Paulo) e uma das organizadoras do USPerifa, que leva a cultura dos slams, da disputa de poesia falada, para dentro da cidade universitária.

como negra e reivindicar a potência de suas raízes, de seu cabelo, de seu povo. Em um dos seus trechos, justificando o título da poesia, assinala “me chamam por aí de parda, morena, moreninha, mestiça, mulata, café com leite, marrom bombom (...)”.

Em sua obra, Miríade classifica o colorismo como uma política de embranquecimento do Estado, que por muito tempo fez com que ela odiasse os traços genéticos que herdou do pai, se odiasse, se mutilasse e alisasse o cabelo. Esse ato de alisar os cabelos também foi abordado por Edith e Alcione, esta última ainda afirmou que precisou “fazer o black”, referindo-se ao penteado “*black power*”, para enxergar-se preta.

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários, por exemplo, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito e valorização da diversidade étnica e racial e livrar-se de possíveis acusações de exclusão racial das minorias. Um negro ou japonês solitários em uma propaganda povoada de brancos representam o conjunto de suas coletividades. Afinal, negro e japonês são todos iguais, não é? (CARNEIRO, 2004, p.2, grifo nosso)

A citação acima de Suely Carneiro, quando condena o aprisionamento do racismo às imagens fixas e estereotipadas, ratifica o dilema vivido por Gal quando afirmou que crescera “não se enxergando em vários lugares” e quão importante era ter abertura e espaços para, nas palavras da entrevistada, “conseguir se estabelecer da forma que a gente é”.

Muito dessa problemática associa-se aos escassos estudos ou discussões sobre negros e indígenas como históricos partícipes, a exemplo da Rebelião dos Malês, e estes acabam ocupando o local do folclórico e do exótico (ANDRADE, 2018).

Ocultam, invisibilizam e embranquecem pessoas negras que tiveram destaque na ciência, na literatura e na filosofia. Quando as culturas africanas e afro-brasileiras são abordadas na escola, não raro, prevalece a interpretação exótica e folclorizada. Expressões culturais como a capoeira, maracatu, o candomblé e a feijoada tornam-se signos completamente esvaziados de seu sentido político (Idem, p.88, grifo nosso).

Por outro lado, a literatura, nas últimas décadas, tem tido a presença e a visibilidade crescente de autoras negras no campo literário, como Carolina Maria de Jesus, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes e Conceição Evaristo⁴⁴, ocorrendo, concomitantemente ao fortalecimento do feminismo negro no Brasil e à entrada gradativa de intelectuais negras nos espaços acadêmicos.

⁴⁴ Conceição Evaristo é a autora do poema *Vozes Mulheres* (2008), exposto nas páginas iniciais da presente dissertação, pelo qual narra a trajetória de mulheres negras, preservada na memória coletiva, revelando a ancestralidade que se projeta no presente e prepara o futuro.

A travessia do lugar de objeto para o de sujeito produtor de conhecimento leva tempo. Portanto, o processo (de enxergar-se e estabelecer-se) não é, obviamente, automático, já que o que se tem como referencial são os clássicos eurocêntricos sendo cartesianamente relidos, reinventados e reinterpretados, universalizando situações tão particulares (FELISBERTO, 2012).

Ao dar prosseguimento às entrevistas, foi questionado o que mais chama atenção no NEOJIBA, logrando as seguintes respostas:

O tamanho do programa e a organização. Quando eu entrei não havia tantos núcleos. Agora já tem em Vitória da Conquista e outros interiores que eu nem faço ideia! [Risos] E é uma empresa, tem o DS, tem várias áreas. Tudo é muito organizado (ALCIONE, 18 anos, grifos nossos).

Particularmente, o contato com o canto lírico, principalmente nas aulas de canto. Pra mim, a música já vinha muito tempo antes do contexto do NEOJIBA. Eu já estava inserida nesse meio por muito tempo, mas essa busca por conhecimento, essa busca por saber mais, para entender melhor como funciona, faz meus olhos brilharem, porque é um desenvolvimento pessoal que não se perde (GAL, 25 anos, grifos nossos).

Hoje as crianças. Antes era a música, mas agora, as crianças. É uma delícia (ser professora) e ao mesmo tempo é uma responsabilidade gigante. Eu lembro exatamente do dia que eu decidi ser professora de música. Eu já estava no segundo ano da graduação, a gente estava no laboratório de educação musical. Meu colega estava dando uma aula sobre samba reggae, e eu peguei um xilofone, que é um instrumento de madeira, grandão, que é de teclas e a gente bate com as baquetas, e todo mundo ia tocando os instrumentos e foi muito gostoso.... Eu vivi a música pela primeira vez a partir dali, com muita alegria, uma música que me falava alguma coisa, que me pertencia, sabe? E eu pensei “vou fazer meus alunos sentirem isso que eu estou sentindo agora!” (EDITH, 27 anos, grifos nossos).

A gente fica encantado com os concertos, a oportunidade de tocar no Teatro Castro Alves...No final de 2019, eu tive o contato com um Professor, Spala da Osesp, Chefe de Naípe dos Primeiros Violinos e eu pude assistir o *Masterclass*, tirei foto com ele. A gente tem contato com muitos professores bons. Também já tive o contato com oficina de Rabeca, uma rabequeira muito gente boa, ficou falando com a gente, pude até tocar a rabeça. A gente evolui de uma maneira absurda, a gente tem uma estrutura, tem que cumprir prazo, cada peça que vem é um desafio. (CHIQUINHA, 19 anos, grifos nossos)

É difícil falar uma coisa só. Eu tenho tanto tempo lá. Eu descobri minha profissão dentro do NEOJIBA. Eu me descobri professora no NEOJIBA. Foi uma descoberta muito importante na minha vida, pra estar direcionando ela. Eu acho que uma das coisas que mais me chama atenção no programa são as possibilidades que o programa dá, e eu digo isso não só pra música. Um aluno meu lá do NEOJIBA tentou suicídio e depois, no final do ano, ele estava todo empolgado, queria prestar vestibular pra engenharia. Então o NEOJIBA abre os olhos dos jovens para o mundo. A partir do momento que a gente ganha a camisa do NEOJIBA, a gente já se torna responsável pelo programa. Eu tenho coleção de camisas [risos], desde a minha primeira, a de aniversário de 5 anos do programa, até a da turnê pela Europa que eu participei. O ato de receber a camisa dá um acolhimento também àquela criança ou adolescente, que muitas vezes não tem dentro de casa. (CLARA, grifos nossos).

As opiniões de Edith e Clara possuem pontos em comum, como a paixão por ensinar e o desejo de passar adiante as motivações, as lições e os ensinamentos que obtiveram, bem como a convicção da educação como meio de pertencimento e até de esperança/sentido de vida (exemplo da história do aluno que tentou cometer suicídio).

Retoma-se um debate sobre justiça social, ressaltado por Honneth (2003), quando fala da não permissão ao sujeito de participação ativa em pretensões jurídicas socialmente vigentes. Tal situação ocorre devido a exclusão social e privação de direitos, sendo absorvida como uma violência que patrocina a perda da capacidade de se pensar como um parceiro social, em status de igualdade.

Pensar a justiça social como equidade é pensá-la para além do mero formalismo jurídico, entendendo-a antes como “um meandro de problemáticas morais do qual o bem-estar social é intimamente dependente”. Dessa maneira, permite-se a aplicação do popular axioma que diz que é preciso “tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente” (OLIVEIRA; GERMINIANI, 2016, p. 83).

Clara ainda comenta a simbologia que atribui ao recebimento das camisas do programa (“as cores andarilhas” de pátios, escolas, parques que ocupam há treze anos), como ato de acolhimento e que, segundo ela, muitas vezes a criança não tem no próprio lar. Esses laços de pertencimento são reforçados pela educação não formal, espaços de convivência e retomadas dos pilares da educação (DELORS, 2003) que atua sobre aspectos subjetivos do grupo. Este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade, poder colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do *empowerment* do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo (GOHN, 2006).

Avaliando a existência dos possíveis impactos do NEOJIBA na realidade dos sujeitos da investigação, foi feito o questionamento “algo mudou em sua vida após a inserção do programa?”, despertando respostas enfáticas, como:

Claro! Eu era muito tímida. No NEOJIBA você tem contato com muita gente, trabalha com muita gente, muitos professores vêm de fora...então você se acostuma (EDITH, 27 anos).

Tantas coisas! [Risos]. Acho que, primeiro, senso de responsabilidade. Responsabilidade com o instrumento, responsabilidade com horário de ensaio e do estudo, pra conseguir chegar no ensaio tocando bem, responsabilidade para com a camisa do programa. É tão lindo, tão bacana.... E responsabilidade de estar bem na escola também, pra viajar, fazer as turnês com a consciência tranquila. Em 2017 eu monitorava os meninos de 8 da manhã às 7 da noite, com a Orquestra Infantil da Bahia. Meninos de todo o interior da Bahia. Meninos que nunca haviam usado o elevador. Parece algo tão distante de nossa realidade, mas não é não! (CLARA, 20 anos, grifos nossos)

Muita coisa mudou, o meu conhecimento e meu avanço dentro do conhecimento teórico. Quando eu entrei eu pensava “nossa, que massa, eu tô tendo contato com um coral, com a parte teórica da música, que parecia um bicho de sete cabeças na época e hoje vejo que não é”.

Claro que em ganhos pessoais também, fiz muitos amigos, adquiri maturidade, contatos com pessoas que tem pensamentos mais desconstruídos, inclusive sobre outras questões, não só sobre a música, mas também sobre racismo, feminismo...

Eu participei da live⁴⁵, por incrível que pareça, esse foi o primeiro debate que nós tivemos. Foi a primeira vez que participei, que tive essa experiência de debater esse assunto, talvez fomentado pelo momento que o país passa e pelas coisas que desencadearam desde o “*Black lives matter*”⁴⁶... a gente sentiu os impactos daqui. Então acredito que isso de alguma forma respingou no projeto. Fico feliz porque, assim, pra mim foi a primeira experiência nesse nível, de ver os coordenadores, todos do projeto.

Não me lembro de ter tido outras conversas específicas sobre o assunto racial. Outro assunto que me interessa muito também e que atravessa a minha vida aqui, é a questão do feminismo. Eu já tive oportunidades, até porque tem o projeto Meninas na Música, então acaba tendo esse tipo de conversa e a gente sabe que o projeto vem pra fortalecer isso. Eu espero muito que a partir desse ano, muitas outras conversas sobre esses temas aconteçam. Já é um caminho. Até por uma cobrança nossa.

Esse ano aconteceu muitas vezes da gente se reunir e cobrar sobre isso. Entre nós integrantes, esse é um assunto que está sempre em vigência, estamos sempre comentando sobre a necessidade de que isso seja debatido. Então eu vejo isso como uma mexida na estrutura. Eu até achei interessante no dia que Livia falou, uma das primeiras palavras foi a palavra “racismo”, muito embora o tema fosse outro. Eu achei massa, porque ela não estava camuflando, velando nada. (GAL, 25 anos).

Sim, durante a minha infância eu não fiz nada assim, de judô ou balé. Eu só ia pra escola. Eu não tinha mais nada além da escola. Eu estudava muito pra escola, mas o NEOJIBA me trouxe outra perspectiva. Comecei a pensar sobre a carreira e a direcionar mais o meu futuro (ALCIONE, 18 anos).

Aqui, há de se atentar, que algumas mudanças comportamentais, como, superação da timidez, mais maturidade e maior interação social, foram apontadas por elas como perceptíveis nas jovens, também integrantes do projeto. Até mesmo a expressão “direcionar o futuro” foi repetida por uma das mães (Leci) e Alcione, externando a relevância que elas atribuem a pensar e orientar-se profissionalmente, com o sentido de “rumo”, ou “norte”.

Da mesma maneira das entrevistas realizadas com as mulheres-mães, e tentando compreender o alcance e atuação do DS, juntamente com a avaliação sobre o serviço prestado, foi indagado se as jovens já procuraram algum tipo de ajuda ou encaminhamento profissional no âmbito do atendimento psicossocial.

Nesse momento, adentrou-se, mais uma vez, em questões mais íntimas, pelas quais, aliás, as jovens foram esclarecidas da possibilidade de interrupção ou não dar segmento, se

⁴⁵ Refere-se à Oficina Sócio Educativa Online, com o tema Direitos Humanos como Justiça Social, que teve Livia Maria Sant'Anna Vaz (Ministério Público do Estado da Bahia) como palestrante.

⁴⁶ O movimento *Black Lives Matter* (na tradução para o português, *Vidas negras importam*) está à frente de protestos recentes que tomaram as ruas das principais cidades dos Estados Unidos após a morte de George Floyd, homem negro norte-americano. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/entenda-o-movimento-black-lives-matter-e-como-ele-pode-ser-cobrado-no-vestibular>> Acesso em 02 Fev. 2020

assim desejassem. Porém, optaram por compartilhar suas experiências e enalteceram a relevância desse setor no programa, como visto a seguir:

Já, em 2015 e em 2016. Olha, eu fui acompanhada pelas primeiras psicólogas do DS e foi maravilhoso. Elas ficaram comigo, me escutaram muitas vezes e depois me encaminharam pra uma outra psicóloga. Em 2015 eu estava saindo da faculdade, tive aquela crise, de deixar de ser estudante, e estava desempregada. Em 2016 sofri uma agressão de um aluno e o DS me deu suporte. Foi nesse ano que eles me contratam como instrutora (EDITH, 27 anos, grifos nossos.)

Já fui atendida. As meninas do DS trabalham de uma maneira tão sutil, elas têm uma percepção tão bonita de cada integrante, que muitas vezes só de olhar elas sabem que há algo de errado com o aluno. Isso aconteceu comigo. No processo da tour da Europa, eu estava no terceiro ano do colégio, que já é um processo estressante, e era meu primeiro ano como Juvenil da Bahia. Seria o segundo ano que o NEOJIBA estava indo pra Paris. Tínhamos que ir muito preparados. Então juntou tudo, eu tinha vestibular para prestar o Enem, e ainda tinha as audições. Eu estava num nível de estresse muito grande. E uma vez, uma das assistentes sociais sentou pra almoçar com a gente no TCA, e eu estava com medo de fazer a audição, ela me viu e já perguntou o que estava acontecendo. Eu pensei “né possível que ela percebeu” [risos]. E ela me encorajou naquele momento (CLARA, 20 ANOS, grifos nossos).

Já tive suporte do Desenvolvimento Social e fui encaminhada para outros serviços, como Terapia Psicológica, por exemplo, Clínica Geral. Já tive suporte em outros momentos. Outra coisa que não havia falado, em 2018 eu perdi a minha mãe. Acompanhei ela muitas vezes no hospital, perdi muitas aulas, ainda bem que não me desligaram do projeto. Quando eu voltei, me perguntaram se eu tinha interesse em fazer a terapia. Então eu tive esse suporte do DS. Foi bem importante na época. Enquanto monitora nunca precisei não. Porque enquanto monitora, a gente pode se deparar com alguma situação que precise comunicar ao coordenador e ele precise encaminhar para o DS, como um aluno mais agressivo, ou que precise de um suporte maior, mas nunca precisei não. (GAL, 25 anos)

Já fui atendida, mas pelas entrevistas sobre auxílio moradia. De 3 em 3 meses, eles avaliam a necessidade do aluno em receber o auxílio. Acabava que a gente ficava conversando [ela e a psicóloga], e ela sempre estava se predispondo a conversar. Quando eu tive tendinite e fiquei sem tocar, ela sempre procurava saber como eu estava e como eu estava lidando com isso. (CHIQUINHA, 19 anos, grifos nossos).

Já fui atendida pela assistente social. Teve uma vez que elas fizeram encaminhamento para eu fazer o Bolsa Família. Eu não sabia que encaixava, e elas me disseram que sim. Elas pegaram os documentos e fizeram meu encaminhamento. Às vezes eu vou lá no DS só pra conversar [risos]. Elas conhecem minha mãe, perguntam dela, da escola. (ALCIONE, 18 anos)

O diálogo, a escuta e a interpretação dos agentes do DS tornam-se fundamentais para a compreensão dos aspectos que envolvem a realidade social do público abrangido pelo NEOJIBA. Surgem outras dimensões do trabalho realizado pelo setor, nos comentários de Edith e Gal, relativas à proteção dos professores, instrutores e monitores do NEOJIBA. Também relatadas situações e atenção especial aos possíveis casos de agressão ocorrida por e entre jovens, revelando ser um tipo de demanda especial.

A continuidade da narrativa de Clara, destacada a seguir, traz à tona o marcador territorial e a percepção de inclusão social que o DS, seja pela psicologia ou assistência social, pode proporcionar às crianças e jovens:

Eu acho incrível como elas conseguem fazer isso com a quantidade de integrantes que tem. Teve uma outra psicóloga que fez um trabalho incrível com os meninos de Pirajá. Os meninos de lá tinham um processo muito grande que eles achavam que eles não tinham condições de estar no teatro e de fazer a prova pra orquestra. Eles achavam que eles não tinham aparência – imagine, aparência! – [ênfase na fala], nem condições de ocupar aquele lugar. Era como se aquele lugar não pertencesse a eles. E eles tinham muito nível, eles tocavam muito bem. A mesma coisa os meninos do bairro da Paz, eles tocam muito bem. Mas eles tinham esse complexo de inferioridade. E ela fez esse trabalho com eles, de trabalhar essa autoestima, sutilmente, só com conversas (CLARA, 20 anos, grifos nosso)

No proceder das entrevistas, mais uma vez, buscou-se compreender o funcionamento e adaptabilidade da política pública NEOJIBA perante o contexto pandêmico. Importante lembrar que a presente investigação, pelo fato de ter direcionado à pesquisa um foco temporal no biênio 2018/2020 e modificado a metodologia em virtude das recomendações de isolamento social, não podia deixar as repercussões dessa extraordinariedade passarem despercebidas.

Foi possível depreender, consoante os diferentes pontos de vista, a rapidez na criação do ambiente virtual das aulas – “NEOJIBA online” – com a pronta organização e planejamento de cronograma de aulas, inclusive nas comparações com a performance de outros projetos e instituições de ensino de educação formal.

O NEOJIBA foi um verdadeiro camaleão. Conseguiu se adaptar muito rápido. A minha Universidade demorou muito tempo pra tomar uma atitude. As capacitações foram ótimas, o DS trabalhou demais. Em nenhum momento ninguém se sentiu sozinho. Tinha atendimento todos os dias. Todos os dias tinha aula. Eu mesmo trabalho em 3 áreas: teoria, iniciação musical, e violino com iniciação de violino. Tinha aulas individuais e coletivas também. (CLARA, 20 anos, grifos nossos)

Eu sinto que foi um ano muito produtivo. Eu senti que havia muito esforço da parte de quem estava regendo pra que fosse legal, convidativo. E tinha outros momentos que eram muito legais, mesmo com o delay no áudio, eu sentia que a gente ainda estava atuando, que a gente era privilegiado por ainda estar atuando. E eu sou monitora também, por isso me cansou bastante (GAL, 25 anos, grifos nossos)

O NEOJIBA superou todas as instituições de ensino. Eu lembro exatamente que na segunda-feira o COVID já tinha chegado em Salvador e na terça-feira nós tivemos uma reunião para falar sobre distância, cada um usar seu lápis... Já na quarta houve a suspensão das aulas. Passou quarta, quinta e sexta, e segunda-feira já estava tudo organizado, cronograma das aulas online, tudo. Óbvio que muitas coisas a gente adaptou com o tempo. Então 3 dias depois na quarentena, nós já estávamos tendo aula, enquanto universidades e escolas só se reorganizaram em junho e olhe lá. E também a gente continuou recebendo a bolsa. A gente recebe a bolsa e o dinheiro do

transporte. O formato foi interessante. E também, na orquestra tem muita gente, são 120 pessoas. Eu nunca tive uma aula só pra mim. E esse ano eu tive aulas individuais, com o meu maestro, um professor maravilhoso. Eu cresci muito. Foi o ano que mais cresci com o instrumento. Às vezes, eu tinha que tocar de costas pra câmera para o maestro ver meu dedão, se eu estava posicionando direito [risos] Q próprio Maestro disse que mudou muito esse ano, agora ele vê o vídeo de cada um, e tem um controle mais individual. (ALCIONE, 18 anos)

Eu fiz alguns cursos online durante o ano, que eu não pude fazer presencialmente. Mas eu acho que o NEOJIBA foi o primeiro projeto de música, que eu sei do Brasil, que conseguiu se adaptar a esse formato online. Pra você ter ideia eu estava em um outro país no início da pandemia, e de lá, eu já estava dando aula para as crianças daqui. Quando eu percebi que eu já estava dominando todas essas plataformas online e meus colegas de outras instituições não estavam, eu me dei conta de como o NEOJIBA foi rápido. A gente fez aulas individuais e algumas crianças se desenvolveram muito mais rápido do que no formato tradicional (EDITH, 27 anos, grifos nossos)

Em contrapartida, apesar de satisfeitas pela ininterruptão das aulas, as jovens anunciaram alguns percalços na rotina de ensino remota, como a intensificação das atividades e exercícios, uso excessivo das ferramentas digitais, cansaço das telas, dificuldade de acompanhar o cronograma e até mesmo a exposição da privacidade (através das imagens de videoconferência). As narrativas de Alcione e Edith mencionam também a evasão do projeto por parte de alguns integrantes, a falta de acesso à internet e dos recursos tecnológicos.

No início foi meio complicado. Eu fiquei preocupada com meu desenvolvimento, porque tinha que fazer muitos exercícios e ficava puxado (...) Eu tinha que gravar vídeo pra mostrar a evolução e era cansativo, Tinha que achar um local com silêncio pra tocar e ainda editar antes de mandar os vídeos. Também acho que ficava difícil ter o feedback das aulas, sabe? (...). Eu tive tendinite no início da quarentena e aí eu participava das aulas, mesmo sem tocar o violino, pelo menos eu continuei recebendo minha bolsa. (CHIQUINHA, 19 anos, grifos nossos)

No começo eu senti que ninguém sabia o que estava fazendo, não porque não tinha qualificação, mas porque foi uma situação nova. Cada pessoa encarou isso de um jeito bem singular. Ainda assim, muitas coisas funcionaram. Chegou um momento que precisamos nos reunir, porque estava extremamente cansativo. Tinha dia que eu ficava saturada do celular. (GAL, 20 anos, grifos nossos)

Eles fizeram 3 férias só pra gente descansar das telas. Foram momentos específicos, já estava todo mundo surtando [risos] (...). Eu tive uma experiência boa, mas cada um teve a sua vivência. Teve gente que sumiu, porque não tinha acesso a internet. Eu não tenho computador, eu faço tudo pelo celular. Consegui trocar de celular agora, mas foi complexo porque a bateria do meu antigo celular não durava com as aulas. Cada um teve suas dificuldades. Minha amiga tem cinco primos, a casa dela tinha barulho. A gente já sabia que quando ela estivesse na aula, ia ter o barulho dos meninos. Foi engraçado porque eu pensei “meu Deus” essas pessoas conhecem meu quarto (risos). (ALCIONE, 18 anos, grifos nossos)

É claro que muitas crianças não têm telefone. Teve criança que recebeu tablet e tudo mais. Não é nem de longe como aula presencial, mas acredito que, dadas as circunstâncias, valeu a pena. (EDITH, 27 anos)

As situações de inclusão e pertencimento são múltiplas, também sinalizadas nos depoimentos das entrevistadas. Com destaque ao comentarem sobre a situação ou evento que mais gostaram de participar com o NEOJIBA, indicando desde a oportunidade de aprender e tocar com personalidades renomadas, até a participação em festivais, premiações e viagens (nacionais e internacionais).

Olha, é tanta coisa... é muito difícil dizer. Duas coisas mudaram na minha vida: Conhecer Midori Goto, uma violinista muito famosa. Ela foi trabalhar com a gente, e na época eu estava terminando a licenciatura. Ela chegava uma hora antes de todo mundo no teatro e saía uma hora depois, pra estudar violino. Ela falava que só precisava dormir cinco horas por dia e que ela estava ali para ensinar. Ela deu aula para todos os meus alunos, nos núcleos, e ela foi pra um hospital, tocar para os doentes. Ela não parava. Ali eu entendi como a música consegue mudar uma realidade. Como um músico pode fazer diferença na vida de quem está por perto. Ela é um grande exemplo pra mim, de generosidade, empatia e amor.

Além de que, foi incrível participar das turnês. Eu fiz um intercâmbio de um mês na Suíça, que foi maravilhoso. Mas, voltando de M. [País em que trabalhou] , na primeira vez, em 2018, a gente fez um concerto sobre a consciência negra, na Liberdade. Era o núcleo da Liberdade em parceria com outros núcleos. Foram alguns meses de preparação para esse concerto e nós fizemos uma exposição de mulheres negras que foram relevantes para Salvador e para o mundo. Tinha desde Major Denice à Beyonce. Foi uma coisa muito bonita, a gente tocou gospel, “Oh Happy Day”, músicas moçambicanas, músicas de bloco afro...foi o concerto mais lindo que eu fiz na minha vida! (EDITH, 27 anos, grifos nossos)

É difícil de escolher... No primeiro concerto foi tipo, “ai meu Deus, meu primeiro concerto!”. No terceiro concerto a gente fez uma sinfonia, e eu nunca imaginei que pudesse fazer uma sinfonia! Eu tinha medo de não estar no nível para tocar. É bizarro a diferença do nível das pessoas que têm mais tempo para as pessoas que estão chegando na orquestra, e eu tinha medo de não saber nem como sentar na orquestra. [risos] Tinha dias que eu chorava, achando que não ia conseguir. Também tiveram dois concertos, com Daniel Boaventura e depois Quebra Nozes com Balé... mas eu digo que a sinfonia foi quando eu mais me doe, eu estudava todos os dias, eu evolui muito, me soltei mais. Eu era muito travada no primeiro concerto (CHIQUINHA, 19 ANOS, grifos nossos)

Nossa, é muito difícil [risos]. No ano que eu entrei eu tive a oportunidade de tocar na sala principal do TCA. A maior sala do nordeste de teatro, e eu nem sabia disso. Eu entrei em Setembro, e em Outubro eu participei de três concertos na sala principal no Teatro. Meu Núcleo funcionava no 2 de Julho, bem pertinho. Já quanto às viagens, a turnê da OCA me marcou muito. Foi a primeira vez que fiquei tanto tempo afastada de casa, e eu era uma das mais novas, eu tinha 15 anos de idade. E eu diria que o processo de audição em 2018 com a juvenil da Bahia. O processo de audição foi tão importante quanto o concerto em si. Foi difícil. Muita gente importante na banca. Eu passei por Suíça, Itália e França. Mais ou menos um mês de viagem. Foi a primeira vez que eu viajei para o exterior. A gente brinca que engordou com a turnê da OCA [risos]. Eram sete refeições por dia, a gente comia demais. Teve um concerto também, em Milão, que aconteceu um acidente com a solista no dia! Aí o Ricardo Castro teve que substituí-la no piano. Aí quando ele assume o lugar de pianista, a gente fica sem maestro. Para mim foi um dos melhores concertos, porque foi um esforço surreal que a gente teve que fazer. A orquestra estava altamente conectada. No final todo mundo estava em lágrimas. Esse ano seria a primeira turnê para América Latina, mas com a pandemia foi cancelada. (CLARA, 20 anos, grifos nossos)

No ano que eu entrei, eu fui convidada a solar no Teatro Castro Alves. Isso me marcou por ter sido um desafio muito grande pra mim, ter que me preparar e me

sentir realmente pronta pra isso. Como eu não tinha muita experiência de canto lírico, só a pressão de estar ali sozinha, eu e o piano, era uma pressão muito grande. Eu quase disse não, mas minha mãe falou “você vai sim!” e minha professora de canto na época também...Aí eu fui [risos]. As outras situações foram viagens, nós viajamos pra Curitiba, no Festival Cantoritiba e a gente ganhou. Não precisa fazer muito esforço pra imaginar né? Baianos em Curitiba, a maioria negros, foi muito marcante. Principalmente porque a gente venceu, com a nossa beleza, nosso talento, nossa diversidade. No final das apresentações estava todo mundo chorando, deu tudo certo (GAL, 25 anos, grifos nossos)

Foi a comemoração de 10 anos do NEOJIBA. Foi o primeiro evento que eu fui. Eu só tinha quatro meses de programa. Eu fui pelo Canto Coral, e foi na Concha Acústica e foram todos os Núcleos. Lá dentro tinha cada núcleo com a sua bandeira. Nós podíamos sair e tinha uma comida maravilhosa pra cada um de nós, uma quentinha e refrigerante. Tinha uns 60 violinos, tinha violoncelo dividindo cadeiras, o povo em pé dançando, foi muito, muito divertido. Esse ano ia ter a audição para turnê internacional. Iam ser duas turnês e eu estava esperançosa em passar pelo menos em uma. Só que veio a pandemia... Mas antes, pelo núcleo, a gente tinha muitos concertos de Natal. A gente tinha nove concertos no final do ano, então a gente viajava, andava de ônibus, era sempre legal. Outra coisa também, nós tocamos com Daniel Boaventura. Foi uma loucura! Foram 24 músicas. E a gente estava ensaiando pra outro concerto também. Mas esses dois concertos com Daniel Boaventura foram muito massa. Ele ficou do nosso lado! (ALCIONE, 18 anos, grifos nossos)

Relatos de masterclass, de turnês e viagens retratam reconhecimento, possibilidades de ir além da educação musical técnica. Preparativos para novas aprendizagens, aspectos relativos ao multiculturalismo, novas geografias (nacional e internacional) e a construção de saberes e partilhas individuais e coletivas estão presentes nas memórias de cada uma dessas meninas.

5.2 DE ONDE E POR ONDE? MOTIVOS, PERCEPÇÕES E EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA

O desfecho das entrevistas das jovens, da mesma forma que executado com as mães investigadas, pautou-se em perquirir expectativas das mesmas para o futuro do programa sócio-educativo, e até mesmo o português, isto é, os registros não formais da primeira fala do plural (“a gente”) revelam a noção de pertencimento, o desenvolvimento de uma consciência de coletividade, como se elas fossem igualmente incumbidas e responsáveis pelo desenvolvimento do NEOJIBA.

Eu espero que a gente continue expandindo, que consiga atender cada vez mais pessoas. Acho bacana essa ambição do NEOJIBA, de chegar a mais lugares que são “intocáveis”. O NEOJIBA tá conseguindo levantar essa bandeira de que “lugar de plateia é no palco” (CLARA, 20 anos, grifos nossos)

Eu acho que o NEOJIBA vai continuar crescendo, em número de assistidos. E a gente vai conseguir melhorar a qualidade do atendimento, tanto na manutenção dos instrumentos, como em pensar a música que a gente faz. (EDITH, 27 anos, grifos nossos)

O trabalho e contato com a música possui o condão de aumentar a capacidade de observação, análise e reconhecimento de si mesmas e do papel que desenvolvem na sociedade, despertando crescimento pessoal, educacional e emocional (SOUZA, ATAURI, 2009).

Nessa perspectiva, embora integrem o projeto e sintam-se parte dele, atenta-se à presença, através dos discursos, de aguçado senso crítico, político e social, além da concepção de que, como integrantes, devem participar também, opinando e criticando, como verdadeiros atores das mudanças, e não apenas como sujeitos passivos de uma política pública.

Eu espero que essas discussões sobre questões raciais estejam mais presentes, que se trate isso com mais abertura mesmo, da forma que deve ser tratada. A gente sabe que o coro é diverso, isso significa muito, mas ao mesmo não significa nada se as pessoas não entenderem a importância da diversidade. Estender isso para as famílias também é importante. Eu sinto que entre nós, temos essa consciência. Mas é importante que outras pessoas, de outros núcleos e as crianças, saibam e discutam também. Acho que agora, mais do que nunca, é importante que a omissão não esteja presente. E também, como eu faço parte do coro, espero muito que o coro faça uma viagem internacional né? [risos]. A gente quer sentir essa valorização do público em outros lugares! (GAL, 25 anos, grifos nossos)

Eu espero que eles levem cada vez mais em consideração nossa opinião... eu entendo que é um projeto muito grande e que é difícil conhecer as necessidades individuais de todo mundo, mas que eles façam mais essa abordagem individual. É um projeto social, não é laboratório de música! Que tenha mais igualdade entre as orquestras, independente do nível de cada aluno e do tempo no projeto. Espero que eles cresçam cada vez mais a estrutura, que façam salas pra estudos, pra que o aluno possa estudar e treinar lá. Que o projeto possa se expandir e melhorar sabe? (CHIQUINHA, 19 anos, grifos nossos)

O que eu mais espero é que o programa continue vivo, porque é um programa social e os projetos estão acabando. O governo não está financiando muitos projetos. O que eu espero mais é que eles abram um pouco mais as oportunidades, sabe? Tem a geração mais velha que está lá dentro e já foi pra Europa duas vezes. Eles ganham mais e estudam mais também. Tem essa diferença muito forte entre os alunos. A direção tenta quebrar isso, mas acho que eles podem quebrar isso abrindo mais as oportunidades. Como eu mudei pra viola agora, a viola tem menos pessoas. E a viola, historicamente falando, não tem muita visibilidade. A gente esse ano fez história. Foi o naipe que mais teve aulas. O que eu espero é um dia ser a coordenadora das violas. Tomar conta da parte musical e administrativa. Então eu me imagino ser aluna do programa o máximo de tempo que eu conseguir. Se eu pensar em fazer faculdade de música, seria interessante se isso acontecesse... (ALCIONE, 18 anos, grifos nossos)

O autoconhecimento, os talentos, aptidões e afinidades exploradas – dentro e fora do NEOJIBA – orientam os planos profissionais das mesmas, e, apesar de algumas incertezas

externadas, compartilham seus sonhos, a preocupação com a carreira e refletem sobre o futuro, tempo e importância dos estudos.

É complexo. Primeiro, conseguir me formar [risos]. Pretendo trabalhar com o ensino de música coletivo, porque eu acredito muito, é algo que o NEOJIBA é militante. Pretendo muito fazer mestrado fora. Ainda não escolhi a área, dentro de educação musical. (...) O que me mantém a terminar a faculdade com todo o processo que a gente enfrenta, é saber que tem uma luz no fim do túnel. Não é fácil participar do NEOJIBA e ainda fazer a faculdade. Há uma diferença muito grande quando vc sai do Núcleo e vai pra OCA. Ainda bem que eles restauraram e voltaram com a OPE. Porque quando o menino saia do núcleo e ia pra OCA era um impacto muito grande, de aulas, de rotina, repertório mais difícil. Você tem que batalhar a sua vaga. Eu brinco com meus alunos, chegar na Juvenil é fácil, difícil é se manter! (CLARA, 20 anos, grifos nossos).

Eu espero fazer mestrado e doutorado dentro da área da música. E eu tenho muita vontade de ter uma escola rural, onde as crianças possam ter acesso a professores felizes, terra pra se sujar, cavalos, pomar... Não está excluída a possibilidade de uma parceria com o NEOJIBA [brinca] (EDITH, 27 anos, grifos nossos).

Eu sempre quis ser professora. Eu sempre quis fazer história. Eu posso fazer História e depois Licenciatura em música. Porém eu tenho várias outras opções. Eu pinto umas telas, algumas até já vendi. E eu também já fiz curso de produção cultural. Então eu tô indo...vou ver o que vai acontecer (ALCIONE, 18 anos, grifos nossos)

Eu não pretendo largar a música de forma nenhuma! Eu entrei em Fonoaudiologia pra aprender mais sobre o meu instrumento, a voz. Não sei se atuarei na área da Fonoaudiologia... A pretensão é atuar dentro da música. Continuarei fazendo shows, meus planos são de desenvolver a minha parte autoral (GAL, 25 anos, grifos nossos)

Tem muita coisa que eu penso em fazer. Eu já tive vontade de fazer Composição e Regência, mas acho que ainda é algo desvalorizado aqui. Não posso me dar esses luxos de viver as incertezas da vida....Tenho vontade de fazer Bacharelado em Violino ou também BI de Humanidades, pra depois decidir se faço Direito ou Jornalismo....E quero fazer Pós em Criminologia ou Direito Penal. É tanta coisa né? [risos]. O NEOJIBA faz com que surjam oportunidades, mesmo que você não tenha a formação acadêmica em música. Então, eu posso dar aulas particulares de violino e conciliar com as outras coisas. (CHIQUINHA, 19 anos, grifos nossos)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AFETOS E AFETAMENTOS

As diversas alterações no percurso metodológico demandadas com o surgimento do coronavírus (COVID-194) e as respectivas recomendações de isolamento social, precisamente no ínterim entre o ensino, extensão e investigação, exigiram soluções como a utilização da virtualidade e netnografias para o prosseguimento da análise das ações do NEOJIBA, bem como aproximação dos sujeitos de pesquisa.

Anteriormente, a pesquisa seria feita através de etnografia, em que a pesquisadora passaria a frequentar o Núcleo da Federação e fazer anotações de diários de campo, colhendo as informações necessárias e escolhendo as mães e jovens a serem entrevistadas, de acordo com as suas observações nos diálogos, condutas e participações das mesmas no programa.

Com o fortuito da pandemia e seu *afetamentos* na exploração dos dados, novos caminhos exploratórios foram sendo descobertos, possibilitando, até mesmo, o estreitamento de laços da pesquisadora com agentes e integrantes do programa – *afetos* – passando de observadora apenas, para formadora (na parceria NEDH/UCSAL e NEOJIBA) de algumas Oficinas e Reuniões com as Famílias (tópico “Educação e Família em tempos de pandemia”).

O uso da multireferencialidade de fontes compõem o *corpus documentae* e a construção de dados extraídos de vivências relacionais (comunitárias e familiares) atingiu nível pretendido, visualizando a diversidade de sujeitos, por meio dos procedimentos metodológicos que complementam e permitem análises críticas, contextualizadas nas esferas privadas e públicas.

A abordagem empírica foi capaz de conhecer perfis étnico-racial, social, econômicos e políticos dos integrantes do programa NEOJIBA, bem como as estruturas que condicionaram as mulheres-mães a inserirem filhas e filhos no projeto. As redes criadas e reveladas com cada uma das mulheres-mães, corroboram com impactos e outras dimensões não almejadas especificamente pela educação musical, reforçando acesso à justiça social e à cidadania.

Mostraram-se evidentes as diferentes “entidades familiares” das entrevistadas, num panorama que continha desde modelos da família matrimonial, união estável, até maternidade solo ou mulheres chefes de família, filiação consanguínea e adotiva e assim por diante. Profundas desigualdades de gênero marcaram a esfera doméstica e, mesmo engajadas em jornadas extensas de trabalho profissional, as mulheres permanecem como as principais responsáveis como mantenedoras, cuidadoras e responsáveis pelo trabalho “reprodutivo”.

Similarmente, a investigação pôde captar diversas opiniões e boas expectativas para o programa, sentimentos de acolhimento, de pertença e até mesmo a atribuição da palavra “família” para referir-se ao mesmo.

Os marcadores de gênero, gerações e territórios também auxiliaram a observância dos contributos da educação não formal na vida das jovens, que reconhecem, por meio dos relatos, as suas necessidades e vulnerabilidades, bem como talentos e potencialidades. Registraram, também, suas mudanças benéficas quanto ao comportamento, nas experiências sociais e educativas, citando, por exemplo, mais interação social, organização e responsabilidade quanto às tarefas diárias. A educação não formal do programa NEOJIBA se estende para além das aulas de música ou canto, atingindo a personalidade dos integrantes, resvalando, conseqüentemente, nas suas relações familiares e sociais. Em outras palavras, “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” sendo postos em prática, a partir da concepção de educação ampliada e “ao longo de toda a vida” (DELORS, 2003).

As jovens entrevistadas revelaram, de igual modo, o desejo de lutarem para serem reconhecidas como iguais, enquanto seres humanos, e dentro de suas diferenças (de gênero, raciais e culturais), além de senso e posicionamento críticos. Reconhecem o papel ativo da condição de agente do programa, e não apenas receptoras. Atestou-se, portanto, a presença de vulnerabilidades negativas e positivas nos relatos (CASTRO, ABRAMOVAY, 2014), através das quais o conceito de vulnerabilidade social é ampliado, e, para muito além de “risco”, evidenciam as mudanças civilizatórias e engajamentos positivos.

Levando também em conta os dados e narrativas apresentados, fica perceptível a acessibilidade a diversos direitos e garantias versados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na atual Constituição Federal, com o destaque ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, a não discriminação, direito à liberdade, à igualdade, à livre expressão, acesso à cultura, assistência social e bem estar. Apesar do reconhecimento de todos esses impactos na vida dos jovens e das famílias de jovens integrantes do NEOJIBA, faz-se relevante a ampliação de abordagem de temas relacionados à Raça/ Etnia/Cor e Gênero dentro do próprio programa, como sugerido em alguns relatos, isto é, projetos específicos, debates e espaços interativos (escuta e fala dos jovens) a fim de que essas juventudes possam participar de forma mais incisiva nos assuntos relacionados ao programa, assumindo e modelando suas próprias trajetórias.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary Garcia. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ABRAMOVAY, Miriam & CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. **Cadernos Adenauer**, n. XVI, 2015, nº1, p. 13–25.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO-Brasil, OEI, MEC, 2016.
- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília: Flacso-Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf
- ABREU, Neide Maria Carvalho. **Os direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Neide Maria Carvalho Abreu_Direitos Humanos e Teoria da Democracia.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/Anais/Neide_Maria_Carvalho_Abreu_Direitos_Humanos_e_Teoria_da_Democracia.pdf)>. Acesso em: 9 de fev. 2021.
- ALCÂNTARA, Miriã Alves; PETRINI, Giancarlo; SANTOS, José Eduardo Ferreira. Jovens projetando o futuro: relações intergeracionais e temporalidade; In: CARVALHO, Rosely Cabral de; IRIART, Mirela Figueiredo Santos; BESNOSIK, Maria Helena da Rocha.; LARANJEIRA, Denise Helena Pereira (Orgs.). **Inclusão social em tempos de violência: o lugar da escola e da família**. Feira de Santana: UEFS, 2016, pp. 103–117.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre Políticas de Governo e Políticas de Estado: Distinções necessárias**. Instituto Millenium, 2016. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Direitos humanos e direitos fundamentais: conceito, objetivo e diferença. **Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 78, maio 2019, pp. 22-31.
- AMABILE, A. E. N. Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.
- ANDRADE, André Luiz Monezi et al. Fatores associados à Depressão Pós-Parto em mulheres em situação de vulnerabilidade social. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas** (Ed. port.) [online], 2017, vol.13, n.4, pp. 196-204. ISSN 1806-6976. Disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v13i4p196-204>.
- ANDRADE, Michely Peres de. Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro. **Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, vol. 4, n.6, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/236738> Acesso em: 10 fev. 2021.
- AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARROS, V. C.; SANTOS, I. M. Além dos muros da escola: a educação não formal como espaço de atuação da prática do pedagogo. [S.l.: s.n.], 2010.
- BORGES, Lize Mãe solteira, não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**. nº 01 (maio/2020) - Salvador, UFBA, 2020.

- BOURDIEU, Pierre. Para uma Sociologia da Ciência. Lisboa, Edições 70, 2004.
- BRANDÃO, Cláudio. **Direitos humanos e fundamentais em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2014.
- BRITO, Clebson Santos de. Violência contra jovens baianos no período de 2005 a 2015 e a política pública de controle de homicídios "pacto pela vida" no estado da Bahia, 2019. 98fl.
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. In: **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembléia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 75-109.
- CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Coleção FGV de bolso. Série Sociedade e Cultura? Rio de Janeiro; Editora FGV, 2009.
- CANTILINO, Amaury et al . Transtornos psiquiátricos no pós-parto. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo , v. 37, n. 6, p. 288-294, 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832010000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 May 2020.
- CARNEIRO, Sueli. “Negros de pele Clara”. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/educacao/13956/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>. Acesso em: 4 jan. 2021.
- CASTRO, Amanda Müller de. **Princípios fundamentais na prática instrumental do NEOJIBA: um estudo de caso com os clarinetistas do programa**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Música, 2017. (Tese de doutorado). Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29896>
- CASTRO, Elisa G. O Campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, F.C.; FREITAS, M.V. (orgs). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011, v.1, pp. 281-306.
- CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, pp. 275-303.
- CAVALCANTE, Vitor; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Desigualdades Educacionais durante a Pandemia. Policy Paper n. 51, Centro de Gestão e Políticas Públicas/INSPER, 2020.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antonio Carlos da. Tempos Incertos Entre Máscaras e Corpos. **Jornal A Tarde**, Salvador, 12 de maio de 2020, p. A3.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antonio Carlos da. Trilhas de uma história contemporânea: humanos direitos como agenda cada vez mais urgente. In: GUIMARÃES, Flávio Romero; NEWTON, Paulla Christianne da Costa; BEZERRA, Ricardo dos Santos; SILVA, Ricardo Soares da (Org.). **Direito internacional dos Direitos humanos, democracia e segurança**. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba/Realize, 2019, pp. 12-26.
- CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antonio Carlos da. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura emancipatória”. **Revista Dialética**, São Paulo, vol. 6, junho de 2015, pp. 66-78. Disponível em http://revistadialetica.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon & SILVA, Antonio Carlos da. Entre mundos e discursos em prol dos Direitos Humanos: enlaces, agendas e redes ampliadas. In: BALLESTEROS, María de la Paz Pando; RAMÍREZ, Alicia Muñoz & RODRÍGUEZ, Pedro Garrido (Eds.). **Pasado y presente de los derechos humanos: Mirando al futuro**. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 2018, pp. 447-459.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência(s) Sobreposta(s). Contextos, tendências e abordagens em um cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel. (Org.). **Violência doméstica e do gênero**. Lisboa: Pactor, 2018, pp. 97-121.

CAVENAGHI, Suzana & ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. Disponível em http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf

Censo Agro 2017. **IBGE**. Disponível em <<https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano.html>> Acesso em 18. Out. 2019.

Conquistas e desafios: Estatuto da Juventude completa sete anos de implementação no país. **Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - Governo da Bahia**. Disponível em <<http://www.justicasocial.ba.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=3731>> Acesso em 27 de Dez. 2020.

CONSANI, Cristina Foroni; XAVIER, Yanko Marcius de Alencar; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; ROSÁRIO, José Orlando Ribeiro. **Direito, Desenvolvimento e Justiça Social**. Salvador: Editora Motres e Ase Editorial, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DABUL, Lígia. Arte em observação. **Revista Poiésis**, Rio de Janeiro, n.14, dez. 2009, pp. 216-243. Disponível em <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/viewFile/27079/15777>.

DANTAS, Juliana Grasiela da Silva. A assistência social no Brasil: da benemerência ao direito. **Socializando**, Ano 3, nº 1, jul. 2016, pp. 105-113. Disponível em <https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_9.pdf> Acesso em: 8. set. 2020.

DE OLIVEIRA, L.; GERMINIANI, H. Justiça social e gênero, tópicos de uma libertação feminina. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/2110>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DEVULSKY, Alessandra. **Feminismos Plurais: Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIAS, Maria Berenice. **A Evolução da Família e seus Direitos**. Disponível em: <http://www.mariaberenicedias.com.br/site/content.php?cont_id=1110&isPopUp=true>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: Abordagem Relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

EVANS, Leighton. Authenticity Online: using webnography to address phenomenological concerns. In: MOUSOUTZANIS, A.; RIHA, D. (Orgs.). **New Media and the Politics of Online Communities**. Oxford: Inter-Disciplinary Press, 2010.

ESTEVÃO, Carlos Alberto Vilar. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, n. 19, 2011. Disponível em DOI: 10.1590/S0104-40362011000100002.

FELISBERTO, Fernanda. **Escritoras negras e seu fortalecimento intelectual**. Lisboa: Ed. 70, 2012.

Feminicídios crescem em 150% na Bahia em maio; pedidos de medida protetiva caíram. **Secretaria de Políticas para as Mulheres – Governo da Bahia**. Disponível em <http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/06/2862/Feminicidios-crescem-em-150-na-Bahia-em-maio-pedidos-de-medida-protetiva-cairam.html> Acesso em 08 de Jan.2020.

FERNANDES, Jane. Bahia teve 32,5 mil partos de adolescentes em 2019. **A Tarde**. Disponível em <<https://atarde.uol.com.br/saude/noticias/2117044-bahia-teve-325-mil-partos-de-adolescentes-em-2019#:~:text=Conforme%20divulgado%20pelo%20Instituto%20Brasileiro,mas%20ainda%20s%C3%A3o%20considerados%20altos.>> Acesso em 20 de Set. 2019.

FINAMORI, Sabrina. “Mães solas”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. In: **43º Encontro Anual de Anpocs**. Caxambu-MG: ANPOCS, 2019, pp.1-16.

FLICK, W. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRS, 2000.

FORTES, I.; KOTHER, M. Automutilação na adolescência – rasuras na experiência da alteridade. **Psicogente**, 20 (38), 2017, pp. 353 -367.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Ideação**, Unioeste – Campus Foz do Iguaçu, v. 10, nº 1, 2008, pp. 41-62.

GOHN, Daniel. **Autoaprendizagem musical**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____ **Educação Musical a Distância**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, 2006, pp. 27-38.

_____ **Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos**. Investigar em Educação - IIª Série, Número 1, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GUIZZO, B. S.; MARCELLO, F. de A. and MULLER, F. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. *Educ. Pesqui.* [online]. 2020, vol. 46, e238077, 2020. Disponível em <<http://ref.scielo.org/d45h4c>> Acesso em 03 de Fev.2021

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, pp. 7-41, jan. 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

HITA, Maria Gabriela. A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. **Revista Antropológicas**, Recife, ano 9, vol. 16, n. 1, 2005, pp. 109-148. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23626>.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020-principais-resultados> > Acesso em: 10 jan. 2021.

KOZINETS, R. V. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on-line. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

LEITE, Ana Flávia Cabral Souza. Políticas públicas para cultura. São Paulo, 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus***. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/193.pdf> Acesso em 20 Maio 2020.

LOPES, R.E.; SILVA, C.R.; MALFITANO, A.P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, set. 2006, pp.114-130. Disponível em www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4933/art08_23.pdf

MACEDO, Ana Gabriela & AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da crítica feminista**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2005.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>>. Acesso em: 13 de jun.2020.

MADEIRO, Carlos. Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. **Folha de São Paulo**, 13/11/2019, c. Cotidiano. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm?cmpid=copiaecola>> Acesso em 15 de fev. 2021.

MARIANO, Silvana Aparecida. Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: Incluindo os Diferentes na Cidadania. 2009.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, dezembro de 2016, pp. 123-151. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

MENEZES, Mariana Risério Chaves de. Juventudes, representações e tecnologias: uma etnografia acerca da exploração da imagem feminina na cibercultura – Salvador, 2018.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo29.pdf>> Acesso em 20. jun. 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIOTO, R. C. T. **Família e Política Social**: uma introdução ao debate sobre os processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos. XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ENPESS. 2010.

MIRAGLIA, P. Aprendendo a lição: uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 72, jul. 2005 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200005&lang=pt. Acesso em: 06 set. 2020.

OIT: desemprego juvenil global cresce novamente. **OIT Brasília**. Disponível em <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_514583/lang--pt/index.htm> Acesso em 14 de Jul. 2019.

OLIVEIRA, I. M. **Assistência Social após LOAS em Natal**: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, 2005. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1556. Acesso em: 19 set. 2020.

OLIVEIRA, Lairton Ribeiro. A Eficácia Social das Políticas Públicas fundamentais: um desafio [Principiológico] da boa administração pública. Universidade de Santa Cruz do Sul. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/17697/4571>>. Acesso em: 06 dez.. 2019.

OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara De et al.. **A educação não formal como meio de aprendizagem na sociedade atual**. Anais IV CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/35152>>. Acesso em: 09 set. 2019

PACHECO, B.E.L.D.; DAROS JR., A. A Concepção de Educação sob a Perspectiva da Unesco com Enfoque no Documento “Educação, um Tesouro a Descobrir”. *10*(19): 68-75, Jan./Jun., 2016.

PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades Juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda (Eds.). **Culturas Juvenis. Novos Mapas de Afecto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, pp. 7-24.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ADORNO, Sérgio. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, pp. 106-117, 1993. Disponível em: < http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_14.pdf >

PENIDO, Anna. **Adolescências e Juventudes**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo/Movimento Inova, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Zn8fxmTRpLg>

PETRINI, João Carlos. Pós- Modernidade e Família: um itinerário de compreensão. São Paulo: EDUSC, 2003.

PETRINI, João Carlos; ALCÂNTARA, Miriã Alcântara. Vida familiar: a busca da satisfação em meio a ambiguidades. In: BASTOS, A.C.de S.; MOREIRA, L.V. de C.; PETRINI, J.C.; ALCÂNTARA, M.A.R de (Orgs). **Família no Brasil: recurso para a pessoa e a sociedade**. Curitiba: Juruá, 2015, pp. 213-241.

PORTUGAL, Sílvia. **Família e Redes Sociais: Ligações fortes no de bem-estar**. Coimbra: Almedina, 2014.

PORTUGAL, Sílvia. As mãos que embalam o berço: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade. **Estudos de Sociologia**, 1995, v. 10, n. 12, pp. 185-210. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/download/235422/28411>. Acesso em 24 jan. 2021.

PRADO, Ana Carolina da Silva Almeida; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINI, Marina Sanches. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 706-724, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102020000200706&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 jan. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

RETIZ, M. H. M. Juventude, educação e trabalho: novos desafios, velhos princípios. In: **Anais da VIII Jornada internacional de políticas públicas da UFMA**. São Luís: UFMA, 2017.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre dez anos de Políticas Públicas de Juventude no Brasil: ciclo, agendas e riscos. **Revista de Ciências Sociais**. Jovenes y políticas públicas en América Latina, Montevideo, vol 31, n. 42, ene-jun. 2018, pp. 107-126. Disponível em <http://cienciassociales.edu.uy/departamentodesociologia/wpcontent/uploads/sites/3/2014/06/Rvista-N%C2%BA-421.pdf>.

RUA, Maria das Graças. Análise das Políticas Públicas : Conceitos Básicos. 2011.

SAMPAIO, Cristiane. **Professores, pais e alunos apontam dificuldades e limitações do ensino a distância**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/04/professores-pais-e-alunos-apontam-dificuldades-e-limitacoes-no-ensino-a-distancia> Acesso em: 18 de jul. 2020

SARAIVA, Karla. Educação, espaço, tempo: conexões. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324426225_Educacao_espaco_tempo_conexoes. Acesso em 20 de Maio 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 de maio 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCABINI, E. CIGOLI, V. (2014). *La identidad relacional de la familia*. Madrid: BAC.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Mateus. A colaboração dos avós na educação dos netos. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 1, p. 67-75, 2012.

SILVA, Antonio Carlos & CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Das alegorias possíveis: a educação crítica para e pelos direitos humanos. **Contemporartes**: Revista Semanal de Difusão Cultural, Santo André, UFABC, v. 1, pp. 1-4, 2019. Disponível em <https://revistacontemporartes.com.br/2019/06/11/das-alegorias-possiveis-a-educacao-critica-para-e-pelos-direitos-humanos/>.

SILVA, C. R. **Percursos juvenis e trajetórias escolares**: vidas que se tecem nas periferias das cidades (Tese de doutorado). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SILVA, Paulo Roberto da; MAYORGA, Claudia. Jovens nem nem brasileiros/as: entre desconhecimento das experiências, espetacularização e intervenções. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 23, pp. 10-23, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 de set. 2020.

SOUZA, Roberta Maia de; ATAURI, Ilda Chicalé. A música como instrumento de direitos sociais. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**: Construindo o Serviço Social, v. 13, n. 23, 2009. Disponível em <<http://moodle.ite.edu.br/ojs/index.php/css/article/view/89>> Acesso em 19 de set. 2020.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini R. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Cadernos CRH**, 2011, vol. 24, n. 63, pp. 663-678. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>.

UNICEF. **30 anos da Conven o sobre os Direitos da Criança**: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil. São Paulo: UNICEF, 2019.

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) participar, como voluntário (a), de uma pesquisa intitulada: **“Aprende quem ensina” e “O canto é coral”: Contextos Familiares e Sociais na promoção de Direitos Humanos de Jovens Integrantes do NEOJIBA**, que será desenvolvida por Bruna Rocha da Silva Cunha, em investigação de mestrado do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Família na Sociedade Contemporânea.

O objetivo principal da pesquisa é investigar o acesso aos Direitos Humanos de participantes jovens dos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA) em contextos familiares e sociais vivenciados. Como objetivos específicos têm-se: Historicizar o NEOJIBA, integrado à ação governamental e ao desenvolvimento humano-social; Descrever contextos familiares e sociais envolvendo abordagem sobre promoção de Direitos humanos de jovens integrantes; Mapear vivências e experiências narrativas de jovens e responsáveis sobre contextos sociais, familiares e educativos e Identificar os impactos presentes e futuros na educação e direitos humanos ao longo do biênio 2018 e 2020.

A entrevista será semi-estruturada, realizada a partir de roteiro orientador de caráter parcial - não fechado - e observando a complexidade das relações e vivências narradas e podem ser captadas em mais de uma sessão, caso seja necessário (prevista para realização em aproximadamente 60 minutos, excetuando-se o tempo para leitura e explicação deste Termo). Configura-se como técnica-método de abordagem participativa e dialógica, além de exigir pelo menos dois encontros para coleta e anotações em diário de campo para revisão entre uma e outra sessão narrativa.

Sua participação consistirá em ser entrevistado (a), com base em um roteiro que contém perguntas relacionadas ao tema estudado. Como a entrevista será de forma remota, o(a) senhor(a) será orientado a assegurar que o ambiente esteja livre do acesso e interrupções de outras pessoas ou animais, não podendo haver gravações, fotografias, ou filmagens, exceto as realizadas pela pesquisadora com o consentimento do(a) senhor(a), a fim de resguardar sua privacidade. As entrevistas serão realizadas utilizando-se de uma chamada de áudio ou vídeo-chamada, através do aplicativo Zoom Meeting. Serão gravadas em áudio, podendo ser gravadas também em vídeo quando houver o seu consentimento através de termo específico.

Para garantir a proteção emocional e psicológica de participantes, haverá o cuidado em manter a privacidade no momento da entrevista e ofertar o amparo psicológico ou assistencial, caso necessário oferecido dentro do próprio NEOJIBA e acessível imediatamente, em consonância com a anuência institucional, ou ainda oferecido, também, pela psicóloga Luciene Figueiredo, inscrita no CRP 03/8917, email: XXXX@gmail.com.

1. Devido a coleta de informações, poderá surgir algumas lembranças, bem como sentimentos de tristeza e/ou ansiedade. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o(a) senhor(a) poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo, sendo devolvidas anotações até então realizadas;

2. As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos-acadêmicos e que sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato e confidencialidade, preservando e mantendo total confidencialidade e sigilo quanto à identidade, processo e relações de intimidade;

3. Não haverá compensação financeira condicionada à participação do(a) senhor(a) na pesquisa, exceto nas condições de compensação material, seja prévia ou em caráter de ressarcimento, de gastos derivados diretamente de alimentação e/ou deslocamento relacionados à participação na pesquisa. Caso o(a) senhor(a) venha a sofrer qualquer tipo de dano que resulte diretamente da sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) será ressarcido, nos termos do artigo 9, VI e VII da Resolução CNS 510/16 e artigo 18, § 2 da Resolução CNS 510/16.

4. Essa pesquisa está em conformidade com a Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP.

Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com a pesquisadora. Caso desista da entrevista, a pesquisadora assumirá a responsabilidade de interromper e excluir os dados coletados até o momento da declaração de não anuência. O benefício de sua participação consiste na ampliação do conhecimento sobre educação, direitos humanos e projetos sociais, trazendo resultados parciais e finais caracterizados pela produção e difusão de conhecimento em nível do mestrado acadêmico.

Fica assegurado, ainda, o acesso dos participantes aos resultados da pesquisa, quando concluída. Será encaminhada para seu e-mail uma síntese dos resultados da pesquisa em até 60 dias após a finalização da pesquisa. Caso o(a) senhor(a) não possua e-mail, a síntese será encaminhada por carta registrada. (art. 17, inciso VI da Resolução CNS 510/16).

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone:


Bruna Rocha da Silva Cunha – Telefone: (XX) XXX ou email institucional

Universidade Católica do Salvador – Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea – Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador-Ba, CEP: 40.231-902.

Comitê de ética da UCSAL, tel.32038913 para melhores esclarecimentos caso necessário.//

Eu, _____, Portador(a) do R.G. _____ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa e concordo em participar espontaneamente.//

Salvador, ____/____/2020.



Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APÊNDICE II - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Assumimos o compromisso de preservar a privacidade e a identidade dos participantes da pesquisa intitulada “Aprende quem ensina” e “O canto é coral”: Contextos Familiares e Sociais na promoção de Direitos Humanos de Jovens Integrantes do NEOJIBA, cujos dados serão coletados através de entrevistas, realizadas pela plataforma online, com a utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente projeto.

Os resultados serão divulgados de forma anônima, assim como os termos de consentimento livre e esclarecido guardados no repositório da Universidade Católica do Salvador, pelo período de 05 (cinco) anos, sob a responsabilidade da Pesquisadora Bruna Rocha da Silva Cunha. Estão em conformidade com a resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa com seres vivos. Após este período, os dados serão destruídos.

Salvador, 19 de Outubro de 2020.

BRUNA ROCHA DA SILVA CUNHA

VANESSA

RIBEIRO

SIMON

CAVALCANTI

Tel: 75 XXXX-XXXX

Tel: 3203-8969

E-mail: email institucional

E-mail: vanessa.cavalcanti@ucsal.br

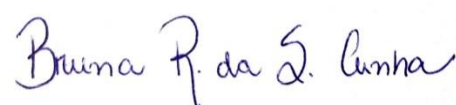
APÊNDICE III – DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Eu, BRUNA ROCHA DA SILVA CUNHA, matrícula 200006951 e estudante do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, declaro que o trabalho em versão digital apresentado é componente parcial da avaliação de (mestrado/doutorado), compondo-se de pesquisa original. Ademais, venho confirmar que todas as citações e as referências, bem como uso de dados primários e secundários (quando existentes) estão corretamente identificadas. Tal procedimento indica autoria e responsabilidades para os devidos fins e efeitos, podendo ser incluído como prova junto à UCSAL.

Declaro que o material é original, resultado da investigação realizada por mim e que a utilização de contribuições ou textos de autores alheios estão devidamente referenciados, obedecendo aos princípios e regras dos Direitos de Autor e Direitos Conexos.

Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar, sendo informadas no Regimento Interno da Pós-Graduação dessa instituição.

Muritiba, 10 de Fevereiro de 2021.



Bruna Rocha da Silva Cunha.

ANEXO – QUADRO METODOLÓGICO

OBJETO-TEMA-PROBLEMA - DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

TEMA / DELIMITAÇÃO DO OBJETO	QUESTÕES NORTEADORAS	OBJETIVOS	ABORDAGEM METODOLÓGICA
<p>Tema: Contextos familiares e sociais na promoção de Direitos Humanos de jovens integrantes dos Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA).</p> <p>Recorte Temporal: Tempo Presente (2007 – 2020)</p> <p>Recorte Geográfico: Núcleos NEOJIBA – Estado da Bahia.</p> <p>Categorias analíticas: Direitos Humanos; Juventudes; Educação; Gênero; Família</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quais estruturas sociais, políticas e econômicas que condicionaram os sujeitos de pesquisa a participar do projeto? Quais são os perfis étnico, social, político e econômico dos integrantes do programa NEOJIBA? Como são compostas as relações de grupo sociais e familiares de integrantes do programa? Quais vulnerabilidades vividas por meninas e mulheres integrantes do NEOJIBA? Quais os mecanismos e estratégias desenvolvidas no âmbito do projeto de inclusão socioeconômica dirigidas aos participantes deste? 	<p>Geral:</p> <p>A dissertação tem como objetivo principal investigar o acesso aos Direitos Humanos de participantes jovens do NEOJIBA, em contextos familiares e sociais vivenciados.</p> <p>Específicos*:</p> <ul style="list-style-type: none"> Historicizar o NEOJIBA, integrado à ação governamental e ao desenvolvimento humano-social (Capítulo 3); Descrever contextos familiares e sociais envolvendo abordagem sobre promoção de direitos humanos de jovens integrantes (Capítulo 4); Mapear vivências e experiências através das narrativas de jovens integrantes do NEOJIBA, sobre contextos sociais, familiares e educativos (Capítulo 5); Identificar os impactos presentes e futuros na educação, justiça social e direitos humanos ao longo do biênio 2018 e 2020 (Capítulo 5). 	<p>Abordagem qualitativa, com uso de referencial interdisciplinar e netnografias (uso de plataformas digitais e vinculadas ao isolamento social – COVID19). Serão utilizados amplos acervos teóricos e bibliográficos, leituras e fichamento de referências, arrolamento de dissertações e teses, artigos indexados e materiais produzidos por instituições governamentais (políticas públicas e marcos legais-institucionais) e não governamentais, bem como uso de fontes primárias (institucionais) e coleta empírica junto aos sujeitos integrantes de contextos familiares e sociais.</p> <p>Etapas e procedimentos:</p> <p>1ª Etapa: Observação espontânea desde 2018</p> <p>2ª Etapa: Observação e aproximação participante em reuniões, atividade dentro do Plano Operacional e na parceria entre NEDH/UCSAL e NEOJIBA Federação, presencialmente (abril de 2019 até março de 2020) e através das plataformas digitais.</p> <p>3ª Etapa: Acompanhamento e coleta através de netnografias qualitativas, com base na formação educativa e "encontro com famílias", realizadas entre agosto e setembro de 2020.</p> <p>4ª Etapa: Entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas através do Zoom Meetings, individualmente, com 5 (cinco) jovens integrantes do NEOJIBA, do gênero feminino e 5 (cinco) mães de jovens integrantes dos núcleos. Esse tipo de entrevista permite, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco pelo entrevistador (GIL, 2010, p. 137).</p>